

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	65
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	128
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	132
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	133
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	134
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	137
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	138
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	61.817.640	58.630.771	58.677.741
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.346.193	3.444.451	7.615.109
1.01.01	Caixa	155.045	168.525	133.428
1.01.02	Aplicações de Liquidez	3.191.148	3.275.926	7.481.681
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.191.148	3.275.926	7.481.681
1.02	Ativos Financeiros	54.315.876	51.431.285	47.962.699
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	846.411	525.291	500.019
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	0	0	585.664
1.02.02.02	Derivativos	0	0	585.664
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	38.548.014	39.423.052	35.550.260
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	38.548.014	39.423.052	35.550.260
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	14.921.451	11.482.942	11.326.756
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.190.015	100.431	153.538
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	0	0	144.765
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	287.793	266.972	237.420
1.02.04.04	Operações de Crédito	12.343.059	10.035.283	9.659.746
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-760.987	-693.931	-627.660
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.861.571	1.774.187	1.758.947
1.03	Tributos	3.920.755	3.522.562	2.858.153
1.03.03	Outros	3.920.755	3.522.562	2.858.153
1.03.03.01	Crédito Tributário	3.381.973	3.066.241	2.501.680
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	538.782	456.321	356.473
1.05	Investimentos	1.412	1.592	1.591
1.05.05	Outros Investimentos	1.412	1.592	1.591
1.06	Imobilizado	232.683	230.318	220.241
1.06.01	Imobilizado de Uso	606.164	595.890	580.467
1.06.03	Depreciação Acumulada	-373.481	-365.572	-360.226
1.07	Intangível	721	563	19.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.07.01	Intangíveis	721	563	19.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	61.817.640	58.630.771	58.677.741
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	45.638.920	44.085.634	47.082.607
2.02.01	Depósitos	14.921.683	12.249.854	12.814.261
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	8.021.636	8.045.700	8.491.820
2.02.01.02	Depósitos à Vista	853.237	405.302	328.683
2.02.01.03	Depósitos de Poupança	4.050.698	2.633.831	2.433.765
2.02.01.04	Depósitos Interfinanceiros	1.996.112	1.165.021	1.559.993
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	8.728.417	1.551.725	1.381.481
2.02.02.01	Captações no Mercado Aberto	8.728.417	1.551.725	1.381.481
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	4.402	3.922	8.424
2.02.04	Outras Captações	21.984.418	30.280.133	32.878.441
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	1.178	46.107	1.311.459
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	904.882	881.557	900.437
2.02.04.03	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.213.953	1.167.738	1.222.018
2.02.04.04	Obrigações por Repasses do Exterior	711.279	431.861	580.602
2.02.04.05	Obrigações para Fundos Financeiros e Desenvolvimento	15.185.623	23.656.478	25.472.735
2.02.04.06	Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital	1.295.889	1.551.040	1.000.000
2.02.04.07	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.660.982	2.545.199	2.369.446
2.02.04.08	Outros Instrumentos Financeiros	10.632	153	21.744
2.03	Provisões	7.724.094	7.260.648	6.126.074
2.03.01	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.974.937	2.748.825	2.990.936
2.03.02	Passivos Atuariais	3.655.380	3.430.173	2.227.601
2.03.03	Provisão Para Contingências	693.617	562.437	401.731
2.03.04	Provisão para Pagamento a Efetuar	400.160	519.213	505.806
2.04	Passivos Fiscais	672.405	401.124	0
2.05	Outros Passivos	1.610.246	1.455.960	1.256.181
2.07	Patrimônio Líquido	6.171.975	5.427.405	4.212.879
2.07.01	Capital Social Realizado	5.569.988	3.813.000	2.844.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.07.03	Reservas de Reavaliação	13.671	13.726	13.979
2.07.04	Reservas de Lucros	1.668.959	2.651.514	2.277.391
2.07.04.01	Reserva Legal	445.486	394.525	307.691
2.07.04.02	Reserva Estatutária	1.223.473	2.256.989	1.969.700
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	28.471
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.080.643	-1.050.835	-950.962

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	3.946.067	5.489.910	5.105.949
3.01.01	Operações de Crédito	2.341.542	2.701.552	1.893.376
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.040.618	2.548.592	2.731.859
3.01.03	Resultado com instrumentos Financeiros Derivativos	-10.479	47.343	144.397
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	556.099	167.308	310.953
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	18.287	25.115	25.364
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.674.204	-2.583.776	-3.109.669
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-423.660	-858.758	-988.528
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-1.250.544	-1.725.018	-2.121.141
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	2.271.863	2.906.134	1.996.280
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-688.146	-471.301	-730.442
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-423.793	-398.121	-461.018
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	2.847.082	2.727.330	2.538.708
3.04.03	Despesas com Pessoal	-2.175.475	-2.002.378	-2.001.459
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-1.357.234	-1.286.167	-1.222.206
3.04.05	Despesas Tributárias	-354.017	-326.982	-312.696
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	2.267.482	2.070.803	1.898.286
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-1.492.191	-1.255.786	-1.170.057
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	1.583.717	2.434.833	1.265.838
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-502.180	-592.902	-481.612
3.06.01	Corrente	-868.724	-626.672	-368.347
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-479.898	-365.360	-204.382
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-388.826	-261.312	-163.965
3.06.02	Diferido	366.544	33.770	-113.265
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	1.081.537	1.841.931	784.226
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	1.081.537	1.841.931	784.226
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-62.316	-105.246	-47.208
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	1.019.221	1.736.685	737.018

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	11,8005	20,10727	8,53317

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	1.019.221	1.736.685	737.018
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-29.753	-102.007	-99.964
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	17.401	477.667	68.369
4.02.01.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	28.701	837.938	122.388
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-11.355	-358.137	-54.063
4.02.01.03	Realização da Reserva de Reavaliação	99	-3.879	177
4.02.01.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-44	1.745	-133
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-47.154	-579.674	-168.333
4.02.02.01	Ganhos ou Perdas Atuariais	-85.734	-1.158.500	-280.554
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	38.580	578.826	112.221
4.04	Resultado Abrangente do Período	989.468	1.634.678	637.054

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-57.901	1.087.412	4.441.804
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	2.796.092	3.366.839	2.183.414
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	1.019.221	1.736.685	737.018
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	1.776.871	1.630.154	1.446.396
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.853.993	-2.279.427	2.258.390
6.01.02.01	Depósitos Compulsórios no Bacen	-321.120	-25.272	6.299
6.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-1.089.584	53.107	-10.031
6.01.02.03	Aplicações no Mercado Aberto	0	144.765	-37.638
6.01.02.04	Operações de Crédito	-2.719.745	-693.774	-68.079
6.01.02.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	67.055	66.271	-323.189
6.01.02.06	Outros Ativos Financeiros	512.595	-81.942	544.123
6.01.02.07	Crédito Tributário	50.813	-530.791	105.138
6.01.02.08	Impostos a Compensar	-82.461	-99.848	-282.229
6.01.02.09	Derivativos	0	585.664	-159.151
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	7.176.692	170.245	395.034
6.01.02.11	Recursos Mercado Interfinanceiros	480	-4.503	2.447
6.01.02.12	Outras Captações	-8.295.717	-2.598.309	1.847.496
6.01.02.13	Provisões	463.446	1.134.574	367.906
6.01.02.14	Passivos Fiscais	271.281	381.613	55.124
6.01.02.15	Outros Passivos	-937.162	155.184	-766.676
6.01.02.16	Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação - Res CMN nº 4.535	0	-1.573	0
6.01.02.17	Realização da Reserva de Reavaliação de junho de 2019 - Res. CMN nº 4.535	0	-211	0
6.01.02.18	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-609.754	-352.658	-389.721
6.01.02.19	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.591	-488	-8.057
6.01.02.20	Depósitos	2.661.779	-581.481	979.594
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	548.466	-3.556.071	-9.324.815
6.02.01	Inversões em Investimentos	-9	-1	0
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-17.366	-25.854	-39.970

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.03	Inversões em Intangível	-158	-6.748	0
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	4.043	4.169	-1.239
6.02.05	Alienação de Investimentos	189	19.385	2.602
6.02.06	Alienação (Baixa) de Imobilizado de Uso	2.251	7.758	122
6.02.07	Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	580.337	-3.525.228	-9.251.935
6.02.08	Títulos e Valores Mobiliários - Mantidos até o Vencimento	-20.821	-29.552	-34.395
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-588.823	-1.701.999	-343.848
6.03.01	Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	-95.584	-315.261	-147.010
6.03.02	Pagamento de Juro sobre Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	-243.239	-178.156	-196.838
6.03.03	Amortização de Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	-250.000	0	0
6.03.04	Pagamento de Eurobônus	0	-1.208.582	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-98.258	-4.170.658	-5.226.859
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.444.451	7.615.109	12.841.968
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.346.193	3.444.451	7.615.109

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.813.000	0	2.651.514	0	0	-1.037.109	5.427.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-2.591	0	-2.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.813.000	0	2.651.514	0	-2.591	-1.037.109	5.424.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.756.988	0	-1.756.988	0	-242.183	0	-242.183
5.04.01	Aumentos de Capital	1.756.988	0	-1.756.988	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-242.183	0	-242.183
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1.019.221	17.346	1.036.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	1.019.221	0	1.019.221
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	17.346	17.346
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	17.346	17.346
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	774.433	0	-774.447	-47.209	-47.223
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	774.433	0	-774.502	-47.154	-47.223
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-47.154	-47.154
5.06.01.02	Outras Reservas	0	0	774.433	0	-774.502	0	-69
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	55	-55	0
5.07	Saldos Finais	5.569.988	0	1.668.959	0	0	-1.066.972	6.171.975

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.844.000	0	2.277.391	0	28.471	-936.983	4.212.879
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-488	0	-488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.844.000	0	2.277.391	0	27.983	-936.983	4.212.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	969.000	0	-969.000	0	-420.014	0	-420.014
5.04.01	Aumentos de Capital	969.000	0	-969.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-83.910	0	-83.910
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-336.104	0	-336.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1.736.685	479.801	2.216.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	1.736.685	0	1.736.685
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	479.801	479.801
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	479.801	479.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.343.123	0	-1.344.654	-579.927	-581.458
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.343.123	0	-1.343.123	-579.674	-579.674
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-579.674	-579.674
5.06.01.02	Outras Reservas	0	0	1.343.123	0	-1.343.123	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-1.531	-253	-1.784
5.07	Saldos Finais	3.813.000	0	2.651.514	0	0	-1.037.109	5.427.405

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.844.000	0	1.685.026	0	60.870	-839.185	3.750.711
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	9.033	2.254	11.287
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.844.000	0	1.685.026	0	69.903	-836.931	3.761.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-186.129	0	-186.129
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-186.129	0	-186.129
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	737.018	68.325	805.343
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	737.018	0	737.018
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	68.325	68.325
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	68.325	68.325
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	592.365	0	-592.321	-168.377	-168.333
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	592.365	0	-592.365	-168.333	-168.333
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-168.333	-168.333
5.06.01.02	Outras Reservas	0	0	592.365	0	-592.365	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	44	-44	0
5.07	Saldos Finais	2.844.000	0	2.277.391	0	28.471	-936.983	4.212.879

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	7.144.647	8.634.136	7.911.868
7.01.01	Intermediação Financeira	3.946.066	5.489.910	5.105.949
7.01.02	Prestação de Serviços	2.847.082	2.727.330	2.538.708
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-423.793	-398.121	-461.018
7.01.04	Outras	775.292	815.017	728.229
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.674.204	-2.583.776	-3.109.669
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.305.482	-1.237.200	-1.176.534
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-91.187	-92.492	-87.939
7.03.02	Serviços de Terceiros	-758.995	-687.731	-610.794
7.03.04	Outros	-455.300	-456.977	-477.801
7.04	Valor Adicionado Bruto	4.164.961	4.813.160	3.625.665
7.05	Retenções	-12.750	-11.608	-10.103
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.750	-11.608	-10.103
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.152.211	4.801.552	3.615.562
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.152.211	4.801.552	3.615.562
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	4.152.211	4.801.552	3.615.562
7.09.01	Pessoal	1.950.210	1.833.148	1.780.987
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.306.338	1.281.338	1.233.850
7.09.01.02	Benefícios	550.084	462.344	459.804
7.09.01.03	F.G.T.S.	93.788	89.466	87.333
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.143.778	1.194.361	1.061.988
7.09.02.01	Federais	1.098.273	1.150.552	1.024.141
7.09.02.02	Estaduais	61	72	39
7.09.02.03	Municipais	45.444	43.737	37.808
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	39.002	37.358	35.569
7.09.03.01	Aluguéis	39.002	37.358	35.569
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	1.019.221	1.736.685	737.018
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	242.183	335.796	186.129

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.04.02	Dividendos	0	84.218	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	777.038	1.316.671	550.889

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****1. PALAVRA DO PRESIDENTE**

O Banco do Nordeste, empenhado na proteção à vida, na manutenção dos empregos e no bem-estar da população da Região, enfrentou os desafios de 2020, ano marcado pela crise sanitária mundial, e contratou 5,1 milhões de operações, correspondendo ao montante de R\$ 40,07 bilhões. Ao final do exercício, apresentou lucro líquido recorrente de 1,44 bilhão, superior em 12,8% ao apurado no mesmo período do ano anterior.

Destacam-se as contratações no âmbito do principal *funding* da Instituição, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), por meio do qual foram realizadas, no exercício de 2020, mais de 711 mil operações, equivalentes a R\$ 25,84 bilhões, superando em 25,7% o volume contratado em 2019.

Desse total, os recursos do Fundo injetaram R\$ 19,08 bilhões nos setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços em toda a área de atuação do Banco, constituída por 1.990 municípios localizados nos nove estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Ainda com recursos do Fundo e no esforço de fazer o “FNE cada vez melhor”, o Banco do Nordeste contratou projetos de infraestrutura, no valor de R\$ 6,63 bilhões, e totalizou inversões no Programa FNE Verde Pessoa Física, voltado para a microgeração de energia, no total de R\$ 112,9 milhões. Já o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), também com recursos do FNE, somou R\$ 11,7 milhões, permitindo estudantes ingressarem no ensino universitário.

Do volume total dos recursos do FNE aplicados na Região, 54,5% foram contratados com empreendedores situados no Semiárido, correspondentes a R\$ 14,08 bilhões, resultado expressivo da diretriz de desconcentração espacial dos financiamentos do Fundo.

São também dignos de nota o investimento de R\$ 3 bilhões por meio da linha FNE Emergencial, criada pelo Governo Federal para minimizar os efeitos da crise econômica gerada pela pandemia, a criação do FNE Saúde e o lançamento do FNE Startup, primeira linha de crédito da América Latina para *startups*.

Mesmo em cenário complexo e inédito, o BNB deu mais um salto na diretriz de “Ser o Banco da micro e pequena empresa do Nordeste” e alcançou, em 2020, contratação recorde de R\$ 4,61 bilhões no segmento. Esse valor equivale a 49,4 mil operações de crédito, atingindo crescimento de 26,7% em comparação a 2019.

Da mesma forma, o Banco do Nordeste propôs “Avançar na liderança do microcrédito”, desembolsando, em 2020, valor total de R\$ 12,11 bilhões, distribuídos em 4,4 milhões de operações no Crediamigo, que configura a liderança do Banco na microfinança urbana. Com o maior programa de microcrédito da América do Sul, o Banco do Nordeste possui capacidade operacional de realizar média de 17,7 mil desembolsos ao dia, mantendo, ao final do exercício, 2,2 milhões de clientes ativos.

No âmbito do microcrédito rural, em 2020, o Banco do Nordeste contratou 564,8 mil financiamentos, no valor de R\$ 2,91 bilhões, beneficiando agricultores familiares da Região e registrando crescimento de 15,5% comparativamente a 2019. Em 2020, o Agroamigo comemorou 15 anos de criação, com a marca de R\$ 20 bilhões aplicados, contando, ao final do exercício, com 1,3 milhões de clientes ativos, dos quais 76,17% estão no Semiárido e 85% enquadram-se na faixa de baixa renda.

Além de regularizar mais de R\$ 3,00 bilhões de créditos inadimplidos, correspondentes a 160,9 mil operações, o Banco do Nordeste associou-se de forma efetiva ao esforço nacional

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

de combate aos efeitos causados pela Covid-19, promovendo renegociação emergencial de dívidas, como forma de mitigar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos empreendedores da Região. Para tanto, utilizou instrumentos digitais e automatizados, agilizando o processo de renegociação sem que os clientes precisassem ir às unidades do Banco.

Cumprindo as mais modernas práticas de *compliance* e integridade, como garantia de uma governança corporativa exemplar, o Banco ampliou seus mecanismos de controle e risco, ciente de que a eficiência e a eficácia da gestão sustentam-se em bases éticas e morais que perpassam todo o corpo da Instituição.

Nesse aspecto, o Banco do Nordeste, sintonizado com os conceitos que aprimoram o papel das empresas nas sociedades em que atuam, vem fortalecendo em sua cultura organizacional os princípios de *Environmental, Social and Governance* (ESG, na sigla em inglês). Afinal, para além dos resultados financeiros, o BNB está comprometido com a governança ambiental, social e corporativa que incorpora visões modernas conectadas em todo o mundo.

É dessa forma que Banco do Nordeste, como gestor financeiro e estratégico das políticas públicas de desenvolvimento regional e em sintonia com o Governo Federal, prepara-se para enfrentar os desafios de 2021, contando sempre com a adesão consciente de seus colaboradores e ciente das responsabilidades para com a população da Região.

Romildo Carneiro Rolim
Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****1.1 Destaques**

Apresentamos a seguir os destaques em resultados, ações, iniciativas de ESG, prêmios/reconhecimentos e parcerias alcançados pelo Banco do Nordeste em 2020.

Resultados

- ✓ 5,1 milhões de operações de crédito contratadas, correspondendo ao montante de R\$ 40,07 bilhões.
- ✓ R\$ 25,84 bilhões contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) atingindo 102,1% da meta estabelecida para 2020, cuja maior parte - R\$ 8,37 bilhões - destinada ao setor de comércio e serviços, um dos mais afetados pela pandemia de covid-19.
- ✓ Segmento MPE com contratação recorde de R\$ 4,61 bilhões, apresentando crescimento de 26,7%, pulverizados em mais de 49 mil operações.
- ✓ Desembolso de R\$ 12,11 bilhões, no programa Crediamigo, em 4,4 milhões de operações de microcrédito urbano.
- ✓ Desembolso de R\$ 2,91 bilhões para microempreendedores rurais; sendo R\$ 242,8 milhões por meio do Programa Agroamigo Mais, representando 28% a mais em relação ao mesmo período de 2019.
- ✓ Em 2020, ano em que comemorou 15 anos da sua criação, o Agroamigo registrou a marca de R\$ 20 bilhões aplicados.
- ✓ Regularização de mais de 150 mil operações, no valor global de 3,00 bilhões em dívidas renegociadas.
- ✓ Contratação de R\$ 6,63 bilhões para projetos de Infraestrutura com recursos do FNE, principalmente para o segmento de energias renováveis.
- ✓ Alcance de 13.269 clientes no segmento empresarial, evolução de 14,54% frente ao número apresentado em 2019. As aplicações somaram R\$ 5,70 bilhões.
- ✓ Lucro Líquido recorrente de R\$ 1,44 bilhão, representando crescimento de 12,8% em relação ao mesmo período de 2019.

Ações

- ✓ Atendimento dos 1.990 municípios da área de abrangência do FNE, incluindo financiamentos de R\$ 14,07 bilhões para empreendimentos no Semiárido.
- ✓ As atividades econômicas priorizadas pelo Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) receberam aproximadamente R\$ 945,1 milhões em financiamentos, que repercutiram na difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas atendidas.
- ✓ Inauguração do Hub de Inovação Banco do Nordeste em Recife; iniciativa focada na ampliação do potencial competitivo, aumento da produtividade e receita das empresas pernambucanas, visando contribuir com o ecossistema pulsante já impulsionado pela atuação do Porto Digital.
- ✓ Abertura de 21 vagas para *startups* em *coworkings* do Hub de Inovação Banco do Nordeste em Recife, Fortaleza e Salvador.
- ✓ Redução das taxas de juros de capital de giro, com ofertas a partir de 0,35% ao mês.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- ✓ Lançamento da linha FNE Startup: primeira linha de crédito da América Latina para *startups*, posicionando o BNB como um dos mais atuantes *players* fomentadores de ecossistemas inovadores em sua área de atuação.
- ✓ Lançamento do App Crediamigo, importante ferramenta de inclusão digital para o público do programa de microcrédito urbano.
- ✓ Prorrogação de financiamentos e operações de microcrédito, além de anúncio de novos créditos com condições diferenciadas para minimizar efeitos da pandemia de covid-19 na economia.
- ✓ Repactuação emergencial de operações por meio digital, com o objetivo de acelerar socorro às micros, pequenas e pequenas-médias empresas afetadas pelo Covid-19.
- ✓ Investimento de R\$ 3 bilhões por meio da linha FNE Emergencial, com juros de 2,5% ao ano e carência até dezembro de 2020, com objetivo de recuperar ou preservar atividades produtivas dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública, em decorrência da pandemia resultante da covid-19.
- ✓ Operacionalização de recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) para Micro e Pequenas Empresas.
- ✓ Divulgação e início da operacionalização do Plano Safra 2020/2021, com orçamento de R\$ 8,26 bilhões, que representa um incremento de 6,0% em relação ao Plano Safra 2019/2020.
- ✓ Lançamento de Custeio Digital, Comercialização Digital e App BNB Agro, instrumentos que facilitarão o acesso ao crédito rural, tornando-o mais rápido, mais seguro e menos burocrático.
- ✓ Realização do XXVI Fórum Banco do Nordeste, com debates sobre cenários e tendências pós-pandemia.
- ✓ Feirão Digital "Limpa Nome" e Feirão da Retomada (Semana Brasil), com oportunidades para clientes Crediamigo aderirem à renegociação de dívidas, em condições diferenciadas.
- ✓ Inauguração de escritórios regionais do Crediamigo em Petrolina (PE) e Imperatriz (MA) e Floriano (PI), como parte da estratégia de expansão do programa.
- ✓ Criação do Projeto Estratégico *Open Banking* & Pagamentos Instantâneos com o objetivo de definir estratégia de negócio e inovação para adesão aos ecossistemas do *Open Banking* e Pagamentos Instantâneos.
- ✓ Criação de medidas para adequar o Banco do Nordeste às exigências legais da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), como a definição do encarregado pelo tratamento de dados.
- ✓ Criação do Projeto Estratégico Gestão Integrada de Riscos (GIR) com o objetivo principal de criar melhorias na gestão de riscos e de gerenciamento de capital na Instituição.

Iniciativas de ESG (Environmental, Social and Governance)

- ✓ Por meio das linhas de crédito verde do Banco do Nordeste, mais relacionadas ao aspecto ambiental da perspectiva ESG, foram contratados R\$ 5,41 bilhões, em mais de 13 mil operações realizadas.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- ✓ Contratação de R\$ 130,9 milhões em projetos de energia solar para pessoa física e de R\$ 133,2 milhões para empresas, com valor médio de R\$ 34,6 mil e R\$ 173,9 mil, respectivamente.
- ✓ Realização do IV Fórum de Integridade e Ética, que contou com a participação de representantes de instituições como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Economia, a Petrobras e o Instituto Brasileiro de Integridade Pública (IBIP).
- ✓ Editais Fundeci 01/2020 e 02/2020 - Apoio à Inovação para Combate ao Novo Coronavírus, com recursos no valor de R\$ 5,0 milhões, destinados a 17 projetos, visando fomentar o desenvolvimento de soluções que contribuam para pesquisa e inovação no combate à doença e aos seus efeitos sobre o sistema de saúde, o bem-estar social e produtivo.
- ✓ Campanha Juntos pela Vida arrecadou e distribuiu 2.460 cestas básicas em benefício das populações prejudicadas pela pandemia em municípios da área de atuação do Banco.
- ✓ Campanha Solidária Natal Social arrecadou 67 toneladas de alimentos, além de brinquedos e itens de higiene, para entidades beneficentes da área de atuação do Banco do Nordeste.
- ✓ Chamada Pública para Programação Virtual dos Centros Culturais Banco do Nordeste, com disponibilização gratuita à sociedade de 120 atividades via Programação Virtual dos Centros Culturais Banco do Nordeste.

Prêmios/Reconhecimentos

- ✓ Melhor Ouvidoria: o Banco do Nordeste teve a ouvidoria com melhor índice do país no “*Ranking de Qualidade de Ouvidorias*”, publicado pelo Banco Central (Bacen), na categoria de instituições financeiras com mais de 4 milhões de clientes.
- ✓ Melhor desempenho entre todos os bancos brasileiros: de acordo com *ranking* publicado pela revista inglesa *The Banker*, pertencente ao jornal *The Financial Times* o BNB apresentou a melhor performance.
- ✓ Sessão solene em homenagem ao Banco do Nordeste, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.
- ✓ Certificado com o selo “*Great Place to Work*” (*GPTW*) como uma das Melhores Empresas para Trabalhar.
- ✓ Prêmio Alide 2020: A Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento reconheceu o Hub de Inovação Banco do Nordeste como prática inovadora.
- ✓ Prêmio 100+ Inovadoras no uso de TI: BNB é reconhecido pela organização IT Mídia, em parceria com a consultoria PwC, na categoria Bancos Médios.

Parcerias

- ✓ Participação do Banco do Nordeste no AgroNordeste, apoiando a organização de cadeias agropecuárias de relevância atual ou potencial na Região, ampliando e diversificando canais de comercialização, com pertinência social, ambiental e econômica.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- ✓ Inauguração do Hub de Inovação Banco do Nordeste em Recife (PE) em parceria com o Porto Digital, colaborando para o desenvolvimento regional, por meio do apoio ao empreendedorismo inovador.
- ✓ Aliança estratégica com a Icatu Seguros para distribuição de seguros de Vida, Prestamista e Previdência da seguradora nos canais físicos e digitais do Banco.
- ✓ Realização do XXV Encontro Regional Nordeste de Economia, promovido em parceria com a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e entrega da premiação referente à 24ª edição do Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional.
- ✓ Parceria firmada entre o BNB, o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e o Banco Cooperativo Sicredi prevê investimento de R\$ 200 milhões, com objetivo de ampliar a capacidade de difusão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
- ✓ Parceria com o Banco Europeu de Investimento para captação de recursos, no valor de 200 milhões de euros, destinados à linha de financiamento exclusiva para mulheres empreendedoras.

2. MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos, produtos e linhas de negócio voltados ao crédito para desenvolvimento da sua área de atuação:

- Segmentos de clientes: atende empresas de todos os portes (*corporate*, grande, média, MPE), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno e miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinanças (urbana e rural) e segmentos pessoa física e Governo, este último para atender instituições da administração pública direta e indireta.
- *Portfólio* de produtos e serviços abrange:
 - ✓ Operações de infraestrutura;
 - ✓ Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
 - Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
 - Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
 - Operações rurais, inclusive agronegócio;
 - Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
 - ✓ Gestão de *portfólio* e análise de crédito para fundos e programas do governo;
 - ✓ Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos à vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
 - ✓ Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Fidc), entre outros;
 - ✓ Gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.

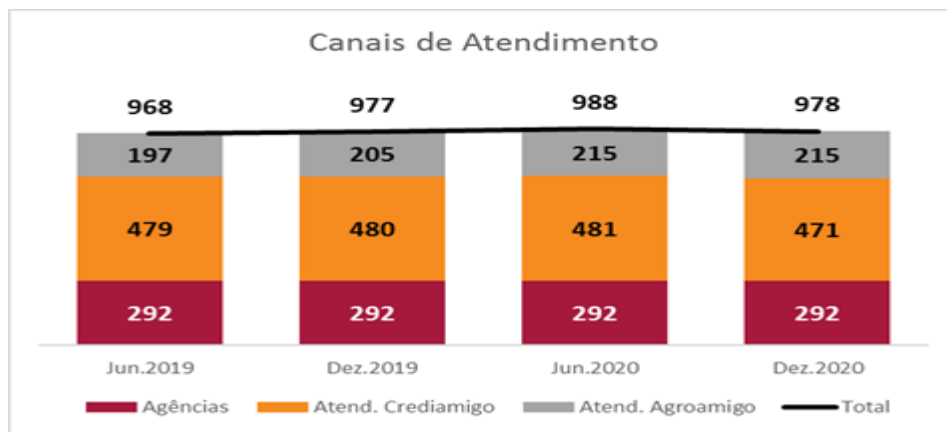
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Linhas de negócio:
 - ✓ Crédito Especializado;
 - ✓ Crédito para Infraestrutura;
 - ✓ Crédito para Microfinança Urbana;
 - ✓ Crédito para Microfinança Rural.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado.

O Banco do Nordeste finalizou o 2º semestre de 2020 com 292 agências, 471 unidades de microcrédito urbano e 215 unidades de microcrédito rural, totalizando 978 pontos físicos de atendimentos, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Canais de Atendimento Presencial do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste - Ambiente de Marketing e Diretoria de Negócios

3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Estratégia é uma visão do caminho para onde se deseja conduzir a Instituição a fim de atingir os seus objetivos estratégicos. Essa estratégia é traduzida como um conjunto de instrumentos, responsabilidades e metas, explicitadas em um programa plurianual de políticas, atividades, investimentos, ações, projetos e indicadores que visam melhorar a qualidade da gestão, a eficiência da aplicação de recursos e a oferta de produtos e serviços aos clientes.

A estratégia deve ser testada em sua consistência e com as identidades e teorias econômicas, ter aderência aos números e coerência com o processo histórico de desenvolvimento da área de atuação do Banco.

As estratégias de negócios do Banco do Nordeste foram definidas a partir das principais tendências do macroambiente econômico, das indústrias financeira e bancária, das evoluções tecnológicas, das principais inovações dos segmentos de atuação do Banco e dos riscos vislumbrados em cenários desenhados para o Brasil, para a região Nordeste e para a sua área de atuação.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****3.1 Planejamento Empresarial**

O Planejamento Empresarial do Banco é composto pelos planos estratégico, tático e operacional. O primeiro, denominado 'Planejamento Estratégico', contém a missão, a visão, os valores e as metas quinquenais, bem como os resultados e os impactos esperados com a ação do Banco para sua área de atuação. O 'Plano Tático' envolve as ações e atividades da Direção Geral e o 'Plano Operacional' engloba as ações e atividades das unidades de negócio.

Em seu planejamento estratégico, o Banco do Nordeste destaca:

- ✓ Missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste".
- ✓ Visão: "Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região".

O planejamento no Banco do Nordeste é norteado pelas seguintes premissas: visão corporativa, clareza de rumo, gestão para resultados, participação, continuidade e flexibilidade. A implementação e o êxito da estratégia escolhidos são sustentados pelos seguintes princípios: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

Na elaboração do Planejamento Empresarial 2020-2024, o Banco considerou a avaliação dos resultados corporativos alcançados no exercício anterior e suas oportunidades de aperfeiçoamento, a análise da ambiência externa, os requisitos legais, orientações e políticas públicas pelos quais o BNB está regulamentado, bem como o mapeamento de riscos e oportunidades estratégicas.

No exercício de 2020, algumas das estratégias de atuação do Banco foram revisitadas objetivando a adequação de suas atividades e negócios para condizer com a nova realidade imposta pelos reflexos da pandemia da covid-19. Diante deste cenário adverso e ainda mais desafiador, foram envidados esforços e recursos necessários para acelerar o processo de transformação digital interno que se reflete em melhorias de processos, produtos e serviços e, por consequência, na excelência do atendimento e relacionamento com os clientes. As soluções digitais do Banco estão apresentadas na Internet no endereço (<https://www.bnb.gov.br/solucoes-digitais>).

3.2 Projetos Estratégicos

A seguir destacam-se as principais entregas de alguns dos projetos estratégicos mais relevantes do Banco em 2020. Os projetos estratégicos contribuem para produção de inovações em produtos, processos e serviços do Banco para seus clientes.

Projeto Estratégico LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)

O Projeto tem como objetivos, dentre outros, realizar estudo dos processos no Banco que tratam dados pessoais, mapear esses dados em todas as unidades da empresa, incluindo sistemas e bancos de dados, fazer a análise de lacunas em relação ao pleno cumprimento da LGPD na Instituição, prospectar e atuar na contratação de soluções tecnológicas para garantir a privacidade e proteção de dados pessoais e no atendimento às solicitações oriundas dos Titulares de Dados Pessoais e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

As principais entregas do projeto no ano de 2020 foram as seguintes:

- Diagnóstico da situação do BNB em relação às diretrizes da legislação vigente;
- Apresentação do relatório da consultoria externa contratada;

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- Elaboração do Inventário de Dados Pessoais;
- Elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados;
- Elaboração do Plano de Ação de Adequação à LGPD;
- Aquisição de solução tecnológica de governança de dados (*OneTrust*);
- Nomeação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (*DPO*);
- Publicação da Política de Privacidade;
- Adequação dos Contratos firmados após a entrada em vigor da LGPD.

Projeto Estratégico GIR (Gestão Integrada de Riscos)

O projeto objetiva desenvolver plano de ação estruturado para garantir a correção de eventuais lacunas identificadas, o atendimento às boas práticas de mercado e aos requisitos regulatórios que, porventura, venham a ser exigidos, bem como para promover a atualização dos normativos/processos que envolvem o tema de gestão de riscos e de gerenciamento de capital na Instituição. O projeto conta com consultoria externa especializada.

Para o atendimento do objetivo do projeto, foram estabelecidas três frentes:

- Frente I - Gestão Integrada de Riscos (etapas de Diagnóstico; *Benchmarking*; e Planos de Ação Estruturados) - avaliar, à luz das boas práticas de mercado e da regulamentação vigente, em especial, a Resolução CMN nº 4.557, de 23/02/2017, a situação do gerenciamento de risco e de capital do Banco do Nordeste;
- Frente II - Modelagem de Risco de Crédito (etapas de Estratégia e Avaliação; Modelagem; e Resultados) - analisar os modelos de risco especialista e fundamentalista; e
- Frente III - Contingências Jurídicas (etapas de Análise Técnica de Critérios de Classificação; Definição de Variáveis e *Benchmarking*; Modelagem dos Parâmetros) – examinar os modelos de estimativa de risco e de mensuração do valor da perda financeira decorrente de ações jurídicas.

Projeto Estratégico *Open Banking* e Pagamentos Instantâneos

O Projeto Estratégico *Open Banking* e Pagamentos Instantâneos foi criado com o objetivo de definir estratégia de negócio e inovação para adesão aos ecossistemas do Open Banking e Pagamento Instantâneo e desenvolver soluções de TI para viabilizar integração dos sistemas, dentro do escopo, requisitos e prazos definidos pelo BCB. Até 31/12/2020, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Acompanhamento dos normativos e participação nos eventos do Banco Central sobre Pagamentos Instantâneos (Pix) e *Open Banking*;
- Participação das plenárias do Pix com Bacen;
- Participação dos GT's do *Open Banking* conduzidos pela Febraban;
- Realização de *benchmarking* internacional sobre iniciativas de Pix e *Open Banking*;
- Levantamento de informações sobre modelo de negócios, segmentação de clientes, tipologia de mercado, *portfolio* de produtos e serviços e canais de atendimento;
- Avaliação de produtos e serviços do Banco candidatos ao *Open Banking*;

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- Desenvolvimento de diagnóstico de utilização de canais de atendimento e de produtos e serviços do Banco;
- Análise de impactos da implementação do Pix e *Open Banking* em redução de despesas e perda de receitas;
- Estudo sobre cenários e projeção de tendências de custos e receitas com a adoção do Pix (Pagamentos Instantâneos);
- Elaboração de relatórios e apresentações sobre diagnóstico e estudo de impactos do Pix e *Open Banking*.

3.3 Planejando o Futuro em 2021

As inovações tecnológicas promovidas pela indústria bancária, principalmente nos segmentos de meios de pagamento e de canais de comunicação e de atendimento, trazem às instituições financeiras a necessidade de investirem pesadamente em inovação tecnológica e em melhorias de processos internos visando a atender às expectativas dos clientes e a desenvolver formas mais eficientes de conduzir suas atividades.

Nesse sentido, o Banco, em seu Planejamento Estratégico 2021 a 2025, evidencia a melhoria contínua em processos, produtos e serviços tendo em vista, principalmente, a excelência no atendimento e relacionamento com os clientes. Para isso, vislumbra-se: *i)* adoção das melhores práticas do mercado aplicáveis à sua realidade, *ii)* realização de alianças estratégicas agregadoras de valor tecnológico e *iii)* fortalecimento da gestão por processos. Essas três práticas buscarão auxiliar na transformação efetiva dos negócios, por meio de soluções financeiras digitais que geram resultados de maior eficácia e eficiência, reforçando o cumprimento da missão institucional do Banco.

Para 2021 e o quadriênio seguinte, mantém-se a transversalidade dos temas relacionados às “Trilhas da Estratégia” (clientes e negócios; pessoas; produtos e serviços; tecnologia; e processos) e as principais ações da Instituição serão orientadas pelas seguintes diretrizes:

- Fazer o FNE cada vez melhor;
- Avançar na liderança do Microcrédito;
- Ser o Banco da micro, pequena e média empresa do Nordeste;
- Inovar em processos, produtos e serviços;
- Valorizar as competências humanas e a satisfação dos clientes.

3.4 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O FNE é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e pelo norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira operadora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua missão enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação estabelecida pelo Conselho

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Deliberativo da Sudene (Condel), a partir da elaboração do Banco do Nordeste de forma participativa com representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Assim, a alocação dos recursos, em termos de público beneficiário, área e setor econômico, vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, reproduzindo os preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do BNB enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

3.4.1 Ativos FNE

Os ativos do FNE totalizaram R\$ 96,27 bilhões ao final do exercício de 2020, apresentando crescimento de 7,8% em comparação com o volume de R\$ 89,29 bilhões alcançado no mesmo período do ano anterior. O saldo das disponibilidades de recursos do FNE, ao término do exercício, atingiu R\$ 2,20 bilhões, representando redução de 63,9% em relação ao saldo existente no final de 2019. Enquanto isso, os saldos a desembolsar relativos a operações de crédito anteriormente contratadas totalizaram R\$ 12,09 bilhões, valor 27,1% menor que os R\$ 16,60 bilhões existentes em dezembro/2019. O saldo de valores de operações de crédito também cresceu em relação a 2019, apresentando aumento de 23,9% e valor de R\$ 79,13 bilhões, líquidos de provisões (R\$ 63,85 bilhões em dezembro/2019). Tais variações foram influenciadas pelo expressivo aumento no volume de contratações com recursos do Fundo (R\$ 25,84 bilhões em 2020).

3.4.2 Desempenho FNE 2020

Seguindo o Plano de Aplicação disposto na Programação FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos em 2020 no montante de R\$ 19,08 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, sendo a distribuição por Estado apresentada na Tabela 1. Além desses valores, foram ainda aplicados R\$ 6,63 bilhões em projetos de infraestrutura, conforme segmentação apresentada na Tabela 2, R\$ 11,7 milhões para o Financiamento Estudantil (P-Fies) e R\$ 112,9 milhões para o programa FNE Verde Sol Pessoa Natural, este último referente a mini e microgeração geração de energia fotovoltaica para pessoas físicas. Assim, o total geral contratado registrou R\$ 25,84 bilhões no ano, conforme detalhado na Tabela 3.

**Tabela 1 - BNB/FNE 2020 Financiamentos por Estado
(R\$ milhões)**

UF	FNE (Exceto Infraestrutura e Pessoa Natural)	
	Valor Contratado	%
AL	860,6	4,5
BA	4.192,4	22,0
CE	2.867,5	15,0
ES	341,0	1,8
MA	2.041,0	10,7
MG	1.102,9	5,8
PB	1.211,1	6,3
PE	2.687,3	14,1
PI	1.817,1	9,5
RN	1.018,0	5,3
SE	942,4	4,9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

UF	FNE (Exceto Infraestrutura e Pessoa Natural)	
	Valor Contratado	%
Total geral	19.081,1	100,0

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento.

Tabela 2 - BNB/FNE 2020: Financiamentos para Infraestrutura por Produto (R\$ milhões)

Atividades/Produto	Infraestrutura
	Valor Contratado
Saneamento Básico	222,67
Logística	91,23
Geração/Transm./Distribuição de Energia	5.570,55
Telecomunicações	752,48
Total geral	6.636,92

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento.

Por conta do contexto da pandemia, diversas ações internas de aprimoramento no processo de crédito e nos programas de financiamento tiveram de ser implementadas tais como ações de comunicação, prospecção e negociação, que contribuíram para a aplicação do total de disponibilidades desse Fundo Constitucional, mesmo diante da retração da atividade econômica observada no país como um todo.

Em termos de quantidade de operações, foram contratadas, em 2020, mais de 711 mil operações de financiamento a produtores rurais, empresas, empreendedores individuais e pessoas físicas, volume que supera o exercício de 2019 em 25,7%. Tal volume de aplicação cobriu 100% da área de atuação do FNE, ou seja, todos os 1.990 municípios sediados nos 11 Estados em que o Banco atua, incluído o norte dos Estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES), conforme apresentado na Tabela 3, na qual é possível observar a importância do setor de Comércio e Serviços para a dinâmica da economia, setor este cujo direcionamento de recursos priorizou sobremaneira as pequenas empresas, com 66,5% de tudo financiado no setor.

Tabela 3 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	2019		2020		%	%
	Quant. (A)	Valor (B)	Quant. (C)	Valor (D)	$E=(C)/(A)-1$	$F=(D)/(B)-1$
Rural	523.774	7.568,90	590.877	7.673,40	12,8	1,4
Agroindústria	379	438,4	493	448,9	30,1	2,4
Comércio e Serviços	32.946	6.955,00	107.101	8.374,30	225,1	20,4
Indústria	4.029	2.709,40	6.050	2.051,80	50,2	-24,3
Turismo	938	573	2.004	532,7	113,6	-7,0
Infraestrutura	122	11.218,30	75	6.636,90	-38,5	-40,8
Pessoa Física*	3.677	94,1	4.529	124,7	23,2	32,5
Total	565.865	29.557,10	711.129	25.842,60	25,7	-12,6

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

(*) Estudantes e mini e microgeração de energia fotovoltaica

Ainda em relação à desconcentração espacial dos financiamentos do FNE, além da cobertura total em sua área de atuação, destacam-se outros resultados expressivos, a exemplo da aplicação de R\$ 14,07 bilhões para os empreendedores situados no Semiárido, cerca de 54,5% do total contratado, refletindo o direcionamento de recursos a agricultores familiares (Pronaf), produtores rurais e de parte significativa das operações do setor de Infraestrutura (86,0% do total aplicado nesse setor foi direcionado ao Semiárido).

Ressalte-se, ainda, que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste preconizam o apoio a subespaços regionais, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, deve ser ressaltado que o total de financiamentos às microrregiões prioritárias da PDNR (municípios de Baixa Renda e Média Renda) atingiram o montante de R\$ 20,38 bilhões, cerca de 78,9% do total financiado, enquanto as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) de Petrolina/Juazeiro e de Teresina/Timon registraram contratações de R\$ 770,1 milhões, superando o valor projetado para ambas.

O foco nos pequenos empreendedores, tanto do setor rural como nos demais setores, possibilitou o direcionamento de R\$ 12,51 bilhões (65,6% do total financiado, exceto infraestrutura e Pessoa Física) a esse público, um crescimento de 26,3% em relação ao registrado em 2019 (R\$ 9,98 bilhões), sem perder de vista o apoio estratégico aos empreendimentos de maior porte, fundamentais para a manutenção do emprego e da dinâmica econômica.

Outra ação implementada de modo tempestivo, como medida anticíclica no combate à crise econômica vivenciada, foi a criação da Linha FNE Emergencial, em abril. A meta desafiadora de R\$ 3,00 bilhões foi plenamente cumprida na estreita conformidade do que previu a Resolução do Banco Central nº 4.798/2020: 96,5% direcionado a beneficiários de até pequeno-médio porte e 87,7% vinculados à finalidade de capital de giro. Esse montante contratado totalizou 92.584 operações de crédito, na forte predominância no setor de comércio e serviços, primordial para a manutenção dos pequenos empreendimentos, diante da diminuição da circulação de mercadorias e serviços por conta do contexto da pandemia. Para o alcance de tal performance foi preponderante o direcionamento para o microempreendedor urbano beneficiário do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), cujo direcionamento representou 71,5% do total do quantitativo de operações contratadas, ou 1,05 bilhão.

O BNB, via FNE, também não descuidou do crédito a Inovação, em que aplicou R\$ 397,8 milhões por meio das linhas FNE Inovação e FNE Startup.

Em se tratando de inovação, o Banco ainda criou em 2020 a Estratégia FNE Saúde Nordeste, cuja finalidade é financiar projetos e itens de investimento para a implantação, expansão, modernização, reforma, realocação e/ou ampliação de empreendimentos contidos no Complexo Econômico Industrial da Saúde (Ceis), bem como prestadores de serviços de saúde, visando ao aumento da produção de itens e equipamentos vinculados, da capacidade de atendimento e/ou da melhoria na qualidade da prestação de serviços, dotando a linha de diferenciais em itens e condições de financiamento.

Apesar da continuidade da crise sanitária (covid-19) durante praticamente todo o exercício de 2020, a qual gerou, entre outras externalidades negativas, a postergação de investimentos produtivos e a aversão ao crédito, o Banco do Nordeste conseguiu aplicar a totalidade das disponibilidades previstas quando da Programação dos Recursos dessa fonte, para o quê foram fundamentais os esforços operacionais e de realização de negócios, o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

estrito monitoramento das aplicações ocorrido durante todos os meses do ano, além das inovações e das adequações em linhas e condições de financiamento em apoio ao setor produtivo diante da conjuntura.

3.4.3 FNE 2020: Estimativa dos Impactos Econômicos

Tendo por base um exercício com utilização da Matriz Insumo-Produto Regional, estima-se que os R\$ 25,8 bilhões contratados com recursos do FNE, em 2020, devem contribuir para gerar e/ou manter 1,4 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 4). Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Ainda conforme a Tabela 4, estima-se também incremento de R\$ 8,74 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R\$ 4,78 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 53,29 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 30,27 bilhões de Valor Adicionado à Economia.

O Setor de Infraestrutura, responsável por aproximadamente 25,7% do volume de recursos contratados em 2020, tende a contribuir para gerar e/ou manter cerca de 156 mil empregos em toda a área de atuação do BNB. Considerando o efeito transbordamento para as demais regiões, há estimativa de geração e/ou manutenção de aproximadamente 246 mil empregos em todo o Brasil, aumento de R\$ 4,05 bilhões na massa salarial, R\$ 3,08 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 26,32 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 13,73 bilhões de Valor Adicionado à economia.

Tabela 4 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 2020 - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas ⁽¹⁾

Indicador		Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Total
Total Contratado em 2020 (R\$ Milhões)		3.392,6	4.276,2	446,1	3.425,0	6.636,9	4.894,4	2.771,4	25.842,7
Resultados por Setor - Área de Atuação do Banco do Nordeste									
Valores em R\$ Milhões	Valor Bruto da Produção ²	6.729,3	8.935,6	996,9	7.103,1	13.559,7	10.132,4	5.840,0	53.297,0
	Valor Agregado/Renda ³	4.218,7	4.894,4	391,0	3.054,2	7.659,5	6.618,3	3.442,1	30.278,3
	Salários	1.093,2	1.355,9	135,5	985,6	1.978,9	2.074,4	1.119,7	8.743,2
	Tributos	417,6	684,7	100,4	889,4	1.801,9	431,0	463,1	4.788,1
Empregos (Nº de Pessoas) ⁴		273.199	564.061	17.272	84.120	156.870	232.506	108.526	1.436.552
Resultados por Setor - Brasil ⁽⁵⁾									
Valores em R\$ Milhões	Valor Bruto da Produção ⁽²⁾	13.270,7	17.740,1	1.972,4	13.666,1	26.325,1	19.281,5	11.086,4	103.342,2
	Valor Agregado/Renda ⁽³⁾	7.222,2	8.922,3	842,1	6.099,3	13.736,5	10.930,3	5.903,8	53.656,6
	Salários	2.128,4	2.731,3	287,8	2.040,2	4.055,5	3.580,0	1.977,2	16.800,4
	Tributos	1.064,9	1.556,8	192,2	1.531,1	3.085,3	1.345,0	993,0	9.768,4
Empregos (Nº de Pessoas) ⁽⁴⁾		319.571	631.686	24.982	129.413	246.534	299.848	146.717	1.798.750
Investimento p/ gerar 01 emprego (R\$)		10.616,2	6.769,5	17.856,9	26.465,8	26.921,0	16.322,9	18.889,6	14.367,0

Fonte: Banco do Nordeste - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (renda), a partir da aplicação dos recursos; (2) Somatório no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5). Somatório dos impactos. (6) Os valores contratados pelo FNE no setor de turismo e com pessoas físicas foram adicionados aos Serviços, para o cálculo dos impactos.

3.4.4 Desafios FNE 2021

As boas *performances* de aplicações registradas nos últimos três anos gera a responsabilidade de manter, também em 2021, o mesmo ritmo operacional de modo a

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

possibilitar a aplicação dos R\$ 24,10 bilhões de recursos constitucionais previstos, representando o pleno comprometimento das disponibilidades do fundo para contratação na área de atuação do FNE.

Os produtos lançados nos últimos anos, a exemplo do crédito a pessoas físicas mini e microgeradoras de energia fotovoltaica (FNE Sol), financiamento estudantil (P-Fies), FNE Inovação e Startup, FNE Saúde, além do apoio a projetos de infraestrutura, dentre outros, aliados à ampliação e integração de ações desenvolvimentistas, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) e sua vinculação com as iniciativas Agronordeste e Rotas da Integração, contribuirão para a continuidade do FNE como vetor financeiro no apoio ao desenvolvimento regional.

Além de recursos na ordem de R\$ 5,42 bilhões para o setor de Infraestrutura, dentro da Programação FNE, há a destinação específica para projetos fundamentais em infraestrutura de saneamento e logística, cujo montante soma R\$ 1,68 bilhão, conforme indicado em sua programação para 2021, o que contribuirá para a estruturação de boas oportunidades de negócios para os exercícios vindouros. Espera-se, com isso, contribuir para modernização da estrutura do modal de transportes, substituição cada vez maior da matriz energética atual para uma mais limpa, ampliação do saneamento, dentre outras melhorias fundamentais ao Nordeste.

Nesse sentido, a cada vez maior interlocução entre o Banco do Nordeste e os demais órgãos administradores dos fundos constitucionais, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), favorece à priorização da aplicação desses recursos nos espaços e territórios menos dinâmicos e nos menores portes.

Esse conjunto de ações alinhado à atenção quanto à distribuição regional dos recursos disponíveis, em termos espaciais, setoriais e de segmentos produtivos, favorece a principal razão da política pública desenvolvimentista regional do FNE, sendo capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região.

4. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

4.1 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

O desenvolvimento regional viabiliza-se a partir de um leque de fatores econômicos, financeiros, tecnológicos, sociais e ambientais que se associam, produzindo uma dinâmica impulsionadora de ganhos de competitividade, produtividade e bem-estar social.

Nesse processo, as atividades de Pesquisa, Difusão, Desenvolvimento e Inovação constituem fator central para a competitividade dos empreendimentos e a ampliação dos efeitos multiplicadores do investimento produtivo.

Ciente de seu papel de banco de desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste apoia projetos de pesquisa, difusão, desenvolvimento e inovação por meio de dois fundos criados para esse fim, o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Os projetos apoiados pelo Fundeci e pelo FDR acumulam experiências relevantes em décadas de contribuição para a adaptação e/ou aperfeiçoamento de produtos, serviços e processos, para a difusão de tecnologias e para inovação, com ênfase no setor produtivo regional. Esses fundos disponibilizam recursos não reembolsáveis para o apoio a projetos

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

de pesquisa, desenvolvimento, difusão e inovação, contando com processos estruturados de acompanhamento e de prestações de contas técnica e financeira.

Em 2020, foram formalizados 35 instrumentos de repasse a projetos selecionados por meio de demanda espontânea e dos Editais Fundeci 01/2018 - Desenvolvimento Territorial, Fundeci 02/2018 - Subvenção Econômica, Fundeci 01/2019 - Subvenção Econômica e 01/2020 - Subvenção Econômica, distribuídos nos estados da área de atuação do Banco do Nordeste.

Ainda no exercício de 2020, o Banco do Nordeste lançou dois novos editais ao amparo de recursos do Fundeci, o Edital Fundeci 01/2020 - Subvenção Econômica - Apoio à inovação para combate ao novo Coronavírus (Covid-19) e o Edital Fundeci 02/2020 - Água e Saneamento. No total, foram disponibilizados R\$ 10,0 milhões (R\$ 5,0 milhões para cada edital) para apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação submetidos por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos e por empresas - MPEs e empresas de Pequeno-Médio Porte.

Dentre os projetos de inovação que contaram com apoio do Banco do Nordeste na temática Covid-19, em 2020, podem ser destacadas iniciativas que empregam tecnologia de *big data*, *IOT-Internet of Things* (internet das coisas), *blockchain*, *machine learning* e inteligência artificial, para o desenvolvimento de plataformas de assistência médica (telemedicina), sanitizantes de controle e mitigação da covid-19, sistemas de monitoramento de pacientes, criação de rede de Diagnóstico por Imagem (RDI), dentre outros.

Quanto aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito do Edital Fundeci 02/2020, a etapa de análise e formalização dos projetos tem prazo de início previsto para 06/2021.

Ao apoiar projetos de P,D&I com recursos não reembolsáveis, os Fundos de Pesquisa e Desenvolvimento do Banco do Nordeste contribuem para redução dos custos e dos riscos inerentes à pesquisa e à inovação, favorecendo a geração de soluções e o aperfeiçoamento e desenvolvimento de produtos/serviços, fortalecendo, modernizando e diversificando as atividades econômicas regionais.

4.2 Sustentabilidade

Os resultados alcançados a cada ano refletem o empenho do Banco do Nordeste na difusão de iniciativas e projetos socioambientais, buscando viabilizar o equilíbrio entre crescimento econômico, bem-estar social e cuidado com o meio ambiente.

Como forma de fortalecer, junto aos *stakeholders*, a transparência de suas ações, o Banco do Nordeste publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. Por meio desse relato, as partes interessadas têm acesso às principais ações de *ESG* do Banco (do inglês *Environment, Social and Governance*, que significa Meio Ambiente, Social e Governança), bem como aos resultados de sua atuação. Dentre as várias atividades de *ESG* realizadas pelo Banco, destacam-se: financiamentos concedidos a projetos voltados à sustentabilidade em toda a área de atuação do Banco, fortalecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da Instituição e apoio financeiro a diversos projetos sociais por meio de incentivos fiscais, dentre outras. Os Relatórios de Sustentabilidade do Banco do Nordeste podem ser acessados em <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-sustentabilidade>.

Por meio das linhas de crédito verde do Banco, mais relacionadas ao aspecto ambiental no âmbito de *ESG*, são apoiados os projetos que promovem o uso sustentável de recursos florestais, florestamentos, reflorestamentos, recuperação ambiental e convivência com o

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

semiárido, recuperação de áreas degradadas, energias renováveis e eficiência energética, produção de base agroecológica, dentre outros. Em 2020, no âmbito das referidas linhas de crédito verde foram contratados R\$ 5,41 bilhões, em mais de 13 mil operações realizadas, distribuídas da seguinte forma: R\$ 5,25 bilhões contratados pelo Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE Verde, em que se destacam os financiamentos voltados à geração centralizada de energia por meio de fontes renováveis, além do apoio a projetos de micro ou minigeração distribuída de energia através de fonte fotovoltaica, onde foram realizados mais de 4.500 financiamentos que totalizaram R\$ 264,4 milhões financiados, dos quais R\$ 130,9 milhões (3.782 operações) vinculados a pessoas físicas (incluindo produtores rurais) e R\$ 133,2 milhões (766 operações) para empresas, registrando um valor médio de R\$ 34,6 mil e R\$ 173,9 mil, respectivamente; e R\$ 157,6 milhões contratados pelas linhas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

No final do exercício de 2020, o Banco do Nordeste relançou a publicação denominada “Agenda do Produtor Rural”, a qual no passado foi referência na região Nordeste como fonte de informações de qualidade acerca de diversos aspectos da condução de atividades agropecuárias. Entre referidas informações há diversos conhecimentos relacionados à condução das atividades rumo à sustentabilidade, tais como: financiamento por meio das linhas de crédito verde, estratégias e tecnologias de convivência com a seca, captação e armazenamento de águas das chuvas, declaração universal dos direitos da água, sistemas orgânicos de produção agropecuária, geração de energia solar no meio rural, entre outros tópicos relevantes.

A Agenda do Produtor Rural pode ser encontrada no Portal do Banco na Internet, seguinte caminho: <https://www.bnb.gov.br/agronegocio/agenda-produtor-rural>.

Sobre a PRSA do Banco do Nordeste, instrumento fundamental para nortear ações de ESG do Banco, até o final do primeiro semestre de 2020 um total de 94% das ações do Plano de Ação para a sua implementação haviam sido cumpridas. A partir do segundo semestre de 2020, foi iniciado o processo de atualização quinquenal da PRSA, com previsão de finalização no primeiro trimestre de 2021. Mais informações acerca da referida Política podem ser acessadas por meio do *link*: <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>.

Considerando a perspectiva social das ações de ESG, o Banco do Nordeste destaca-se, além dos resultados já citados referentes à geração de emprego e renda, pelo contínuo apoio a projetos sociais em sua área de atuação, destinando anualmente parte de seu imposto de renda devido a entidades sem fins lucrativos, na forma de apoio financeiro com recursos não reembolsáveis. Esse apoio é realizado no âmbito das seguintes leis de incentivos fiscais: Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo dos Direitos do Idoso, Lei de Incentivo ao Esporte, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas). Em 2020, foram selecionados 13 (treze) projetos somando aproximadamente R\$ 1,73 milhão (um milhão, setecentos e trinta mil reais), distribuídos em projetos de 6 (seis) estados, sendo: 6 (seis) projetos no Ceará, 2 (dois) em Pernambuco, 2 (dois) na Bahia, 1 (um) em Sergipe, 1 (um) em Minas Gerais e 1 (um) no Piauí. A relação de fundos e entidades beneficiadas pode ser acessada em <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias>.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Todas essas informações, além de diversas outras relacionadas a ações de ESG desenvolvidas pelo Banco do Nordeste, estão disponíveis no portal do Banco na Internet, no caminho: <https://www.bnb.gov.br/pt/responsabilidade-socioambiental>.

4.3 Política de Desenvolvimento Territorial

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Até o fim de 2020, o Programa possuía 132 Territórios/Projetos em andamento, divididos em três fases. A primeira fase composta por 21 projetos e a segunda, por 50. Ambas, atualmente, estão com seus Planos de Ação Territorial (PAT) em execução e monitoração. A terceira fase, com 61 projetos de desenvolvimento, iniciou execução dos seus planos em 2020.

Os Planos de Ação implementados nos primeiros 21 territórios abrangidos pelo Prodeter, bem como os 50 novos projetos da primeira expansão, para 2020, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos. Ressalta-se, ainda, que boa parte dos novos 61 projetos também evidenciaram resultados positivos nesse início de sua execução.

As atividades econômicas priorizadas no Prodeter receberam aproximadamente R\$ 945,1 milhões em financiamento em 2020. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter, desde 2016, o valor acumulado financiado já ultrapassou a marca R\$ 2,02 bilhões.

No ano de 2020, o Prodeter contou com cerca de 9.887 participantes, em que 8.708 são clientes do Banco, e desse total, 20% possuem operações de crédito com o BNB. O programa esteve presente em 649 municípios da área de atuação do Banco, o que representa 32,6%. E conta com um total aproximado de 1.800 instituições parceiras.

Assim como nos anos anteriores, em 2020, foi atualizado o banco de dados de registro e difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas objeto das ações do Prodeter, com resultados expressivos, valendo destacar:

- ✓ Avanços nas inovações tecnológicas na bovinocultura de leite, como a fertilização *in vitro* - (FIV) na Bahia e em Minas Gerais; produção de mudas para as unidades demonstrativas de bancos do forragens, no estado de Alagoas, bem como a realização de dias de campo, oficinas de capacitação, visitas técnicas, palestras virtuais, entre outras ações, com temas variados, desde reserva estratégica alimentar até o melhoramento genético dos rebanhos;
- ✓ Financiamento integrado e orientado nas diversas atividades priorizadas, viabilizando o aumento da produção, fortalecendo a competitividade, com destaque para os R\$ 500 milhões assegurados pelo Banco do Nordeste aos Carcinicultores do Rio Grande do Norte, bem como o financiamento de R\$ 6,0 milhões, a uma empresa âncora no setor de Turismo no Ceará;
- ✓ Continuidade do fortalecimento do associativismo, visualizado por meio da compra coletiva de insumos agropecuários e venda coletiva de produtos, com a disponibilização de novos canais de comercialização e aplicativos, além da reestruturação e criação de cooperativas de produtores, como por exemplo a implantação da Cooperativa dos Produtores de Leite de Rio Vermelho (Cooperiver)

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

em Minas Gerais, a criação da Cooperativa Agrícola dos Produtores Integrados de Caprinos e Ovinos do Nordeste (Capricon) em Pernambuco, o surgimento da Cooperativa dos Aquicultores da Paraíba (Aquivale), da Cooperativa dos Agricultores e Produtores Rurais de Hidrolândia no estado do Ceará, entre outras;

- ✓ Aumento da quantidade de produtores rurais com produção em bases agroecológicas e o uso da tecnologia para melhorar a produção, como por exemplo o projeto para desenvolvimento de *software* para rastreabilidade da produção orgânica - BNB/Fundeci no Espírito Santo;
- ✓ Aprimoramento da infraestrutura produtiva regional, como a Modernização do Abatedouro Frigorífico em Pernambuco, a instalação de Fábrica de Gelo (Financiada pelo BNB) em Sergipe, Implantação de Sistemas de Reuso de Águas Cinzas no Rio Grande do Norte, entre outras melhorias nos demais estados de atuação do Prodeter.

O Prodeter e o Plano AgroNordeste (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou, no dia 1º de outubro de 2019, o AgroNordeste - plano de ação para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e sustentável do meio rural da Região. Parte do programa implantado em 2019, com um total de 230 municípios contemplados, entre os nove estados do Nordeste e parte de Minas Gerais, divididos em 12 territórios.

Em 2020, as reuniões e ações do Agronordeste ocorreram de forma virtual na maioria dos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais, havendo um acréscimo do norte do Espírito Santo. Hoje são 16 territórios e 297 municípios beneficiados com o Programa. O AgroNordeste é voltado para pequenos e médios produtores que já comercializam parte da produção, mas ainda encontram dificuldades para expandir o negócio e gerar mais renda e emprego na região onde vivem.

Liderado pelo Mapa, o AgroNordeste está sendo desenvolvido em parceria com órgãos vinculados à pasta e instituições como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco do Brasil (BB).

O AgroNordeste é executado por comitês estaduais, os quais coordenam as ações vinculadas e os parceiros, assim como mobilizam os atores estaduais para a execução do Programa. Os comitês são integrados por representantes do Mapa, das entidades vinculadas e das instituições parceiras.

Os comitês estão fazendo os levantamentos necessários para definição dos projetos que serão desenvolvidos em cada um dos 16 territórios prioritários nos nove estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, sendo 3 territórios na Bahia, 2 territórios no Ceará, Pernambuco e Minas Gerais e 1 território nos demais estados. No segundo semestre de 2020, foram instalados os últimos comitês estaduais, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, totalizando 11 Comitês Estaduais.

O Banco do Nordeste, por meio do Prodeter, está integrado ao AgroNordeste, tendo como referência a implementação de ações convergentes. As atividades produtivas trabalhadas nos projetos do Prodeter atendem as atividades priorizadas no AgroNordeste. Dessa forma, o Prodeter contribui com 70 projetos, sendo 8 projetos de Apicultura, 1 de Aquicultura, 3 de Avicultura, 3 de Cajucultura, 6 de Cultivos Alimentares (arroz, feijão e mandioca), 29 de

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Bovinocultura (leite), 1 de Extrativismo Sustentável, 6 de Fruticultura irrigada (banana, melão, manga, melancia) e de 13 Ovinocaprinocultura (leite, carne e peles). De 11 Comitês Estaduais de Coordenação previstos, 8 foram instalados em 2019 e 3 em 2020, todos com a participação do Banco do Nordeste. O Banco participa da elaboração dos planos de ação territoriais, instalação dos escritórios locais e das atividades voltadas para estruturação e financiamento das atividades econômicas priorizadas.

Acordo de cooperação BNB & Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Tendo como referência a implementação de ações convergentes por parte do BNB e do Ministério do Desenvolvimento Regional, cujos propósitos se voltam para o desenvolvimento da Região, firmou-se um acordo de cooperação entre o Banco do Nordeste e o MDR, em julho/2018, com objetivo de realizar ações conjuntas envolvendo o Programa Rotas da Integração e o Prodeter.

O Programa Rotas da Integração Nacional consiste na formação de redes de arranjos produtivos locais que promovem a inovação e a competitividade dos empreendimentos a ele pertencentes. O desenvolvimento de inteligência territorial, por meio da identificação e financiamento de projetos de caprinovinocultura, apicultura, meliponicultura, bovinocultura de leite, fruticultura, cacauicultura, economia circular, biodiversidade e tecnologia da informação/comunicação, no âmbito do FNE, nos territórios sinalizados, também faz parte do arcabouço do acordo.

Em 2020, a equipe do Prodeter participou das 03 rodadas de negócios da Rota do Cordeiro promovidas pelo MDR, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Essas rodadas de negócios promovem a integração vertical entre empresas de processamento e ovinocaprinocultores, fortalecendo as cadeias produtivas da caprinocultura e da ovinocultura, conferindo ganhos de renda para os envolvidos. As rodadas envolveram os polos Cordeiro Potiguar, no Rio Grande do Norte, polo Bacia do Jacuípe e Médio Rio das Contas, na Bahia e o polo Sertão do São Francisco, localizado em Pernambuco. Nesses 3 polos, o Prodeter possui marcante atuação por meio dos Planos de Ação Territorial.

Atualmente o Programa Rotas da Integração Nacional possui 28 polos na área de atuação do Banco do Nordeste, divididos em 08 atividades produtivas, quais sejam: caprinovinocultura (13), bovinocultura de leite (1), fruticultura (2), apicultura (4), cacauicultura (1), economia circular (1), biodiversidade (3) e tecnologia da informação/comunicação TIC (3). Em 2020, foi instalada a Rota TIC - Sertão Digital, na Ride Petrolina-Juazeiro.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**5.1 Ativos Totais BNB**

O Banco do Nordeste teve, em 2020, um aumento de R\$ 3,19 bilhões em ativos totais, em relação ao exercício anterior, totalizando volume de R\$ 61,82 bilhões.

Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, os relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos.

As principais origens da elevação dos ativos são observadas nas seguintes movimentações: a) redução das disponibilidades do FNE, por volta de R\$ 8,40 bilhões, fruto do aumento dos desembolsos das operações contratadas; b) aumento das captações no Mercado Aberto (R\$ 7,18 bilhões), Depósito Interfinanceiro (R\$ 831,1 milhões) e Depósito de Poupança

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

(1,42 bilhão). Além disso, a geração de lucro (já deduzida a provisão prevista de 25% de dividendos) impactou positivamente o ativo no montante de R\$ 744,6 milhões (geração orgânica de capital, via resultado).

No que diz respeito à composição do saldo, observou-se notadamente aumento no volume de operações de crédito em 23,8% ou R\$ 2,25 bilhões, totalizando um saldo de R\$ 11,68 bilhões (R\$ 9,43 bilhões em dez/19). Ao final do exercício, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários correspondeu a R\$ 38,83 bilhões.

5.2 Resultado Líquido

O Lucro Líquido Recorrente do exercício de 2020, conforme Tabela 5 adiante, alcançou R\$ 1.441,1 milhões, o que representou uma elevação de 12,8% em relação aos R\$ 1.277,2 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio, no período, foi de 23,8% a.a.

O resultado recorrente do exercício de 2020 teve como principais fatores:

- a) crescimento das receitas do Crediamigo no montante de R\$ 305,2 milhões;
- b) elevação de receita de Del Credere em operações de crédito do FNE no montante de R\$ 342,4 milhões; e
- c) redução da provisão de crédito do Banco (incluindo as coobrigações com FNE) em R\$ 96,0 milhões, chegando ao montante de R\$ 663,7 milhões em 2020, contra R\$ 759,7 milhões em 2019 (queda de 12,6%).

Por outro lado, o Lucro Líquido do exercício de 2020, quando computados os resultados não recorrentes, alcançou R\$ 1.019,2 milhões, o que representou uma redução de 41,3% em relação aos R\$ 1.736,7 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. Já o Resultado Operacional alcançou R\$ 1.551,1 milhões, representando redução de 36,4% em relação aos R\$ 2.440,7 milhões obtidos no exercício de 2019. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio, nesse critério, foi de 17,4% a.a.

Destacam-se os fatores que explicam as principais variações do lucro não recorrente do exercício de 2020 em relação ao resultado de 2019:

- a) incremento de provisão adicional (Prudencial) no montante de R\$ 509,9 milhões;
- b) reconhecimento de *Impairment* em aplicações de títulos no montante de R\$ 312,0 milhões; e
- c) despesas de indenizações com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), no montante de R\$ 30,3 milhões.
- d) resultados provenientes de recuperações de crédito extraordinárias, efetivadas em cumprimento das Leis 13.340/17 e 13.606/18, as quais totalizaram R\$ 740,2 milhões, que influenciaram o resultado de 2019 e não se repetiram em 2020.

Tabela 5 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R\$ Milhões)

Demonstração do Resultado não Recorrente	2019	2020	Var. R\$	Var. %
Lucro Líquido Recorrente	1.277,2	1.441,1	163,9	12,8%
ROE (a.a.)	27,6%	23,8%	-	-
Resultados não recorrentes	775,9	(852,2)	(1.628,1)	(209,8%)
Recuperação de Crédito - Lei 13.340/13.606 ¹	740,2	-	(740,2)	(100,0%)
<i>Impairment</i> de Títulos	(126,8)	(312,0)	(185,5)	146,3%

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	(4,5)	(30,3)	(25,8)	573,3%
Provisão Prudencial	-	(509,9)	(509,9)	-
Ativo Fiscal Diferido (alteração de alíquota de CSLL de 15% para 20%)	167,0	-	(167,0)	(100,0%)
IR, CSLL e outros efeitos sobre resultados não recorrentes	(316,4)	430,3	746,8	(235,9%)
Lucro Líquido	1.736,7	1.019,2	(717,5)	(41,3%)

¹ Inclui artigo 29-A da Lei 13.606 - Ops. Prodecer III

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

5.3 Eficiência Operacional

O Banco do Nordeste apresentou, em 2020, índice de eficiência operacional de 62,2%, caracterizado pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, o que representa aumento de 9,9 pontos percentuais em comparação com o exercício anterior.

A queda do índice de eficiência observa-se porque houve uma elevação expressiva na margem financeira de 2019 decorrentes de recuperações de crédito extraordinárias, efetivadas em cumprimento das Leis 13.340/17 e 13.606/18, as quais totalizaram R\$ 740,2 milhões.

Especificamente, as despesas com Pessoal tiveram, em 2020, um acréscimo de 8% em relação a 2019, explicados parte pelos reajustes salariais concedidos nas datas-bases de setembro de 2019 e setembro de 2020 e em face do Programa de Incentivo ao Desligamento implementado em 2020.

Quanto às demais despesas administrativas, observa-se, no período, elevação de 4,8%. Destaca-se redução em despesas com viagens no País (queda de R\$ 8,1 milhões ou 50,6%) e elevação nos seguintes itens: R\$ 63,9 milhões ou 10,5% em despesas com Serviços de Terceiros (especialmente microcrédito); R\$ 16,6 milhões ou 140,8% em Propaganda e Publicidade; e R\$ 10,8 milhões ou 28,4% em Serviços do Sistema Financeiro.

5.4 Patrimônio Líquido

O Banco do Nordeste apresentou Patrimônio Líquido de R\$ 6.172,0 milhões ao término do exercício de 2020. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/3/2020, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 1.757,0 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.472,6 milhões e reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 284,4 milhões, sem emissão de novas ações. Assim, o Capital Social passou de R\$ 3.813,0 milhões para R\$ 5.569,9 milhões representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

5.5 Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital estipulados, o que tem garantido margem para continuar expandindo os seus negócios. Em 31/12/2020, o Banco apresentou um índice de Patrimônio de Referência (PR) de 13,10% (14,42% em 31/12/2019). O índice de Patrimônio de Referência Nível I ficou em 10,02% (10,44% em 31/12/2019) e o de Capital Principal foi de 8,82% (9,04% em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

31/12/2019). O Patrimônio de Referência (PR) apurado foi de R\$ 8.729,5 milhões (R\$ 8.265,6 milhões em 31/12/2019), o Nível I registrou o valor de R\$ 6.675,2 milhões (R\$ 5.983,0 milhões em 31/12/2019) e o Capital Principal R\$ 5.879,3 milhões (R\$ 5.182,0 milhões em 31/12/2019), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 66.623,7 milhões (R\$ 57.311,9 milhões em 31/12/2019).

Tabela 6 - Adequação Patrimonial (R\$ milhões)

Especificação	31/12/2019	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	8.265,6	8.729,5
. Nível I	5.983,0	6.675,2
. Capital Principal	5.181,9	5.879,3
. Capital Complementar	801,0	795,9
. Nível II	2.282,6	2.054,3
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	57.311,9	66.623,7
Valor do IRRBB	21,5	113,6
Margem sobre o PR Requerido	3.680,6	3.399,6
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.659,1	3.286,0
Margem sobre o PR Nível I Requerido	2.544,3	2.677,8
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.602,9	2.881,2
Adicional de Capital Principal-ACP Requerido (RWA * 1,25%) (*)	1.432,8	832,8
Margem sobre o ACP Requerido	1.111,5	1.845,0
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,04%	8,82%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,44%	10,02%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,0%)	14,42%	13,10%
. Índice de Basileia incluindo IRRBB	14,35%	12,83%

(*) em dezembro/2019, o ACP era 2,5%.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

A queda observada nos requerimentos mínimos de capital ocorreu em função da expansão do RWA em proporção superior à elevação do PR, na sua maior parte representada pelas coobrigações do BNB em operações de crédito do FNE. No que se refere, especificamente, ao índice de Patrimônio de Referência, vale ressaltar a redução ocorrida no Nível II por conta da aplicação do redutor no valor das dívidas subordinadas contratadas junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), conforme determina o Art. 29-A da Res. 4.192/2013, do CMN.

6. Desempenho Operacional

6.1 Volume de Contratações

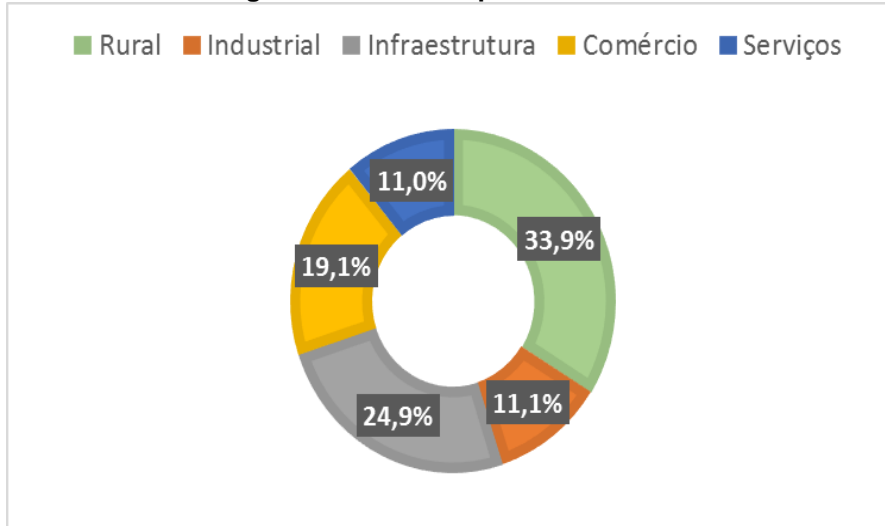
O Banco do Nordeste contratou, em 2020 a quantidade total de 5,1 milhões de operações de crédito que somaram R\$ 40,07 bilhões.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços foram responsáveis por 66,5%, dos recursos contratados, somando R\$ 26,66 bilhões em 653,1 mil operações. As operações da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

área rural tiveram maior participação no volume contratado de longo prazo, com 33,9% (R\$ 9,03 bilhões), seguido da infraestrutura, que obteve 24,9% dos recursos (R\$ 6,64 bilhões), conforme Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Contratações dos Financiamentos de Longo Prazo em 2020 por Setor Econômico

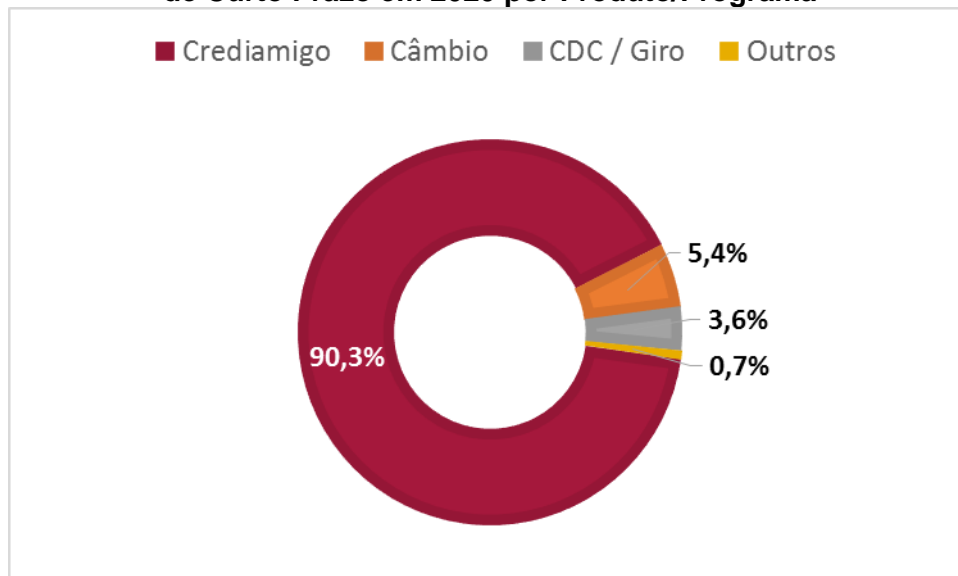


Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R\$ 13,41 bilhões, com total de 4,5 milhões de operações.

Quanto aos empréstimos de curto prazo (Gráfico 3), os quais representaram 33,5% do volume contratado em 2020 (R\$ 13,41 bilhões), destacam-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 90,3% das contratações de curto prazo, alcançando R\$ 12,11 bilhões, e as operações de Câmbio, que somaram R\$ 725,4 milhões (5,4%).

Gráfico 3 - Contratações de Empréstimos de Curto Prazo em 2020 por Produto/Programa

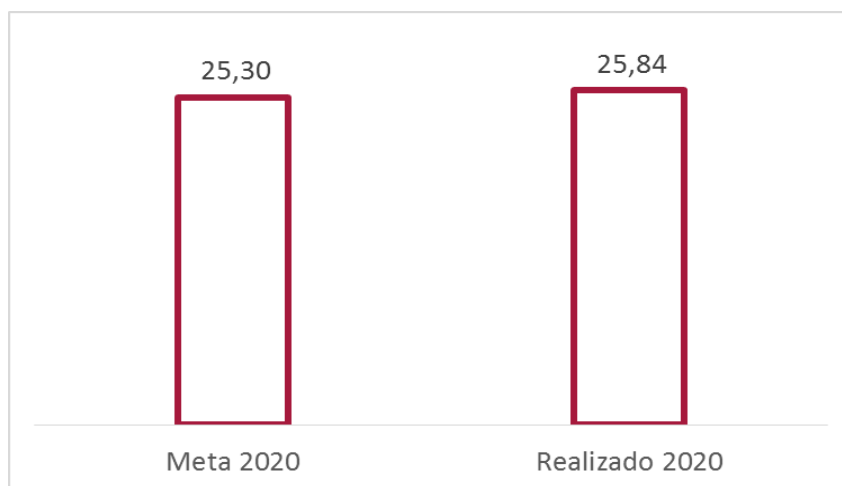


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

As contratações de recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) alcançaram 102,1% da meta estabelecida para 2020, totalizando R\$ 25,84 bilhões contratados no ano, sendo R\$ 24,79 bilhões com os financiamentos de Longo Prazo e R\$ 1,05 bilhão por meio FNE-Crediamigo (empréstimos de Curto Prazo), conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Contratações do FNE em 2020
Meta x Realizado (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Captação de Recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 31/12/2020, saldo de captação de recursos de R\$ 10,47 bilhões, aumento de 19,7% em relação ao saldo apresentado em dezembro de 2019. Os depósitos à vista totalizaram R\$ 853,2 milhões em dezembro de 2020, configurando incremento da ordem de 110,5% frente a 2019. Os depósitos de poupança alcançaram saldo de R\$ 4,05 bilhões em dezembro de 2020, aumento de 53,8% em 12 meses. Em dezembro de 2020, as captações em depósitos a prazo somaram R\$ 5,57 bilhões, redução de 2,4% em relação ao ano anterior, em linha com a estratégia de captação do Banco.

Tabela 7 - Captações de Recursos 2020 (R\$ milhões)

Captações	Dez/19	Dez/20	Variação
Depósitos a Vista	405,3	853,2	110,5%
Depósitos de Poupança	2.633,8	4.050,7	53,8%
Depósitos a Prazo	5.711,4	5.573,2	- 2,4 %
Total	8.750,5	10.477,1	19,7 %

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento e Diretoria Financeira e de Crédito

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento**

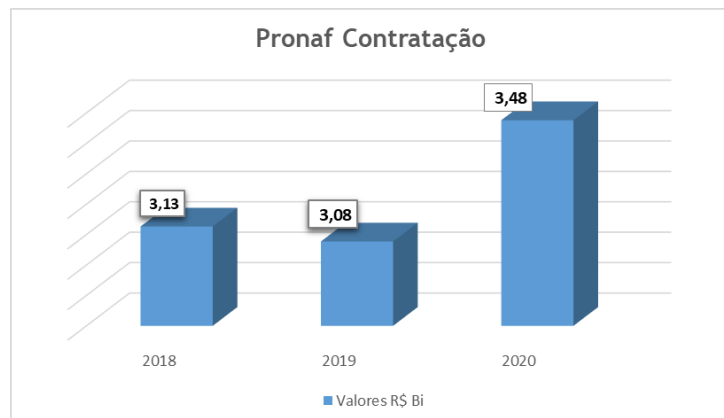
Em 2020, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou saldo de R\$ 9.272,9 milhões e crescimento de 8,8% em relação a 2019. Na mesma posição, o Banco do Nordeste realizava a gestão de 20 fundos de investimento, com 95.063 cotistas, evolução de 7,2% em relação ao mesmo período de 2019. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 64,3 milhões em 2020, incremento de 13,7% em relação ao ano anterior.

Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O Patrimônio Líquido do Finor atingiu, no exercício de 2020, valor de R\$ 1.051,3 milhões, apresentando acréscimo de 12,8% em relação a 2019, decorrente do ingresso líquido positivo de recursos oriundos de incentivos fiscais, e da remuneração incidente sobre os recursos do fundo depositados no Banco e ainda não aplicados. A receita com taxa de administração sobre a carteira do Finor totalizou R\$ 21,7 milhões no mesmo período, acréscimo de 14,2% em relação a 2019.

6.2 Desempenho por Segmento**Agricultura Familiar**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Tem como público-alvo os agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida por entidades credenciadas pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).



O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro na região Nordeste do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com carteira ativa de R\$ 10,02 bilhões e 1,9 milhões de operações em dezembro de 2020.

Os resultados do Banco na operacionalização do Pronaf, em 2020, incluindo as operações realizadas pelo Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), registraram a contratação de 583.258 financiamentos, no valor total R\$ 3,48 bilhões, o que representa crescimento de 12,9% em valor aplicado em relação a 2019. Do montante aplicado, 76,47% compreende financiamentos no semiárido.

Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF Social

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF / Terra Brasil compreende três linhas de financiamentos, das quais o Banco operacionaliza o PNCF Social, que se distingue nos componentes:

- a) Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT): proposta de financiamento para aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento;
- b) Subprojetos de Investimentos Básicos (SIB): projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT;
- c) Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC): projetos de infraestrutura básica e produtiva executados pelas associações de trabalhadores rurais constituídas exclusivamente pelos beneficiários da linha PNCF Social, com recursos não reembolsáveis oriundos do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, repassados por meio de contrato específico de transferência de recursos.

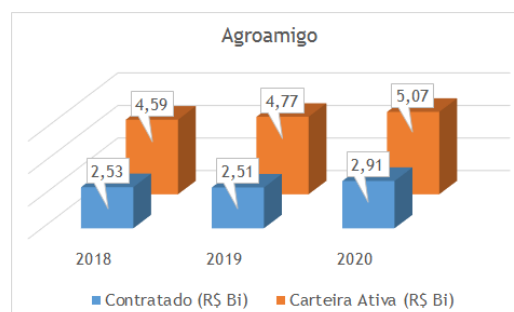
Em 2020, destaca-se a realização de 679 operações de Crédito Fundiário, subprojetos SAT/SIB, as quais somaram R\$ 51,9 milhões, representando um crescimento de 260,4% em relação ao valor aplicado no ano anterior. Registra-se, ainda, realização de 15 contratos de repasse no subprojeto SIC, no montante de R\$ 4,3 milhões.

Por sua vez, a carteira ativa do Crédito Fundiário no Banco do Nordeste em dezembro de 2020 contava com 11.260 operações e saldo líquido de R\$ 353,3 milhões.

Microempreendedor Rural

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B, e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações até R\$ 20 mil, exceto Grupos A e A/C, detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida e obedecendo a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Em 2020, o Programa de Microcrédito Rural registrou a contratação de 564.884 financiamentos, totalizando R\$ 2,91 bilhões destinados à agricultura familiar da Região, o que representa crescimento de 15,5% em relação a 2019. Destaca-se que o produto Agroamigo Mais disponibilizou o montante de R\$ 242,8 milhões ao público atendido, um acréscimo de 28% em relação a 2019. A carteira ativa do Agroamigo, em dezembro de 2020, chegou a R\$ 5,07 bilhões, com 1,3 milhões de clientes ativos, dos quais 76,17% estão no semiárido e 85% possuem renda de até R\$ 10 mil/ano, indicando a efetividade do Programa em atender as famílias de renda mais baixa, na área mais seca do Nordeste brasileiro.



Microempreendedor Urbano

O Banco do Nordeste trabalha no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo que desembolsou, em 2020, o valor de R\$ 12,11 bilhões. Apesar do atual contexto de pandemia causada pelo vírus Covid-19, o Programa ultrapassou a meta estabelecida de 11,50 bilhões.

A quantidade de desembolsos alcançou 4,4 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2020, 2,2 milhões de clientes com empréstimos ativos. Já a capacidade operacional do Crediamigo apresentou média de 17,7 mil desembolsos ao dia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaque-se, ainda, que a inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 0,84%, onde se observa queda do indicador em relação a 2019. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, uma vez que o Programa atendeu 374 mil clientes novos com concessão de crédito gerando abertura de novas contas-correntes no decorrer do ano de 2020. As contas-correntes dos clientes do Crediamigo não estão sujeitas à cobrança de tarifa.

Tabela 8 - Variação 2019 X 2020 Resultados Globais

Ano	Desembolso Ano (em R\$)	nº de Operações	nº de Clientes Ativos	nº de Clientes Novos	nº de Agentes de Microcrédito	Inadimplência
2019	10.603.945.933	4.587.038	2.247.891	475.582	3.254	1,45%
2020	12.107.377.758	4.448.117	2.291.108	374.792	3.362	0,84%
Δ%	14,2%	-3,0%	1,9%	-21,2%	3,3%	-42,1%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Tabela 9 - Resultados Globais - Série 2018-2020

Ano	Desembolso Ano (em R\$)	Nº de Clientes Ativos
2018	8.953.728.094,00	2.065.167
2019	10.603.945.933,41	2.247.891
2020	12.107.377.757,76	2.291.108

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

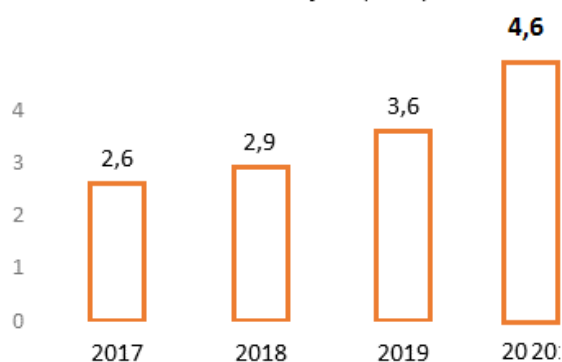
Micro e Pequena Empresa (MPE)

O segmento de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Nordeste abrange as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões. Esse segmento alcançou novo recorde histórico na aplicação de crédito, em 2020, tendo contratado R\$ 4,61 bilhões num total de 49.489 operações de crédito, englobando os três setores econômicos e as mais diversas atividades constantes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae). O número marca um crescimento de 26,7% em relação às contratações realizadas no ano de 2019.

Considerando apenas os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o montante financiado foi de R\$ 4,31 bilhões, que representa alcance de 107,9% da meta estabelecida para o período. Destaque-se, ainda, a superação da meta FNE para Micro e Pequenas Empresas em todos os Estados de atuação do Banco do Nordeste. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 2,24 bilhões em contratações, correspondendo a 52,1% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. No setor de

Micro e Pequena Empresa (MPE)

Contratações (R\$ bi)



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

serviços, foi aplicado valor de R\$ 1,16 bilhão representando 27,1% do total, enquanto no setor de indústria foi aplicado R\$ 784 milhões, ou seja, 18,2% do total de recursos. Na região do Semiárido, um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 20.860 operações, o que representa 50,4% do total de operações efetivadas.

Apesar de um ano atípico em virtude da pandemia do novo coronavírus, o Banco do Nordeste ampliou o apoio às micro e pequenas empresas da Região oferecendo linhas de crédito com condições adequadas para o enfrentamento da crise, além de ter provido a prorrogação automática dos reembolsos previstos para o ano de 2020 de mais de 62.000 operações de crédito, além de oferecer um maior prazo (alongamento) para que os empreendimentos pudessem se restabelecer após a pandemia.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste também operacionalizou a linha de crédito Pronampe em uma importante iniciativa do Governo Federal para conceder crédito às Micro e Pequenas Empresa, com a contratação de R\$ 206 milhões em 3.302 operações.

Considerando, ainda, a necessidade de cumprir as orientações de distanciamento social em virtude da pandemia do novo coronavírus, o Banco do Nordeste preocupou-se em oferecer diversos serviços de forma digital, a exemplo da renegociação digital, da autovistoria, da solicitação de crédito de forma digital com *upload* de documentos e do cadastro digital. Desta forma, as micro e pequenas empresas continuaram tendo acesso ao crédito e ao atendimento de forma virtual, propiciando mais comodidade, rapidez e eficiência para os negócios realizados.

Os expressivos números descritos ratificam a política de atuação do Banco do Nordeste junto ao segmento de micro e pequenas empresas, incentivando o investimento em inovação, no fortalecimento da competitividade e no aumento da produtividade, em aderência ao direcionamento do Governo Federal.

Agronegócio Pessoa Física

Na qualidade de principal agente financeiro na Região, o BNB atua no Agronegócio para promover o desenvolvimento sustentável, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias. Para cumprir sua missão, atua ainda integrado às políticas públicas do Governo Federal para a Região.

É líder no crédito rural em sua área de atuação, atuando de forma diferenciada e com soluções inovadoras para os clientes. Para tanto, está atento aos cenários e tendências do Agronegócio, adequando seus produtos e serviços e visando dar maior competitividade aos produtores rurais.

É importante destacar as parcerias estratégicas com federações, entidades empresariais e institucionais que têm forte atuação junto ao Agronegócio. Nesse sentido o acordo de cooperação com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) objetiva o atendimento aos produtores por meio do acesso ao crédito, da assistência técnica e gerencial e do acompanhamento dos empreendimentos. Por outro lado, as parcerias com empresas fornecedoras visam estabelecer ações para a modernização e mecanização do setor.

Ressalta-se, ainda, que o Banco do Nordeste segue as diretrizes do Governo Federal, e para o Agronegócio especificamente, atua em sintonia com o Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de potencializar as ações junto com outras instituições regionais, como Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Durante todo o ano de 2020 o Banco do Nordeste esteve engajado, também, no Plano AgroNordeste, plano do Governo Federal lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para apoiar a organização das cadeias produtivas visando o seu crescimento e sustentabilidade; tendo aplicado, em toda área de atuação, nos territórios do Programa, o montante de R\$ 3,37 bilhões.

O Banco do Nordeste, nesse cenário da pandemia, está agindo no Agronegócio seguindo as orientações, recomendações e determinações do Ministério da Saúde e demais autoridades, deliberando medidas e ações nos pilares do crédito, da transparência, da prevenção e proteção a empregados e terceiros, do funcionamento e atendimento a clientes.

Em 2020, foram contratadas 7.372 operações, no valor de R\$ 3,17 bilhões, com recursos do FNE para atendimento aos produtores rurais na área de atuação do Banco, sendo R\$ 1,67 bilhão com mini e pequenos produtores rurais, distribuídos em 6.687 operações, representando 53% do valor aplicado. O montante contratado equivale a 132,4% da meta estabelecida para o ano, destacando que 57% do valor foi destinado ao custeio, 39% ao investimento e 4% à comercialização. Além disso, o Banco do Nordeste disponibilizou uma nova fonte de recursos para atender a demanda crescente do Agronegócio, com aplicação de mais de R\$ 565,6 milhões.

No total, foram aplicados R\$ 3,73 bilhões em toda área de atuação, crescimento de 21% ante 2019.

Diversas ações foram realizadas ao longo do ano, no sentido de impulsionar os resultados do Banco, promovendo simplificação e desburocratização de processos, ampliação da base de clientes, elevação da rentabilidade e a expansão do atendimento digital no Agronegócio. Dentre essas ações destacam-se: o App BNB Agro, que possibilita o acesso rápido, fácil e centralizado a vários serviços do Banco e a Agenda do Produtor Rural com indicadores técnicos que auxiliam o desenvolvimento das atividades rurais.

Na posição de dezembro de 2020, o ativo (FNE) do Agronegócio Pessoa Física no Banco, incluindo mini e pequenos produtores, foi de R\$ 12,50 bilhões, envolvendo 69,7 mil operações.

Pessoa Física

O segmento Pessoa Física atua no atendimento a sócios, funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas. A partir de 2019, esse segmento passou a atender, também, os clientes consumidores de produtos e serviços financeiros, não enquadrados nos demais segmentos. Com isso, esse segmento passou a ser mais abrangente, contemplando qualquer cliente pessoa física que seja consumidor de produtos e serviços financeiros, tais como: crédito para bens de consumo, financiamento estudantil ou crédito para geração de energia distribuída em unidades residenciais (FNE Sol Pessoa Física) e/ou aplicações financeiras.

Em 2020, por meio de um processo de concessão de crédito ágil e simplificado, além de totalmente automatizado, o FNE Sol PF ganhou grande destaque com a contratação de 3.713 operações, no valor de R\$ 112,9 milhões. O montante equivale a 141% da meta estabelecida para o ano, e um crescimento de mais de 30% quando comparado ao valor contratado no exercício anterior. Ressalta-se, ainda, a relevância social desses financiamentos, que proporcionam a geração de energia limpa e sustentável para as residências na Região, inclusive com cumprimento da meta gerencialmente distribuída de R\$ 10,0 milhões para as unidades que atendem municípios situados dentro dos territórios do plano AgroNordeste.

Importante destacar a expansão do programa de financiamento estudantil (P-Fies), em que foram contratados R\$ 11,7 milhões em operações com fonte de recursos exclusivamente do

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

FNE, esse valor representa 117% da meta estabelecida e um acréscimo de 58% em relação ao montante contratado em 2019. Atualmente, existem acordos com 122 Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior que viabilizam a execução do programa em todos estados de atuação do Banco.

Governo

Os 2.000 clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas da administração pública indireta, categorizadas como “não dependentes”, conforme legislação vigente.

Na posição de 31/12/2020, o segmento respondia por captações superiores a R\$ 723,0 milhões, e saldo médio de aplicações no valor de R\$ 687,3 milhões, atingindo 100,8% da meta anual estabelecida para o segmento no Programa de Ação 2020 do Banco. No ano de 2020, observou-se um crescimento do saldo médio das captações totais na ordem de R\$ 164,2 milhões, correspondendo a uma ampliação percentual de 31,4% no período analisado.

Sob a ótica dos produtos Fundos de Investimento, verificou-se um crescimento de 51,4%, destacando-se o percentual de participação das captações realizadas com clientes de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), tendo alcançado um saldo médio de R\$ 351,0 milhões, no corrente ano, correspondendo a 74,1% do volume aplicado pelo segmento no Banco. O resultado é reflexo de estratégia adotada desde o final de 2017, quando o Banco do Nordeste vem aprimorando e intensificando o processo de captação e acompanhamento das aplicações dos RPPS da área de atuação do Banco nos Fundos de Investimento. Essa estratégia tem possibilitado a expansão do saldo dos RPPS no BNB de R\$ 197,1 milhões, em janeiro/2018, para R\$ 372,0 milhões, em dezembro/2020, ou seja, uma expansão próxima de 90% em 3 anos.

Finalmente, o referido segmento conta com um ativo total de R\$ 498,0 milhões, representados por operações contratadas com os estados da região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sob a égide do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

Empresarial

O segmento Empresarial atende as empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Em 2020, o Banco alcançou quantitativo de 13.269 clientes com perfil do segmento empresarial, evolução de 14,54% frente ao número apresentado no final de 2019.

Essas empresas contrataram junto às carteiras do segmento empresarial R\$ 5,46 bilhões de operações com FNE, exceto infraestrutura, o que representa uma redução de apenas 4,88% em relação a 2019 considerando o momento da pandemia e a redução das amortizações dos recursos da fonte FNE fazendo com que o Banco restringisse alguns tipos de operações com esses clientes. É importante ressaltar que houve um crescimento de 22% nas operações de clientes de porte pequeno-médio e médio com recursos do FNE considerando os clientes das carteiras do segmento.

Com relação às operações de infraestrutura, o segmento Empresarial contratou R\$ 0,24 bilhão de FNE, apenas 30,1% do realizado em 2019, devido à destinação das operações de infraestrutura para o segmento Corporate.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Corporate**

O segmento Corporate é composto por empresas de grande porte com faturamento bruto anual superior a R\$ 400,0 milhões, além de empresas com operações sindicalizadas ou no âmbito da Infraestrutura, independentemente do seu faturamento.

O atendimento desse nicho de mercado fica a cargo das 14 plataformas de atendimento, distribuídas nos 11 estados de atuação do Banco.

Ao final do exercício de 2020, as carteiras *Corporate* possuíam um total de 1.046 clientes ativos, o que resulta em um crescimento de 20,5% em relação ao número de clientes ao final do ano de 2019.

Em 2020, o segmento Corporate contratou R\$ 7,68 bilhões em operações com recursos do FNE (inclusive operações de Nordeste Exportação), representando 60,1% do volume contratado no ano anterior. Do montante contratado pelo segmento, R\$ 6,33 bilhões foram voltadas para as operações de Infraestrutura com foco em iniciativas nas áreas estruturantes para o desenvolvimento regional, a exemplo de geração de energia, principalmente eólica e fotovoltaica, distribuição e transmissão de energia, saneamento básico e logística.

A redução dos valores contratados deve-se, em grande parte, à pandemia do Covid-19, a qual suspendeu diversos projetos de investimentos das grandes empresas, muito em virtude das incertezas que pairavam no início da pandemia. Além disso, foi necessário suspender as amortizações das operações já existentes, proporcionando aos clientes o fôlego necessário para enfrentamento da crise. A suspensão das amortizações reduziu os reingressos de recursos e, conseqüentemente, comprometeu o orçamento inicialmente previsto para o segmento.

Apesar da redução nos valores contratados, o segmento Corporate desembolsou R\$ 8,87 bilhões, o que corresponde a 34,5 % dos valores desembolsados pelo Banco, perfazendo um total de 124,4% da sua meta prevista.

Ainda, os clientes do segmento contrataram R\$ 1,07 bilhão em operações de curto prazo, inclusive operações de câmbio, resultando num crescimento de 46,3% em relação ao exercício de 2019.

6.3 Recuperação de Crédito

No ano de 2020 foram regularizados mais de R\$ 3,00 bilhões de créditos inadimplidos que estavam em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias, dentre os quais mais de R\$ 410 milhões foram recebidos à vista. Este montante importou na regularização de 154.471 operações com recursos do FNE e de 6.439 operações com outras fontes.

O volume de regularização, apresentou renegociações inferiores ao de 2019, tendo em vista o término da vigência da Lei nº 13.340/2016, que possibilitou, até o fim daquele exercício, a liquidação ou renegociação de operações contratadas até 2011. Acrescente-se à diminuição da *performance*, os impactos econômicos das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da Covid-19, que afetaram fortemente as empresas da Região devido às medidas sanitárias adotadas pelos órgãos de saúde.

No enfrentamento dos efeitos prejudiciais na economia, medidas foram tomadas com a implementação pelo Banco da “Renegociação Emergencial de Dívidas - Impactos Negativos da Covid-19” e da publicação das Resoluções do CMN nºs 4.798 e 4.801, destinadas a mitigar as dificuldades operacionais e financeiras causadas pela pandemia, destacando as regularizações de operações efetuadas nas formas digital e automática.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Segue Tabela 10, contendo os quantitativos de operações e os valores regularizados em 2019 e 2020:

Tabela 10 – Quantidades de Operações e Valores de Regularização de Dívidas
(R\$ mil)

2019		2020	
Quantidade de Operações.	Valor	Quantidade de Operações.	Valor
157.024	16.203.350	160.910	3.000.000

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

Com a adaptação do canal digital de atendimento, ocorrida em março/2020, para atender aos clientes impactados pela pandemia de COVID-19, o BNB registrou números recordes de renegociações por esta via, alcançando 29.972 propostas que tramitaram pelo sistema digital.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****7. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

Nesse sentido, o Banco do Nordeste, como entidade da Administração Pública Indireta, mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa, órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão. Nesta ordenação estão presentes o Conselho de Administração, assessorado pelos Comitês de Auditoria, de Remuneração e Elegibilidade, de Riscos e de Capital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

A estrutura de Governança Corporativa do Banco, disponível em <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-banco/estrutura-organizacional>, está assim apresentada:

- ✓ Assembleia Geral
- ✓ Conselho de Administração
- ✓ Diretoria Executiva
- ✓ Conselho Fiscal
- ✓ Comitê de Auditoria
- ✓ Comitê de Remuneração e Elegibilidade
- ✓ Comitê de Riscos e de Capital
- ✓ Auditoria Interna
- ✓ Ouvidoria
- ✓ Controles Internos e *Compliance*
- ✓ Comissão de Ética
- ✓ Auditoria Externa

A estrutura de governança do Banco está definida em seu Estatuto Social, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto, disponível na Internet em <http://www.bnb.gov.br/estatuto-social>.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis vigentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética e Integridade do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição. Em consonância com dois valores básicos da Instituição, acesso e transparência das informações, também está normalizada a arquitetura organizacional do Banco, compreendendo suas unidades organizacionais, subordinação, atribuições, organograma e distribuição do quantitativo de vagas. O Banco possui mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos e *compliance*.

Internamente, a política de tomada de decisões dá-se de modo colegiado em todas as suas unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança da Instituição. Para tanto, são utilizados comitês, subcomitês e comissões de

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

nível estratégico, que visam à mitigação dos riscos associados ao processo de tomada de decisão.

7.1 Auditoria

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem por propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos e governança, visando adicionar valor à organização, reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos corporativos, contribuindo com a melhoria das estruturas de controle, de forma independente e objetiva.

No ano de 2020, destacam-se os seguintes trabalhos de auditoria no período examinado: Administração de Crédito - Resolução CMN nº 4.798; Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed); Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef); Contabilidade; Controles Internos; Convênios, Acordos e Ajustes; Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); Fundos de Investimentos (Finor); Gerenciamento de Capital; Gerenciamento de Recursos de Tesouraria; Gestão de Riscos - Impactos da Pandemia; Gestão Integrada de Riscos; Governança Corporativa; Prestação de Contas - FAT; Programa de Integridade; Recuperação de Crédito - Cobrança Extrajudicial; Segurança Cibernética.

7.2 Controles Internos

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; o compromisso de seus empregados em atuar com o foco nos objetivos empresariais e transparência; estrutura organizacional que garanta a segregação de funções e que possibilite a adequada delegação de autoridade e de atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos, *compliance* e segurança da informação.

Os objetivos da Estrutura de Controles Internos no BNB são: a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes; b) testar e avaliar a aderência da Instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta; c) monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas; e d) contribuir para a otimização dos resultados empresariais.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco como responsável, perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos.

A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel de apoio à Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e Integridade, representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuar para a melhoria dos processos internos da Instituição.

A segregação de funções também é outro diferencial. É aplicada com o intuito de atender aos princípios e às boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que: a) a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

gerenciamento dos recursos do Banco; b) as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e independente da área de negócios; c) as funções de avaliação de risco são segregadas daquelas afetas à concessão do crédito; d) a elaboração / renovação dos cadastros dos clientes, instrução das propostas de concessão e de renegociação de créditos são apartadas da área de negócios; e) as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento; e f) as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.

As atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor repartição quanto às funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil-financeira dos recursos do FNE. Integra, ainda, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste, o conjunto de políticas, normas e procedimentos que servem à formalização de decisões e ações administrativas, como também de orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados da Instituição.

Ao elaborar e publicar, desde 2018, as Políticas de Partes Relacionadas, de Proteção ao Denunciante, de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Revelantes e de Participações Societárias, o Banco do Nordeste reforçou ainda mais o compromisso com a governança, conformidade de seus processos e com a integridade de suas operações junto ao seu corpo de empregados, às autoridades constituídas, aos seus clientes e com a sociedade em geral.

O indicador de conformidade (IC) do BNB, em 2020, atingiu 98,05%. Esse resultado ratifica a orientação empresarial da administração do Banco de realizar negócios de forma íntegra, sustentável e rentável.

O conjunto de todas as políticas e diretrizes do Banco é orientado pela transparência com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantem o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

8. GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos no Banco do Nordeste do Brasil tem por fundamento a sua Política Corporativa e a Declaração de Appetite por Riscos (RAS), documentos definidos pelo Conselho de Administração e cuja construção tem amparo no Planejamento Estratégico e no Plano de Capital da Instituição. Por meio deles, são consolidadas as orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada dos riscos que são considerados relevantes pelo Banco do Nordeste em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição, a saber: risco de crédito, operacional, de mercado, de variação da taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), de liquidez, socioambiental, estratégico, reputacional, atuarial, cibernético, de modelos, de capital e de conformidade

As diretrizes e estratégias estão elencados no Quadro 1 e a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco na Figura 1.

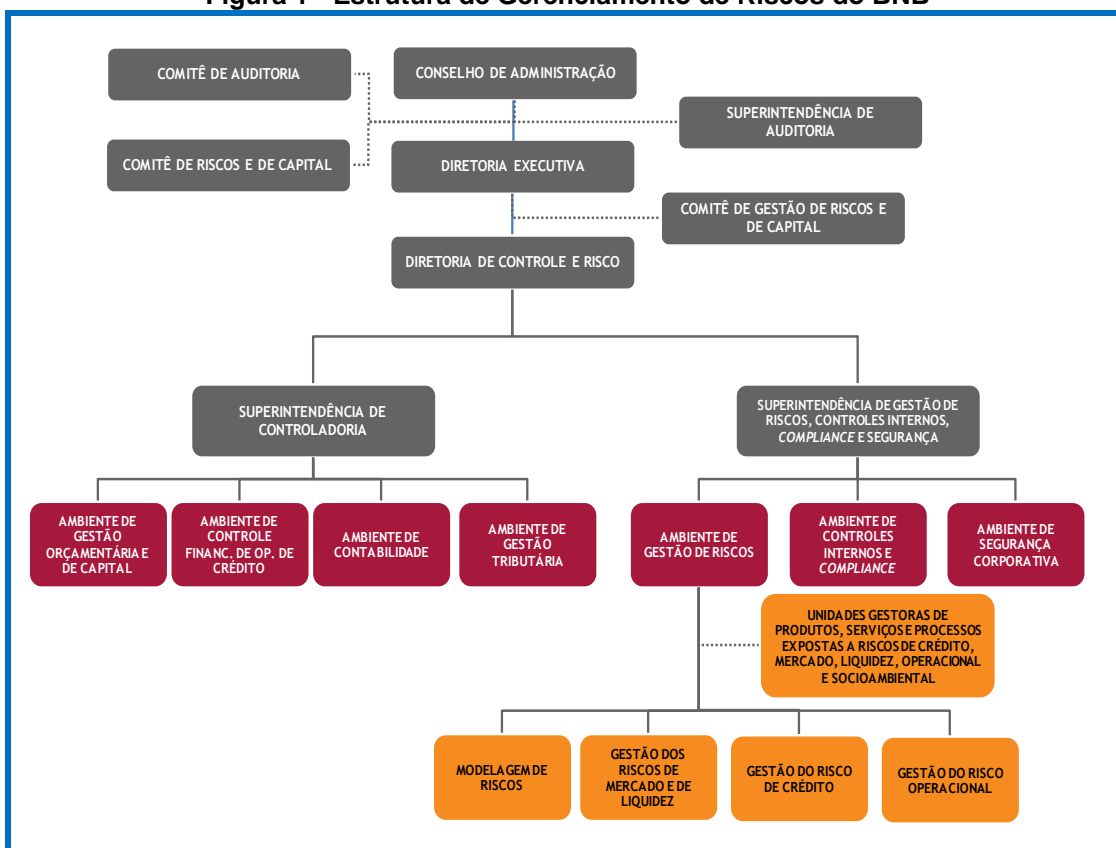
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Quadro 1 - Visão Geral da Política de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste**

Diretrizes Gerais para Gestão de Riscos	Principais Estratégias para Gestão de Riscos
Alinhamento com a missão e com os objetivos estratégicos da Instituição	Observância aos aspectos legais e internos
Tratar como parte essencial e integrada os processos de negócios, de forma transparente e inclusiva, sob a responsabilidade básica de todos os gestores, com o objetivo primordial de criar valor para a Instituição	Respeito à governança corporativa
Compreensão de que os riscos estão inter-relacionados, de forma que um evento de perda causado por um tipo de risco pode agravar os outros tipos, bem como a mitigação de um risco pode impactar outro (s)	Respeito à transparência
Monitoração contínua dos riscos	Uso de processo decisório colegiado
Aperfeiçoamento periódico da Política Corporativa de Gestão de Riscos, com revisão e aprovação anual por parte do Conselho de Administração	Observância à exposição global a risco
Manutenção da exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS)	Adoção da visão por processos
Adoção de postura prospectiva e dinâmica quanto ao gerenciamento de riscos com capacidade de reação às mudanças de forma tempestiva	Análise de riscos em Produtos e Processos
Adoção a estrutura de três linhas	Compatibilização de condições negociais

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Figura 1 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos do BNB



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos apresenta-se unificada no nível estratégico e específica no nível das unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades e a adoção da visão das 3 linhas, sendo compatível com o nível de apetite a risco, a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, amparando a governança da empresa como parte integrante do seu Sistema de Controles Internos e funcionando como instrumento que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos planejados. Na gestão dos riscos, destacam-se os seguintes procedimentos:

Risco de Crédito:

- ✓ Utilização de modelo próprio de gestão de risco de crédito, incluindo a classificação de riscos das operações de crédito, cálculo e contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- ✓ Monitoramento de limites máximos de exposição por cliente dos setores público e privado;
- ✓ Monitoramento do risco de concentração da Carteira de Crédito;
- ✓ Realização de teste de estresse da carteira de crédito;
- ✓ Monitoramento do risco de crédito da carteira dos fundos de investimentos sob gestão do Banco;
- ✓ Desenvolvimento do novo sistema S253 (Avaliação de Risco Cliente - AVRC) que objetiva a avaliação e gestão dos clientes passíveis de execução da referida avaliação, inclusive Instituição Financeira; e,

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- ✓ Desenvolvimento do novo módulo para automatização do cálculo do Produtor Rural no sistema S625 (Avaliação e Gestão Integrada de Limites - Ágil), dispensando-se a necessidade de aprovação por alçada.

Risco Operacional:

- ✓ Identificação de riscos operacionais nos processos da Instituição;
- ✓ Aplicação da Autoavaliação de Riscos e Controles nos Processos de negócios e de suporte da Instituição;
- ✓ Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a legislação e Arquitetura Organizacional vigente;
- ✓ Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital - Modelo Básico BIA;
- ✓ Disponibilização e Acompanhamento de Curso de Gestão de Riscos Operacionais na CVA; e
- ✓ Acompanhamento da Implementação do Plano de Providências - Ações Mitigadoras de riscos operacionais nos processos da Instituição.

Riscos de Mercado e de Liquidez:

- ✓ Cálculo do valor das exposições ao risco de mercado no Banco;
- ✓ Cálculo das parcelas de risco de mercado referentes aos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), utilizadas no cálculo do requerimento mínimo de capital;
- ✓ Monitoramento dos indicadores de liquidez do Banco;
- ✓ Controle diário das exposições e limites dos recursos gerenciados pela tesouraria;
- ✓ Elaboração dos ajustes prudenciais ao apreçamento de ativos do BNB, conforme regulamentação do Banco Central;
- ✓ Monitoramento dos riscos de mercado e liquidez das carteiras de fundos de investimentos sob a gestão do Banco do Nordeste; e
- ✓ Realização de testes de estresse, análises de sensibilidade e testes de aderência dos modelos utilizados na gestão de riscos de mercado e liquidez.

Risco Socioambiental:

- ✓ Observância da legislação federal, estadual e municipal vigentes relacionadas aos aspectos socioambientais;
- ✓ Estabelecimento de política de responsabilidade socioambiental expressa e integrante do arcabouço normativo da Instituição; e
- ✓ Adoção de ações preventivas definidas nos processos e produtos que estão sujeitos ao risco socioambiental como mecanismos de mitigação deste risco.

Risco Estratégico:

- ✓ Identificação e Análise de eventos que possam impactar na sustentabilidade do Banco dificultando ou inviabilizando o alcance dos objetivos estratégicos definidos no curto, médio ou longo prazo;
- ✓ Envolvimento da superior administração; e

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- ✓ Estimativa do impacto das consequências dos eventos.

Risco Reputacional:

- ✓ Monitoramento das avaliações das agências de *rating*;
- ✓ Acompanhamento de notícias sobre a Instituição nos diversos meios de comunicação;
- ✓ Realização de pesquisas de satisfação junto a clientes; e
- ✓ Acompanhamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios coletados por meio do centro de relacionamento com clientes e de informação ao cidadão e pela Ouvidoria.

Risco de Conformidade:

- ✓ Aplicação de testes de *compliance* nas agências e nos processos do banco.
- ✓ Utilização do modelo das três linhas onde:
 - A primeira linha é de responsabilidade do gestor do processo e/ou produto;
 - A segunda linha é de responsabilidade da unidade de conformidade da Instituição, que produz os reportes para a superior administração; e
 - A terceira linha engloba as atividades da Auditoria Interna da Instituição.

Em 2020, o Banco implementou várias medidas com o objetivo de manter-se aderente à legislação em vigor e em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa e de Gestão de Riscos. Dentre essas medidas destacam-se:

- ✓ Revisão da estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital da Instituição;
- ✓ Atualização da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Instituição;
- ✓ Atualização da Política Corporativa de Gestão de Riscos em observância ao disposto na nova legislação vigente e na RAS;
- ✓ Revisão da Política de Divulgação de Informações relativa ao gerenciamento de riscos e de capital;
- ✓ Revisão da Política de Gestão de Riscos dos Fundos de Investimento;
- ✓ Atualização dos normativos sobre Programas de Teste de Estresse e Plano de Contingência de Liquidez.

Ainda neste ano, em virtude da pandemia do Covid-19, o Conselho Monetário Nacional editou resoluções no sentido de facilitar o crédito e minimizar os efeitos da pandemia no Sistema Financeiro Nacional. Tais medidas contemplaram, dentre outras ações, postergação de vencimentos de parcelas de operações de crédito, alteração temporária de critérios de enquadramento de operações como ativos problemáticos e reclassificação de operações para níveis de risco anteriores ao advento da pandemia, sendo parte dessas medidas, inclusive, postergadas até 31/12/2020. Diante desse cenário e como forma de resguardar seus ativos, o Banco do Nordeste constituiu provisões prudenciais de crédito para liquidação duvidosa (PCLD) nos dois semestres de 2020.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****9. RELACIONAMENTOS**

9.1 Relacionamento com o Cliente

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidar a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante na Resolução nº 4.539/2016, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 5.486.674 atendimentos em 2020, sendo: 436.362 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 85.266 por canais multimeios (SIC, *e-mail*, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 24.136 segundas vias de boletos emitidos, a pedido dos clientes; 4.940.910 atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>)

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco do Nordeste (BNB) tem como visão ser reconhecida como indutora da excelência no atendimento à sociedade, parceira na promoção de melhorias nos processos, produtos e serviços, e referência em ouvidoria bancária.

O canal de atendimento da Ouvidoria representa os interesses do cidadão, atuando imparcialmente na intermediação de possíveis conflitos e, preventivamente, trabalhando pontos que devam ser aperfeiçoados para que o atendimento e o relacionamento do Banco com a sociedade sejam cada vez melhores.

Em 2020, foram registrados 9.549 atendimentos, entre reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações.

100% das reclamações foram respondidas dentro do prazo legal e a Unidade atingiu o índice recorde de 94% destas, em até 5 dias úteis.

Destaque-se que a Ouvidoria do Banco do Nordeste vem obtendo índices superiores ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.860/2020. A este fato, acrescente-se o compromisso do Banco do Nordeste de atender pelo menos 50% das reclamações recepcionadas em até 5 dias úteis (Sarb 001/2008, do Sistema de Autorregulação Bancária, da Febraban).

O Banco do Nordeste atingiu 1º lugar no *Ranking* de Qualidade das Ouvidorias de instituições financeiras do Banco Central (Bacen), no 4º trimestre de 2020. O *ranking* objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

Ademais, o BNB é a 2ª instituição com menor número de reclamações julgadas procedentes em 2020 na nova segmentação do Bacen, considerando as 10 (dez) maiores instituições financeiras em número de clientes. O *ranking* é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio.

Para 2021, em busca do constante aprimoramento, identificamos alguns desafios como: a) acompanhamento constante dos indicadores de qualidade e quantidade, b) atenção à experiência do usuário, c) atendimento descentralizado, d) redução do tempo de atendimento, e) inovação cada vez mais presente, f) ouvidoria Interna, e g) utilização das redes sociais para atendimento integral.

9.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Em 2020, a Superintendência de Tecnologia da Informação (TI) do Banco disponibilizou diversos produtos e serviços que tornaram o Banco ainda mais digital, melhorando consideravelmente a eficiência operacional com automatização de diversos processos e provendo melhor experiência do cliente ao utilizar os aplicativos nos canais *web* e *mobile*.

No conjunto de produtos e serviços disponibilizados, destacam-se:

- ✓ Elaboração de um simulador para o gerenciamento das carteiras de clientes que permite o Gerente simular o impacto de novos negócios na carteira;
- ✓ Implantação do *token* PJ no *Internet Banking* para autorização de transações para Pessoas Jurídicas, dispensando o uso do cartão de senhas;
- ✓ Implementação do Sistema de Pagamento Instantâneo PIX, que permite transferências e pagamentos via *mobile* com maior agilidade nas transações.

Além disso, para melhoria da automação bancária e digitalização de serviços, foram realizadas as seguintes ações:

- ✓ Implantação de melhorias no SGR (Sistema de Gerenciamento de Recebíveis) com integração de sistemas, de modo que as tarifas do SGR passam a ser cobradas pelo sistema de tarifas do BNB, evitando, também, que a conta do cliente fique negativada;
- ✓ Modernização das transações de Saldo e Extrato no *Internet Banking* e *Mobile Banking*, com aumento de disponibilidade e melhoria na manutenibilidade destes serviços;
- ✓ Evolução do S130-SLC (Sistema de Domicílio Bancário de Cartões), homologando junto à CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) e disponibilizando em produção do Serviço de Agenda de Recebíveis dos Clientes.

No âmbito da área de crédito e microcrédito, destacam-se as seguintes ações:

- ✓ Disponibilização do App BNB Agronegócio, contemplando funcionalidades como 'Agenda do Produtor Rural', que permite ao usuário gerenciar suas propriedades, cadastrando despesas, receitas e avaliando a rentabilidade, além de calculadora agrícola, linhas de crédito, AgroInforma, dentre outras funcionalidades;
- ✓ Implantação de melhorias no Sinc (Sistema Integrado de Crédito) com ajustes na integração com o S565 para as propostas de repactuação e realizações de operações Crediamigo - FNE, além da expansão da Votação *Mobile* para todas as Unidades;
- ✓ Implantação de melhorias no S476 (Sistema de Microcrédito Rural) com a redução significativa do número de incidentes a partir da disponibilização de correções definitivas, correção na emissão de instrumento de crédito em determinadas situações;

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- ✓ Evolução do S565 (Sistema de Acompanhamento Gerencial) com a geração 5.738 propostas de crédito, representando aumento no uso do sistema na ordem de 8.000%.

Também foram realizadas ações em função da pandemia, a exemplo de:

- ✓ Prorrogação de operações CDC no Siac (Sistema Integrado de Administração de Crédito) com a renegociação automática de, aproximadamente, 90 mil operações em Municípios com Decreto de Calamidade Pública (Res. 4798/20) e Integração com o Sistema GED (Gestão Eletrônica de Documentos) para envio automático de operações renegociadas;
- ✓ Evolução da Plataforma de Crédito Especializado que permite ao cliente do BNB solicitar, por meio da Internet, o Crédito FNE Emergencial, sem necessidade de ir a uma agência;
- ✓ Implantação do Painel de Acompanhamento do Cliente, no sistema S567 (Plataforma de Crédito Especializada);
- ✓ Viabilização das contratações de crédito amparadas pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO), no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe);
- ✓ Implantação de melhorias no sistema S160 (*Internet Banking*) com o Acordo de cooperação - BNB / Camed para saúde (Covid-19);
- ✓ Adequação do sistema de Proposta de Renegociação de Dívidas - Digital (tivemos à Resolução 4.782/2020 do Bacen, permitindo renegociação de dívidas de forma digital evitando deslocamento do cliente até a agência.

No contexto da área administrativa, destacam-se:

- ✓ Implantação da nova plataforma para o processo de Concorrência Interna ("Promova-se"), permitindo a inscrição a qualquer tempo para quaisquer funções comissionadas; a disponibilização de painéis *BI* com informações gerenciais para acompanhamento das renegociações de crédito;
- ✓ Disponibilização do ConverGENTE - uma nova forma de avaliação dos empregados, possibilitando o cadastro de metas individuais que serão acompanhadas trimestralmente com fechamento semestral;
- ✓ Disponibilização da assinatura eletrônica que provê serviços de assinatura digital vinculados ao sistema GED, sem a necessidade do uso de papel e com incorporação de certificado digital.

Além disso, em decorrência da pandemia, a TI do Banco do Nordeste teve que estruturar o teletrabalho com a implantação de diversas ações como:

- ✓ Disponibilização e monitoramento do ambiente computacional incluindo *links*, VPN etc.;
- ✓ Disponibilização de ferramentas como o *Office 365*, *Teams* e *Planner*, com a melhoria na infraestrutura de comunicação;
- ✓ Implantação de novas funcionalidades no SIP - S849 (Sistema Integrado de Pessoal) que possibilitaram o controle das adesões ao teletrabalho, diante da necessidade de afastamento de alguns empregados com intuito de minimizar os impactos da pandemia no BNB.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.3 Relacionamento com a Sociedade

As ações de patrocínio conciliam diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando ampliar relacionamentos, divulgar produtos, incrementar negócios e fortalecer a marca do Banco do Nordeste. Em 2020, foram destinados R\$ 4,5 milhões a 133 projetos aprovados, dos quais 22 culturais e 111 de cunho institucional-mercado. O investimento em projetos de patrocínio que tiveram fonte em leis de incentivo fiscal correspondeu aproximadamente a 35,4% do total de recursos aprovados.

O Banco do Nordeste compreende a cultura como parte da política integrante do desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido, adota as diretrizes de democratização do acesso às manifestações artístico-culturais, apoio à produção, fruição, circulação e formação artístico-cultural. Seus três centros culturais (Fortaleza e Cariri, no Ceará, e Sousa, na Paraíba) oferecem à comunidade espaço democrático de acessibilidade aos diversos campos em artes, mediante realização de programação artístico-cultural gratuita.

Assim, o Banco promove a formação de público e movimenta profissionais da cultura em âmbito local, regional e nacional. Em função de medidas regulamentadas por decretos estaduais e municipais, em decorrência da pandemia do Coronavírus, os Centros Culturais ofereceram atividades presenciais até março/2020 e alcançaram público de 76 mil pessoas, das quais 16 mil participaram de 292 atividades em artes cênicas, artes visuais, cinema, literatura, música, oficina de formação, artes para o público infantil e tradição cultural. As bibliotecas instaladas nos equipamentos alcançaram a marca de 47 mil visitantes, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 - Atividades e Público dos Centros Culturais em 2020

Linguagens Artísticas (Áreas)	Fortaleza		Cariri		Sousa		Total	
	Quant. Ativ.	Quant. Público	Quant. Ativ.	Quant. Público	Quant. Ativ.	Quant. Público	Quant. Ativ.	Quant. Público
Patrimônio Cultural	4	120	3	160	0	0	7	280
Audiovisual	10	240	31	822	27	2.004	68	3.066
Artes Cênicas	20	840	18	1.050	13	1.055	51	2.945
Artes Visuais	2	420	11	152	11	384	24	956
Música	26	2605	17	1.740	21	2.225	64	6.570
Humanidades	16	335	24	489	38	1.848	78	2.672
Total Público das Áreas	78	4.560	104	4.413	110	7.516	292	16.489
Total de Visitantes		32.284		19.465		24.559		76.308
Usuários da Biblioteca		13.002		14.940		19.727		47.669

Fonte: Banco do Nordeste - Superintendência de Marketing e Comunicação

A partir de abril/2020, com a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia, iniciou-se a realização de programação virtual no canal do Youtube do Centro Cultural do Banco do Nordeste.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 12 - Métricas Canal no Youtube do Centro Cultural Banco do Nordeste em 2020

Canal do CCBNB Youtube	Ano 2020
Quantidade de Visualizações	156.700
Horas de Exibição	13.200
Quantidade de Novos Inscritos	2.478
Total	172.378

Fonte: Banco do Nordeste - Superintendência de Marketing e Comunicação

Em 2020, o canal contou com quase 2,5 mil novas inscrições, obteve 157 mil visualizações, o que totaliza cerca de 13 mil e 200 horas de atividades culturais gratuitas, conforme apresentado na Tabela 12.

9.4 Relacionamento com os Empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2020 com 6.684 empregados, 127 Bolsistas de Nível Médio, 590 Bolsistas de Nível Superior e 542 Jovens Aprendizizes. Em decorrência da efetivação do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) foram desligados 133 empregados. Foram realizadas 76 convocações de candidatos oriundos do concurso realizado em 2018, dos quais 58 para os cargos de Analista Bancário (nível médio) e 18 para Especialista Técnico - Analista de Sistemas (nível superior).

Desses 6.684 empregados, destaca-se que a distribuição da força de trabalho do Banco por sexo apresenta 33% de empregados do sexo feminino e 67% do sexo masculino. Em relação aos cargos de gestão principal, gestão intermediária e coordenação, 28% desses cargos são ocupados por mulheres e 72% são ocupados por homens. Essa proporcionalidade demonstra a o compromisso do Banco com a valorização da mulher no mercado de trabalho, que pela sua relevância, é uma das oito 'Metas do Milênio' estabelecida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para melhoria das condições gerais de vida dos povos.

Em 2020, foram realizados 270 processos de seleção interna por meio da plataforma "Promova-se", resultando em 226 candidatos selecionados e 185 unidades providas. Foram realizados ajustes no ciclo de Promoções dos empregados do Banco passando sua periodicidade para junho de cada ano propiciando melhoria na integração com a Avaliação de Desempenho e o Programa de Ação do Banco. Em 2020, 4.801 empregados foram promovidos.

O percentual de empregados do Banco com nível superior, especialização, mestrado e doutorado é de 84,59%, índice que vem se mantendo nos últimos anos, com crescimento da quantidade de graduados para pós-graduados de 40,69% para 48,92%, nos últimos 3 anos.

Foi desenvolvido o novo modelo de Avaliação de Desempenho, "ConverGENTE", com a definição de metas individuais para o empregado e a integração com o resultado do Programa de Ação das unidades.

No tocante à política de reconhecimento de empregados, foram entregues 1.418 *botons* referentes à "Comenda Escudo BNB", estabelecido com base no tempo de serviço prestado ao Banco.

Na perspectiva da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, foram implantados: o protocolo de contingência para prevenção à infecção pela covid-19, o programa 'Mexa-se',

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

de incentivo à prática de atividade física, e o programa “De bem com você mesmo”, voltado para prevenção ao adoecimento mental.

O programa “De bem com você mesmo” é um serviço que tem como foco a saúde mental dos empregados, realizada por meio de escuta com profissionais de psicologia, seja por contato telefônico ou presencial. Dentro do programa foram realizados 3.508 atendimentos a empregados em 2020.

Quanto às ações de prevenção ao Coronavírus, foi instalado o Comitê de Gestão de Ações Preventivas e de Controle, responsável pela análise e decisão de estratégias de combate ao Covid-19, observando o Plano de Continuidade de Negócios do Banco do Nordeste, foram antecipadas férias de empregados e reduzida a jornada dos empregados de 8h para 6h com turnos alternados de trabalho, foi implantado o Teletrabalho Monitorado, foi criado o Protocolo de Contingência do Banco do Nordeste, realizadas ações de prevenção ao Novo Coronavírus, dentre outras medidas, tais como distribuição de máscaras, álcool gel, *faceshield*, instalação de anteparo de acrílico nas estações de trabalho, aferição de temperatura, utilização de copos e materiais descartáveis, reforço na limpeza das unidades e desinfecção especializada quando confirmado caso de covid-19 da unidade.

A Universidade Corporativa Banco do Nordeste estruturou, em 2020, programa de excelência para líderes, envolvendo os atuais e potenciais gestores - Programa de Excelência em Gestão (PEG), com oferta de 1.750 oportunidades de capacitação para formação de gerências principais e intermediárias.

O Banco contratou treinamento para todos empregados, capacitando-os para a mudança de comportamento e cultura - ‘Trilha de Transformação Digital’, - de modo que o BNB permanece cada vez mais alinhado às novas tendências nesse assunto. Até a data de 31/12/2020, foram ofertadas 3.392 vagas, distribuídas pelos empregados dos níveis estratégico, tático e operacional.

A Universidade corporativa também apoia o desenvolvimento educacional por meio de patrocínios para cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. O segmento de Educação Formal visa elevar o nível educacional dos empregados do Banco do Nordeste. Anualmente, a Universidade Corporativa divulga a previsão da quantidade de oportunidades que serão ofertadas para a concessão de investimento-educação em cursos realizados em instituições de ensino credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC), distribuídas por vagas e por áreas de interesse do Banco do Nordeste.

Ao longo dos anos foram ofertados mais de 2.600 patrocínios, tendo começado o ano de 2020 com 249 em andamento. Durante 2020, conforme novas diretrizes, foi realizada a contratação de 130 oportunidades em cursos pós-graduação, para os funcionários do Banco, em universidade de renome no mercado. Para este processo, foi escolhida a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), instituição reconhecida e que oferece cursos de pós-graduação *online*.

Destaca-se, também, produção de eventos *online* e ao vivo em plataforma *Teams*, onde direto de seus locais de trabalho, os funcionários podem assistir a apresentações sobre os temas de interesse da rede de agências e enviar perguntas, que são respondidas imediatamente. Depois dos encontros, a gravação fica disponível para os que quiserem reforçar o aprendizado.

Nesse mesmo período, foram realizadas 37.615 oportunidades de treinamento (educação profissional), das quais 2.929 (7,79%) na modalidade presencial e 34.686 (92,21%) ofertadas à distância, contemplando 91,38% do quadro funcional do Banco.

Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou e/ou atualizou 99,6% dos seus empregados.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Sobre o tema Integridade, a Universidade Corporativa promoveu a capacitação de eventos nas modalidades interno/*in company* e externo. Destacam-se como eventos internos: Curso Interativo sobre *Compliance* e Integridade no Brasil, Aprimoramento em Governança e Mercado de Capitais para Administradores de Empresas e Sociedades de Economia Mista e o IV Fórum de Integridade e Ética do Banco do Nordeste. Também foram realizados patrocínios para eventos externos como o Congresso Internacional de Gestão de Riscos, Congresso de profissionais de PLD, Aprimoramento em Governança, Melhores Práticas de Governança Corporativa, Gestão Integrada de Riscos - Resoluções Bacen Nº 4557 e Nº 4745, Prevenção a fraudes e Lavagem de Dinheiro em Tempos de Pandemia, entre outros eventos de relevância sobre o tema, gerando 74 oportunidades em treinamentos externo acerca do assunto no ano de 2020.

A Universidade Corporativa ofertou, ainda, 10 cursos relacionados ao tema, na modalidade à distância, tais como: Controles Internos, Gestão de Risco Operacional, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Prevenção a Fraudes, Governança, Ética, Segurança Bancária e o Programa de Integridade, englobando 4.385 empregados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

10.1 Camed

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de carteira de 38.077 beneficiários (na posição de 31/12/2020) e está presente na região Nordeste, no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos demais Estados, os beneficiários da Camed são atendidos por meio de Convênios de Reciprocidades com outras operadoras de planos de saúde.

No ano de 2020, o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R\$ 12,1 milhões, conforme apresentado na Tabela 8. Esse resultado foi superior em relação ao ano de 2019 em função principalmente da redução dos custos com serviços médicos, hospitalares, odontológicos e afins, em decorrência do período de pandemia do novo Coronavírus, bem como, a redução das despesas administrativas em função de negociação com contratos e fornecedores no decorrer do ano de 2020. Ao longo do exercício a administração da Entidade implantou medidas para o equilíbrio econômico-financeiro, trabalhando na continuidade da racionalização de despesas administrativas, na redução do custo assistencial e na incorporação de outras receitas como por exemplo as decorrentes da participação societária em outras empresas, além do ajuste anual nas mensalidades para os planos Natural e Família.

Tabela 13 - Desempenho Econômico da Camed Saúde (R\$ milhões)

Captações	Acumulado 2019(B)	Acumulado 2020 (A)	(A/B) - 1	(A-B)
Receitas Totais	276,1	302,0	9%	25,9
Despesas Totais	268,6	289,9	8%	21,3
Resultado	7,6	12,1	60%	4,6

Fonte: Camed - Gerência Financeira, Controladoria e Auditoria em Saúde.

10.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra patrimônio de R\$ 5,42 bilhões na posição de 31/12/2020. A Capef possui 12.479 participantes e beneficiários assistidos. Os participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido - Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes, e outro de contribuição variável - Plano CV I, criado em 2010.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

O Plano BD encerrou 2020 com 1.174 participantes ativos, 3.859 aposentados e 1.382 pensionistas, obtendo rentabilidade de 15,11% equivalente a 134,35% da sua meta atuarial de 11,24% (INPC + 5,50% ao ano).

O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2020, obteve rentabilidade de 9,77% equivalente a 100,30% de sua meta atuarial de 9,74% (IPCA + 5,00% ao ano). O plano encerrou 2020 com 5.689 participantes ativos, 328 aposentados e 47 pensionistas.

11. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, em 2020, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Apresentamos, a seguir, as Demonstrações Financeiras Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., de 31.12.2020, acompanhadas das Notas Explicativas, elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.720, de 30.05.2019, do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.959, de 04.09.2019, do Banco Central do Brasil, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.			
SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ			
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20			
Demonstrações Financeiras Individuais			
BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019			
Direção Geral e Agências no País			
(Valores em R\$ Mil)			
ATIVO			
		31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE.....		18.509.420	12.766.796
DISPONIBILIDADES.....	(Nota 5)	155.045	168.525
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		18.006.500	12.012.211
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6)	4.381.163	3.376.358
Aplicações no Mercado Aberto		3.191.148	3.275.927
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		1.190.015	100.431
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	(Nota 7)	4.615.615	1.823.441
Carteira Própria		219.720	1.438.346
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		4.387.653	242.819
Vinculados à Prestação de Garantias		8.242	142.276
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		909.229	526.650
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		935	508
Banco Central-Conta de Pagamento Instantâneo.....		60.622	-
pósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	846.411	525.291
Correspondentes.....		1.261	851
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 9.a)	7.250.904	5.412.295
Setor Público.....		69.307	75.318
Setor Privado		7.181.597	5.336.977
OUTROS CRÉDITOS.....		849.589	873.467
Carteira de Câmbio		822.414	855.128
Rendas a Receber		27.159	18.319
Negociação e Intermediação de Valores		16	20
OUTROS ATIVOS	(Nota 10)	789.568	1.051.705
Diversos		789.568	1.051.705
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO.....	(Nota 9.d)	(348.109)	(419.939)
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....		(253.364)	(330.178)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....		(94.745)	(89.761)
OUTROS VALORES E BENS		42.574	29.952
Outros Valores e Bens		10.855	15.412
(Provisão para Desvalorização)		(472)	(581)
Despesas Antecipadas		32.191	15.121
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(Notas 7.a.1 e 7.a.3)	(136.158)	(75.658)
NÃO CIRCULANTE		43.308.220	45.863.975
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		39.835.795	42.696.711
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	(Nota 7)	34.664.477	37.998.820
Carteira Própria.....		29.721.369	36.112.739
Vinculados a Compromissos de Recompra		4.305.214	1.304.444
Vinculados à Prestação de Garantias		590.470	575.692
Objeto de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação.....	RE-	47.424	5.945
LAÇÕES INTERFINANCEIRAS	Te	79.163	74.903
souro Nacional-Recursos do Crédito Rural		-	152
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	79.163	74.751
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 9.a)	5.092.155	4.622.988
Setor Público		429.269	370.603
Setor Privado		4.662.886	4.252.385
OUTROS ATIVOS	(Nota 10)	576.640	199.121
Diversos		603.733	226.475
Provisão p/Outros Créd. de Liquidação Duvidosa Sem Característica de Concessão de Crédito.....		(27.093)	(27.354)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO.....	(Nota 9.d)	(412.878)	(273.991)
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....		(412.878)	(273.991)
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS.....	(Nota 21.c)	3.381.973	3.066.241
INVESTIMENTOS	(Nota 12.a)	1.412	1.592
Diversos.....		6.591	6.878
(Provisão para Perdas)		(5.179)	(5.286)
IMOBILIZADO	(Nota 12.b)	606.164	595.890
Imóveis de Uso		283.807	174.027
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		-	107.132
Outras Imobilizações de Uso		322.357	314.731
INTANGÍVEL	(Nota 12.c)	721	563
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.....	(Nota 12.b)	(373.481)	(365.572)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(Notas 7.a.1 e 7.a.3)	(308.126)	(56.580)
TOTAL DO ATIVO.....		61.817.640	58.630.771

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**Demonstrações Financeiras Individuais
BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**P A S S I V O**

		31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE.....		24.716.398	13.619.087
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		21.068.851	9.952.358
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	8.305.440	5.870.828
Depósitos a Vista.....		853.237	405.302
Depósitos de Poupança.....		4.050.698	2.633.831
Depósitos Interfinanceiros.....		1.996.112	1.165.021
Depósitos a Prazo.....		1.405.393	1.666.674
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	8.681.024	1.545.801
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	1.178	46.107
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		342	429
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		4.060	3.493
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		4.040	3.381
Transferências Internas de Recursos.....		20	112
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.c)	904.882	881.557
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.b)	142.146	102.555
Tesouro Nacional.....		118	168
BNDES.....		122.878	88.080
FINAME.....		19.150	14.307
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	10.479	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	298.457	57.504
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		2.720.843	1.444.084
Negociação e Intermediação de Valores		153	153
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		2.720.690	1.193.931
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17)		250.000
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		1.816.804	1.975.173
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	675	1.699
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	3.695	1.354
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	306.856	337.855
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	939.336	951.086
Diversas	(Nota 16.e)	566.242	683.179
RENDAS ANTECIPADAS.....	(Nota 18)	10.000	
PROVISÕES		1.820.743	1.691.556
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 9.f.1)	954.798	960.882
Passivos Atuários.....	(Nota 24.g)	172.328	168.237
Provisão para Contingências.....		693.617	562.437
NÃO CIRCULANTE.....		30.929.267	39.584.279
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		24.570.069	34.133.276
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	6.616.243	6.379.026
Depósitos a Prazo.....		6.616.243	6.379.026
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	47.393	5.924
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.b)	1.071.807	1.065.182
Tesouro Nacional.....		496	337
BNDES.....		1.051.480	1.030.853
FINAME.....		19.831	33.992
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	412.822	374.358
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		16.421.804	26.308.786
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 17)	2.660.982	2.545.199
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		12.464.933	22.462.547
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17)	1.295.889	1.301.040
RENDAS ANTECIPADAS	(Nota 18)	183.602	
PROVISÕES		5.503.191	5.049.879
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 9.f.1)	2.020.139	1.787.943
Passivos Atuários.....	(Nota 24.g)	3.483.052	3.261.936
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS		672.405	401.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	6.171.975	5.427.405
CAPITAL		5.569.988	3.813.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		13.671	13.726
RESERVAS DE LUCROS.....		1.668.959	2.651.514
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....		(1.080.643)	(1.050.835)
TOTAL DO PASSIVO.....		61.817.640	58.630.771

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.

A.

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

Direção Geral e Agências no País

		2º SEM/2020	31.12.2020	31.12.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.897.996	3.946.066	5.489.910
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.203.571	2.341.542	2.701.552
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	479.130	1.040.617	2.548.592
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.479)	(10.479)	47.343
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	217.592	556.099	167.308
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	8.182	18.287	25.115
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(723.226)	(2.097.997)	(2.981.897)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(185.869)	(423.660)	(858.758)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(307.888)	(1.250.544)	(1.725.018)
Provisão para Risco de Crédito	(Nota 9.e)	(229.469)	(423.793)	(398.121)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.174.770	1.848.069	2.508.013
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2.736.181	5.078.306	4.771.827
Receitas de Prestação de Serviços.....	(Nota 20.a)	1.435.818	2.746.600	2.628.904
Rendas de Tarifas Bancárias.....	(Nota 20.b)	52.315	100.482	98.426
FNE-Del credere.....	(Nota 20.f)	1.039.505	1.949.580	1.607.176
Outras Receitas Operacionais.....	(Nota 20.g)	208.543	281.644	437.321
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(2.837.596)	(5.375.269)	(4.839.181)
Despesas de Pessoal	(Nota 20.c)	(1.125.728)	(2.175.475)	(2.002.378)
Outras Despesas Administrativas.....	(Nota 20.d)	(697.349)	(1.357.234)	(1.286.167)
Despesas Tributárias.....	(Nota 20.e)	(191.898)	(354.017)	(326.982)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 9.f.2)	(361.193)	(749.813)	(361.609)
Provisão para Contingências Passivas.....	(Nota 20.i)	(68.738)	(216.348)	(216.258)
Outras Despesas Operacionais.....	(Nota 20.j)	(392.690)	(522.382)	(645.787)
RESULTADO OPERACIONAL		1.073.355	1.551.106	2.440.659
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		4.783	32.611	(5.826)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		1.078.138	1.583.717	2.434.833
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(349.799)	(502.180)	(592.902)
Provisão para Imposto de Renda.....		(302.852)	(479.898)	(365.360)
Provisão para Contribuição Social		(250.363)	(388.826)	(261.312)
Ativo Fiscal Diferido.....		203.416	366.544	33.770
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(Nota 25)	(41.655)	(62.316)	(105.246)
LUCRO LÍQUIDO.....		686.684	1.019.221	1.736.685
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$)		7,95	11,80	20,11

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. Demonstrações Financeiras Individuais DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020			
	2º SEM/2020	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO	686.684	1.019.221	1.736.685
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	(161.095)	(29.753)	(102.007)
Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado	140.644	17.401	477.667
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda.....	257.616	28.701	837.938
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda.....	(116.999)	(11.355)	(358.137)
Realização da Reserva de Reavaliação	50	99	(3.879)
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(23)	(44)	1.745
Itens que não poderão ser reclassificados para o Resultado	(301.739)	(47.154)	(579.674)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....	(548.616)	(85.734)	(1.158.500)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	246.877	38.580	578.826
RESULTADO ABRANGENTE	525.589	989.468	1.634.678

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.									
Demonstrações Financeiras Individuais									
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020									
Direção Geral e Agências no País									
(Valores em R\$ Mil)									
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
	CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVA LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCRO			
SALDOS EM 31.12.2018	2.844.000	13.979	307.691	1.400.900	568.800	-	(950.962)	28.471	4.212.879
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									
Credores.....								431	431
Devedores.....								(919)	(919)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)							479.801		479.801
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários)							(579.674)		(579.674)
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reserva:									
Incorporação do Capital	969.000			(969.000)					
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Constituição de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários)		(211)						(1.573)	(1.784)
Realização da Reserva de Reavaliação de junho de 2019-RESolução CMN Nº 4.535.....		(42)						42	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								1.736.685	1.736.685
Destinações: Reser-									
vas.....			86.834	1.062.489	193.800			(1.343.123)	
Remuneração do Capital a Pagar:									
Dividendos.....								(83.910)	(83.910)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)								(332.857)	(332.857)
Atualização Monetária dos Dividendos e JCP antecipados.....								(3.247)	(3.247)
SALDOS EM 31.12.2019.....	3.813.000	13.726	394.525	1.494.389	762.600	-	(1.050.835)	-	5.427.405
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	969.000	(253)	86.834	83.489	193.800	-	(99.873)	(28.471)	1.214.526
SALDOS EM 31.12.2019.....	3.813.000	13.726	394.525	1.494.389	762.600	-	(1.050.835)	-	5.427.405
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:									
Credores.....								218	218
Devedores.....								(2.809)	(2.809)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)							17.346		17.346
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários)							(47.154)		(47.154)
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reservas:									
Incorporação ao Capital	1.756.988			(1.472.588)	(284.400)				
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reserva (Líquida dos Efeitos Tributários)		(55)						55	
OUTROS (Transferência para Lucros ou Prejuízos Acumulados - AGO de 27.03.2020)				(69)				69	
Provisão para Dividendos Complementares Exerc. 2019-AGO de 27.03.2020.....								(69)	(69)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								1.019.221	1.019.221
Destinações:									
Reservas Legal e Estatutária.....			50.961	542.656	180.885			(774.502)	
Remuneração do Capital a Pagar:									
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP).....								(242.183)	(242.183)
SALDOS EM 31.12.2020.....	5.569.988	13.671	445.486	564.388	659.085	-	(1.080.643)	-	6.171.975
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	1.756.988	(55)	50.961	(930.001)	(103.515)	-	(29.808)	-	744.570
SALDOS EM 30.06.2020.....	5.569.988	13.698	411.152	197.807	536.891	78.581	(919.521)	-	5.888.596
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)							140.617		140.617
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários)							(301.739)		(301.739)
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reserva (Líquida dos Efeitos Tributários)		(27)						27	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								686.684	686.684
Destinações:									
Reservas Legal e Estatutária.....			34.334	366.581	122.194			(523.109)	
Remuneração do Capital a Pagar:									
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP).....						(78.581)		(163.602)	(242.183)
SALDOS EM 31.12.2020.....	5.569.988	13.671	445.486	564.388	659.085	-	(1.080.643)	-	6.171.975
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	(27)	34.334	366.581	122.194	(78.581)	(161.122)	-	283.379

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º SEM/2020	31.12.2020	31.12.2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido.....	686.684	1.019.221	1.736.685
Ajustes ao Lucro Líquido:			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	6.547	12.750	11.608
Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(8)	(3)	(51)
Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco	227.299	411.970	318.237
Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Outros Créditos do Banco	2.170	11.823	79.884
Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	352.948	738.928	354.277
Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	559	1.156	12
Provisão Líquida para Contingências.....	37.007	87.080	155.079
Provisão Líquida para Outras Contingências.....	31.693	128.198	60.875
Provisão Líquida sobre Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	149.698	326.893	272.880
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	54.332	82.568	239.988
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	4.158	10.049	17.072
Ativo Fiscal Diferido.....	(203.416)	(366.544)	(33.770)
Provisão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	(51)	(101)	(98)
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	-	3.251	4.674
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	9.200	25.588	28.446
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais.....	(4.062)	(10.610)	(14.043)
Atualização Monetária de Dividendos e JCP.....	-	1.828	2.846
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....	81.925	312.047	132.238
Lucro Líquido Ajustado.....	1.436.683	2.796.092	3.366.839
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(763.390)	(1.089.584)	197.872
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(206.064)	(386.258)	(32.798)
Operações de Crédito.....	(2.489.703)	(2.719.745)	(693.774)
Outros Créditos.....	554.771	627.796	24.330
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	116.821	67.055	(12.761)
Outros Ativos.....	(337.581)	(115.383)	690.247
Ativos Fiscais Diferidos.....	(234.385)	50.813	(1.340.672)
Outros Valores e Bens.....	(24.601)	(16.660)	(4.431)
Depósitos.....	697.199	2.661.778	(581.481)
Captações no Mercado Aberto	6.660.020	7.176.692	170.245
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(39)	(44.929)	(56.771)
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	8.152	348.957	(221.900)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	10.479	10.479	564.072
Outras Obrigações.....	(587.472)	(1.249.817)	(669.150)
Provisões.....	879.505	582.499	828.894
Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN Nº 4.535.....	-	-	(1.573)
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019 - Resolução CMN Nº 4.535.....	-	-	(211)
Rendas Antecipadas.....	(5.000)	193.602	-
Outros Instrumentos Financeiros.....	(6.425.855)	(8.610.224)	(1.089.464)
Obrigações Fiscais Diferidas.....	142.545	271.281	303.046
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(241.152)	(609.754)	(352.658)
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	-	(2.591)	(488)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(809.067)	(57.901)	1.087.413
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Inversões em Investimentos.....	(9)	(9)	(1)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(7.867)	(17.366)	(25.854)
Inversões em Intangível.....	-	(158)	(6.748)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	4.721	4.043	4.169
Alienação de Investimentos.....	9	189	19.385
Alienação(Baixa) de Imobilizado de Uso.....	1.690	2.251	7.758
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	1.128.336	559.516	(3.554.781)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	1.126.880	548.466	(3.556.072)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	(38)	(95.584)	(315.261)
Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-	(243.239)	(178.156)
Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	-	(250.000)	(1.208.582)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(38)	(588.823)	(1.701.999)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	317.775	(98.258)	(4.170.658)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No Início do Semestre/Exercício.....	3.028.418	3.444.451	7.615.109
No Fim do Semestre/Exercício.....	3.346.193	3.346.193	3.444.451
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	317.775	(98.258)	(4.170.658)

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.**A.****Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º SEM/2020	%	31.12.2020	%	31.12.2019	%
RECEITAS.....	3.586.870		7.144.647		8.634.136	
Intermediação Financeira.....	1.897.996		3.946.066		5.489.910	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias.....	1.488.133		2.847.082		2.727.330	
Provisão para Risco de Crédito.....	(229.469)		(423.793)		(398.121)	
Outras Receitas/Despesas.....	430.210		775.292		815.017	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(493.757)		(1.674.204)		(2.583.776)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	(672.478)		(1.305.482)		(1.237.200)	
Materiais, Energia e Outros.....	(47.131)		(91.187)		(92.492)	
Serviços de Terceiros.....	(387.724)		(758.995)		(687.731)	
Outras.....	(237.623)		(455.300)		(456.977)	
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(135.854)		(259.965)		(261.708)	
Propaganda, Promoções e Publicações.....	(17.391)		(34.088)		(21.868)	
Transportes.....	(13.639)		(27.250)		(29.643)	
Segurança.....	(31.938)		(62.473)		(64.678)	
Viagens.....	(3.487)		(7.839)		(15.873)	
Outras.....	(35.314)		(63.685)		(63.207)	
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	2.420.635		4.164.961		4.813.160	
RETENÇÕES.....	(6.547)		(12.750)		(11.608)	
Depreciação, amortização e exaustão.....	(6.547)		(12.750)		(11.608)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE...	2.414.088		4.152.211		4.801.552	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.414.088		4.152.211		4.801.552	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	2.414.088		4.152.211		4.801.552	
PESSOAL.....	1.021.721	42,3	1.950.210	47,0	1.833.148	38,2
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO.....	695.546	28,8	1.306.338	31,5	1.281.338	26,7
Proventos.....	653.891		1.244.022		1.176.092	
Participação nos lucros.....	41.655		62.316		105.246	
BENEFÍCIOS.....	278.541	11,5	550.084	13,2	462.344	9,6
Provisões (Benefícios pós-emprego)	185.645		363.400		274.292	
Benefícios - Outros.....	92.896		186.684		188.052	
FGTS.....	47.634	2,0	93.788	2,3	89.466	1,9
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	687.359		1.143.778		1.194.361	
Federais.....	663.224		1.098.274		1.150.552	
Estaduais.....	51		61		72	
Municipais.....	24.084		45.443		43.737	
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS.....	18.324	0,8	39.002	0,9	37.358	0,8
Aluguéis.....	18.324		39.002		37.358	
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS.....	686.684	28,4	1.019.221	24,5	1.736.685	36,2
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	163.602	6,8	242.183	5,8	335.796	7,0
União.....	90.724		134.300		186.213	
Outros.....	72.878		107.883		149.583	
DIVIDENDOS.....	-	0,0	-	0,0	84.218	1,8
União.....	-		-		46.702	
Outros.....	-		-		37.516	
LUCROS RETIDOS	523.082	21,7	777.038	18,7	1.316.671	27,4

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características	Nota 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais	Nota 18 - Rendas Antecipadas
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19 - Patrimônio Líquido
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21 - Impostos e Contribuições
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 25 - Participações nos Lucros (PLR)
Nota 10 - Outros Ativos	Nota 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11 - Carteira de Câmbio	Nota 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12 - Investimentos, Imobilizado e Intangíveis	Nota 28 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	
Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30 – Resultados Recorrentes e Não Recorrentes
Nota 16 - Outras Obrigações	Nota 31 - Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

A Resolução CMN n.º 4.818, editada em 29.05.2020, consolida os critérios gerais de elaboração e divulgação das DF's por Instituições Financeiras e revoga dispositivos das Resoluções CMN n.º 4.720, de 30.05.2019 e n.º 4.776, de 29.01.2020, que tratavam do assunto. A Resolução BCB n.º 02, de 12.08.2020 revogou a Circular Bacen n.º 3.959, de 04.09.2019, no entanto, manteve os procedimentos originalmente estabelecidos naquela Circular que alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras até então vigentes, com destaque para a segregação do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, mudança na forma de apresentação da Demonstração do Resultado (DR) e exigência de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Registra-se que a adoção dessas medidas não proporcionou qualquer impacto em relação aos critérios até então adotados pelo Banco; no entanto, para fins de comparabilidade, foram alterados os formatos de apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado a partir do exercício de 2019, para adequação ao novo formato, sem quaisquer alterações de itens e valores desses Demonstrativos.

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Individuais, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução n.º 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução n.º 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM n.º 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resoluções n.ºs 3.604, de 29.08.2008 e 4.720, de 30.05.2019, do CMN);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível – Resolução CMN n.º 4.534/2016;
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução n.º 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM n.º 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM n.º 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM n.º 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução n.º 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução n.º 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução n.º 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM n.º 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução n.º 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM n.º 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução n.º 4.424, de 25.06.2015, do CMN);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Circular Bacen n.º 3.959, de 04.09.2019); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução n.º 4.748, de 29.08.2019, do CMN).

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada exercício, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

Notas Explicativas

c) Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com as datas de vencimento.

d) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, *rating* e liquidez dos títulos, cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses Ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Notas Explicativas

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

i) Investimentos, Imobilizado e Intangível

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

j) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103/2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasp e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os Ativos Fiscais Diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Notas Explicativas

Os Ativos Fiscais Diferidos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados, respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996) cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: apropriação da despesa de depreciação baseada na vida útil contábil, após a finalização da vida útil considerada para efeito fiscal.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a remensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

Notas Explicativas

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras Individuais, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

Notas Explicativas

o) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

p) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

q) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

s) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Em cumprimento ao que dispõe a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, quanto aos procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras observáveis pelas Instituições Financeiras, notadamente ao Capítulo II, Art. 34, inciso V, que expõe sobre as considerações do resultado não recorrente, considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

Especificação	2º Sem/2020			01.01 a 31.12.2020			01.01 a 31.12.2019		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.912.366	1.238.461	3.150.827	3.628.411	2.581.490	6.209.901	4.381.526	3.147.055	7.528.581
Receitas de Operações de Crédito	1.203.571	-	1.203.571	2.341.542	-	2.341.542	2.701.552	-	2.701.552
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	287.860	191.270	479.130	418.424	622.193	1.040.617	1.015.985	1.532.607	2.548.592
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(10.478)	-	(10.478)	(10.478)	-	(10.478)	47.343	-	47.343
Resultado de Operações de Câmbio	217.592	-	217.592	556.099	-	556.099	167.308	-	167.308
Resultado de Aplicações Compulsórias	8.181	-	8.181	18.286	-	18.286	25.115	-	25.115
Outras Receitas	205.640	1.047.191	1.252.831	304.538	1.959.297	2.263.835	424.223	1.614.448	2.038.671
Despesas	(512.108)	(571.753)	(1.083.861)	(1.436.222)	(1.410.421)	(2.846.643)	(1.425.065)	(1.918.389)	(3.343.454)
Despesas de Captação no Mercado	(185.869)	-	(185.869)	(423.660)	-	(423.660)	(858.758)	-	(858.758)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(96.770)	(211.118)	(307.888)	(588.769)	(661.775)	(1.250.544)	(168.186)	(1.556.832)	(1.725.018)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 9.e e 20.g)	(229.469)	(360.635)	(590.104)	(423.793)	(748.646)	(1.172.439)	(398.121)	(361.557)	(759.678)
Margem Financeira	1.400.258	666.708	2.066.966	2.192.189	1.171.069	3.363.258	2.956.461	1.228.666	4.185.127
Rendas de Prestação de Serviços	400.005	1.035.813	1.435.818	738.462	2.008.138	2.746.600	693.876	1.935.028	2.628.904
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	52.315	-	52.315	100.482	-	100.482	98.426	-	98.426
Pasep e Cofins	(63.918)	(102.658)	(166.576)	(100.861)	(206.075)	(306.936)	(81.678)	(199.853)	(281.531)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.788.660	1.599.863	3.388.523	2.930.272	2.973.132	5.903.404	3.667.085	2.963.841	6.630.926
Despesas Administrativas			(1.823.077)			(3.532.709)			(3.288.545)
Despesas de Pessoal			(1.125.728)			(2.175.475)			(2.002.378)
Depreciação e Amortização			(6.547)			(12.750)			(11.609)
Outras Despesas Administrativas			(690.802)			(1.344.484)			(1.274.558)
Outras Despesas			(418.608)			(570.712)			(691.595)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(68.700)			(216.266)			(215.953)
Lucro antes da Tributação e Participações			1.078.138			1.583.717			2.434.833
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(349.799)			(502.180)			(592.902)
Participações no Lucro			(41.655)			(62.316)			(105.246)
Lucro Líquido			686.684			1.019.221			1.736.685

Notas Explicativas

NOTA 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades em Caixa	151.123	166.586
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	3.922	1.939
Total das Disponibilidades	155.045	168.525
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.191.148	3.275.927
Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	3.346.193	3.444.452

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações no Mercado Aberto	3.191.148	3.275.927
Re vendas a Liquidar Posição Bancada	3.191.148	3.275.927
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.190.015	100.431
Aplicações em Moedas Estrangeiras	106.054	24.440
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.083.961	75.991
Total	4.381.163	3.376.358
Circulante	4.381.163	3.376.358

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾ (Nota 7.a.2)	38.548.015	39.423.052
Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.a.5)	287.793	266.972
Diferencial a Pagar <i>Swap</i> (Nota 7.c)	10.479	-
Total ⁽¹⁾	38.846.287	39.690.024
Circulante	4.489.936	1.747.783
Não Circulante	34.356.351	37.942.241

⁽¹⁾ Líquido das Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Notas Explicativas

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	31.12.2020										31.12.2019	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	13.325	-	107.584	4.280.091	33.496.582		37.494.920	37.897.582	402.662		38.650.858	371.940
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	107.584	4.280.067	28.796.460	2021 a 2025	33.257.992	33.184.111	(73.881)	Nível 1	34.367.391	9.960
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.537.961	2050 a 2055	2.821.842	3.537.961	716.119	Nível 1	3.255.427	878.789
Letras Financeiras	-	-	-	-	1.068.350	2022 a 2023	1.097.104	1.068.350	(28.754)	Nível 3	887.069	(33.827)
Debêntures	13.325	-	-	-	91.259	2035	314.891	104.584	(210.307)	Nível 3	137.935	(444.237)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	2.520	2027	3.030	2.520	(510)	Nível 3	2.959	(597)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	-	-	-	Nível 2	-	(38.141)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	24	32	2021 a 2022	61	56	(5)	Nível 2	77	(7)
Cotas de Fundos de Investimentos	504	-	-	-	-		2.069	504	(1.565)		487	(1.602)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.565	-	(1.565)	Nível 3	-	(1.602)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	460	-	-	-	-	Sem Vencimento	460	460	-	Nível 2	445	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	44	-	-	-	-	Sem Vencimento	44	44	-	Nível 2	42	-
Títulos de Renda Variável	52.200	-	-	-	-		23.241	52.200	28.959		53.739	30.498
Outros Incentivos Fiscais – Finor	280	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	280	171	Nível 1	171	62
Ações de Companhias Abertas	51.920	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	51.920	28.788	Nível 1	53.568	30.436
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	7.259	590.470		598.342	597.729	(613)		717.968	(91)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	7.259	590.470	2021 a 2025	598.342	597.729	(613)	Nível 1	717.968	875
Títulos Públicos Federais – Outro	-	-	-	-	-	1993	-	-	-	Nível 3	-	(966)
Total da Categoria	66.029	-	107.584	4.287.350	34.087.052		38.118.572	38.548.015	429.443		39.423.052	400.745
Crédito Tributário (Nota 21.c.i)									142.035			231.429
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d.f)									(335.285)			(413.323)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									236.193			218.851

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 549.618 (R\$ 535.858 em 31.12.2019); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.349 (R\$ 3.265 em 31.12.2019); Garantias em Processos Judiciais R\$ 14.633 (R\$ 149.288 em 31.12.2019); e Demais Garantias R\$ 30.129 (R\$ 29.557 em 31.12.2019).

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado em “Outros Resultados Abrangentes”, o saldo de “Ajuste a Mercado”, de R\$ 429.443 (R\$ 400.745 em 31.12.2019). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 236.193 (R\$ 218.851 em 31.12.2019).

Notas Explicativas**a.3) Perdas Permanentes com Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda**

Especificação	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos ⁽¹⁾	Custo Líquido de Provisão	
			31.12.2020	31.12.2019
Debêntures	719.350	(404.459)	314.891	582.172
Títulos Públicos Federais Outros	39.825	(39.825)	-	39.107
Total 31.12.2020	759.175	(444.284)	314.891	
Circulante		(136.158)		
Não Circulante		(308.126)		
Total 31.12.2019	753.216	(132.237)		621.279
Circulante		(75.658)		
Não Circulante		(56.579)		

⁽¹⁾ Consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 foi reconhecido como perda de caráter permanente o valor de R\$ 312.047, sendo: (a) R\$ 39.825 que estava registrado em "Títulos Públicos Federais – Outros", referente à baixa dos títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, a partir de informações obtidas pelo Banco, quanto a dificuldades para a sua recuperabilidade; (b) R\$ 272.222 da carteira de Debêntures; (No exercício de 2019, houve o reconhecimento de perda permanente do valor de R\$ 126.781, da carteira de Debêntures).

a.4) Movimentação dos Títulos mensurados a Valor Justo (Nível 3)

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures	Letras Financeiras Bloqueadas
Saldo em 31.12.2019	887.068	137.935	-
Compras/ Bloqueio Judicial	380.846	-	6.054
Venda/ Bloqueio Judicial	(240.305)	-	(6.154)
Amortização/Juros	-	(3.732)	-
Rendas	35.668	16.363	100
Desvalorização do Exercício	-	(7.690)	-
Perdas Permanentes ⁽¹⁾	-	(272.222)	-
Ajuste a Mercado ⁽²⁾	5.073	233.930	-
Saldo em 31.12.2020	1.068.350	104.584	-

⁽¹⁾ Reconhecidas no resultado;

⁽²⁾ Reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes".

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.12.2020							31.12.2019	
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	18.493	-	269.299		287.793	272.847	266.972	251.995
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	199.215	2030	199.215	184.269	187.756	172.779
FIP Criatec	-	18.493	-	-	2021	18.493	18.493	22.040	22.040
FIP Criatec II	-	-	-	16.998	2023	16.998	16.998	14.963	14.963
FIP Criatec III	-	-	-	7.000	2026	7.000	7.000	3.829	3.829
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	9.996	2020	9.997	9.997	12.419	12.419
Nordeste III FIP	-	-	-	30.507	2023	30.507	30.507	25.965	25.965
FIP Anjo	-	-	-	644	2029	644	644	-	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	4.939	2030	4.939	4.939	-	-
Total da Categoria	-	18.493	-	269.299		287.793	272.847	266.972	251.995

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.5.i) No exercício, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

a.5.ii) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Aplicações no Mercado Aberto	27.997	78.086	393.012
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.632	12.809	5.233
Títulos de Renda Fixa	443.016	946.712	2.148.621
Títulos de Renda Variável	2.485	3.010	1.726
Total	479.130	1.040.617	2.548.592

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2020, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2020 ⁽¹⁾						
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado Negativo
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (Dólar)	236.606	-	10.479	-	10.137	342
Posição Passiva						
Taxa (CDI)	-	-	-	-	-	-
Total	236.606	-	10.479	-	10.137	342

⁽¹⁾ Na posição de 31.12.2019 não havia saldo de IFD

Especificação	31.12.2020 ⁽¹⁾	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	2.182
3 a 12 meses	-	8.297
1 a 3 anos	-	-
3 a 5 anos	-	-
Total	-	10.479

⁽¹⁾ Na posição de 31.12.2019 não havia saldo de IFD

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como Hedge de Risco de Mercado

Especificação	31.12.2020 ⁽¹⁾				
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	227.207	237.344	226.865	237.344	(342)

⁽¹⁾ Na posição de 31.12.2019 não havia saldo de IFD

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Swap	(10.479)	(10.479)	47.343
Total	(10.479)	(10.479)	47.343

Notas Explicativas**NOTA 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados****a) Créditos Vinculados**

Especificação	31.12.2020			31.12.2019		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	819.374	-	819.374	518.222	-	518.222
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	27.037	-	27.037	7.069	-	7.069
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	87.639	(8.476)	79.163	83.126	(8.375)	74.751
Tesouro Nacional – Crédito Rural	-	-	-	152	-	152
Total	934.050	(8.476)	925.574	608.569	(8.375)	600.194
Circulante	846.411	-	846.411	525.291	-	525.291
Não Circulante	87.639	(8.476)	79.163	83.278	(8.375)	74.903

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	5.944	13.874	20.945
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.288	4.513	4.268
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(50)	(101)	(98)
Total	8.182	18.286	25.115

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**a) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Especificação	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	12.343.059	(666.242)	10.035.283	(604.169)
Circulante	7.250.904	(253.364)	5.412.295	(330.178)
Não Circulante	5.092.155	(412.878)	4.622.988	(273.991)
Outras Rubricas com Características de Crédito	837.922	(94.745)	903.400	(89.761)
Circulante	819.537	(94.745)	886.812	(89.761)
Não Circulante	18.385	-	16.588	-
Total	13.180.981	(760.987)	10.938.683	(693.930)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamentos a Depositantes	534	283
Empréstimos	6.729.813	5.371.883
Títulos Descontados	3.195	7.311
Financiamentos	1.828.230	1.583.077
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	7.630	24.525
Financiamentos Agroindustriais	3.099	5.273
Financiamentos Rurais	1.890.700	1.162.224
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.879.858	1.880.707
Subtotal de Operações de Crédito	12.343.059	10.035.283
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.913	13.602
Devedores por Compra de Valores e Bens	17.403	15.894
Títulos e Créditos a Receber	43.443	51.174
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾	762.163	822.730
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	837.922	903.400
Total	13.180.981	10.938.683

⁽¹⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Empréstimos e Títulos Descontados	697.280	1.352.766	1.132.575
Financiamentos	173.279	488.518	425.489
Financiamentos Agroindustriais	389	804	964
Financiamentos Rurais	201.374	281.774	645.155
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	131.249	217.680	497.369
Total	1.203.571	2.341.542	2.701.552

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2020	Total em 31.12.2019
Rural	2.551	4.138	1.108	167.647	705.896	942.650	1.823.990	1.140.390
Indústria	29.660	32.151	27.210	392.659	447.645	1.498.152	2.427.477	2.207.801
Governo	68	68	34.411	168	34.592	429.269	498.576	445.918
Outros Serviços	113.238	107.385	96.963	292.282	318.292	1.415.050	2.343.210	2.292.348
Comércio	869.974	819.530	768.715	1.568.738	959.428	698.269	5.684.654	4.289.381
Intermediários Financeiros	4	3	3	8	375	15.198	15.591	12.376
Pessoas Físicas	18.182	9.049	5.536	10.043	8.725	9.029	60.564	75.437
Total 31.12.2020	1.033.677	972.324	933.946	2.431.545	2.474.953	5.007.617	12.854.062	
Total 31.12.2019	1.085.381	963.577	896.079	1.545.567	1.512.388	4.460.659		10.463.651

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2020	Total em 31.12.2019
Rural	882	35	2	21	67	41.258	42.265	628
Indústria	1.115	1.112	928	5.371	4.939	15.036	28.501	107.014
Outros Serviços	3.176	2.786	2.423	6.148	9.276	37.660	61.469	67.656
Comércio	12.887	10.235	8.310	16.375	13.402	8.168	69.377	117.487
Pessoas Físicas	94	82	73	216	340	801	1.606	2.885
Total 31.12.2020	18.154	14.250	11.736	28.131	28.024	102.923	203.218	
Total 31.12.2019	57.127	6.354	6.068	18.062	29.146	178.913		295.670

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 31.12.2020	Total em 31.12.2019
Rural	-	783	-	689	2.590	584	23.016	27.662	26.480
Indústria	547	1.007	1.366	840	1.349	1.380	191	6.680	19.052
Outros Serviços	3.617	2.342	2.790	1.728	3.457	2.627	171	16.732	26.578
Comércio	18.061	9.994	10.206	6.772	14.637	9.150	59	68.879	100.427
Pessoas Físicas	14	361	283	297	785	1.839	169	3.748	6.825
Total 31.12.2020	22.239	14.487	14.645	10.326	22.818	15.580	23.606	123.701	
Total 31.12.2019	101.658	5.417	8.487	6.809	17.576	13.950	25.465		179.362

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2020						31.12.2019			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Provisão Normal	Provisão Prudencial ⁽²⁾	Total da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.468.555	-	3.468.555	-	(23.763)	(23.763)	2.920.892	-	2.920.892	-
A	6.966.471	-	6.966.471	(34.833)	(110.371)	(145.204)	5.875.376	-	5.875.376	(29.377)
B	1.197.457	42.910	1.240.367	(12.404)	(7.348)	(19.752)	630.622	41.610	672.232	(6.722)
C	616.927	39.893	656.820	(19.705)	(1.406)	(21.111)	560.877	33.315	594.192	(17.826)
D	168.597	27.942	196.539	(19.654)	(929)	(20.583)	126.094	36.557	162.651	(16.265)
E	31.055	24.317	55.372	(16.612)	(850)	(17.462)	36.034	20.377	56.411	(16.923)
F	135.086	12.890	147.976	(73.988)	(1.541)	(75.529)	7.744	31.801	39.545	(19.772)
G	27.783	11.595	39.378	(27.564)	(516)	(28.080)	79.523	21.606	101.129	(70.790)
H	242.131	167.372	409.503	(409.503)	-	(409.503)	226.489	289.766	516.255	(516.255)
Total	12.854.062	326.919	13.180.981	(614.263)	(146.724)	(760.987)	10.463.651	475.032	10.938.683	(693.930)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.⁽²⁾ Em 31.12.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

Notas Explicativas**d) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	693.930	627.659
(+) Constituição de Provisão no Exercício conforme Resolução CMN nº 2.682	277.331	398.121
(+) Constituição de Provisão Prudencial no Exercício	146.724	-
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	(356.998)	(331.850)
(=) Provisão Líquida para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	760.987	693.930
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.354	27.848
(+) Constituição de Provisão no Exercício	187	153
(-) Reversão de Provisão no Exercício	(448)	(647)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.b.b)	27.093	27.354
(=) Saldo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	788.080	721.284

O Banco adotou uma série de medidas fundamentais para diminuir os eventuais impactos na carteira de crédito, tais como a prorrogação e a repactuação de prazos, a ampliação de carências para operações de empréstimos e financiamentos, inclusive para o microcrédito. Mesmo com a adoção dessas medidas, espera-se um aumento no risco de crédito da carteira do Banco, o que impeliu a constituição de provisão prudencial no montante de R\$ 509.914, consistindo em reserva para as incertezas da economia. Desse montante adicional, R\$ 146.724 se referem a operações do próprio Banco (Nota 9.c) e R\$ 363.190 a operações de Fundos sobre as quais o Banco detém risco, sendo R\$ 362.061 do FNE (Nota 26.d) e R\$ 1.129 do FDNE (Nota 9.f).

Referida provisão baseou-se em modelo desenvolvido internamente e aprovado pela Diretoria Executiva, que considerou, dentre outras condições, histórico de inadimplência, estudos por setores de atividade econômica desenvolvidos pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), vinculado ao Banco, e as atividades econômicas registradas na Portaria do Ministério da Economia nº 20.809, assim como expectativas futuras através da avaliação do cenário econômico atual e prospectivo.

As conclusões do estudo indicaram a construção de premissas, dentre elas a aplicação de estimativas de adicional de Provisão como *proxy* de taxa média de inadimplência projetada para toda a carteira de crédito exposta a risco, mediante uso de metodologia e tratamento estatísticos apropriados. A expectativa de provisão adicional verificada por meio desses cenários foi segmentada em percentuais de provisão adicional, por atividade econômica, conforme seção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), para aplicação nas operações de crédito desta Instituição.

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
(+) Despesas de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	242.830	427.501	318.237
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	2.452	12.086	81.047
(-) Reversões de Provisões Operacionais	(15.532)	(15.532)	(1.163)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	229.750	424.055	398.121
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	19	56
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(281)	(281)	(56)
(=) Despesa Líquida de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito ⁽¹⁾	229.469	423.793	398.121

⁽¹⁾ Em 31.12.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

f) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2020		31.12.2019	
	Saldo	Provisão ⁽¹⁾	Saldo	Provisão
Setor Público	36.148.244	(2.974.937)	28.525.698	(2.748.825)
FDNE	126.106	(2.389)	136.129	(1.234)
FNE	36.022.026	(2.972.548)	28.387.515	(2.747.591)
Proagro	112	-	2.054	-

⁽¹⁾ Em 31.12.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

Notas Explicativas**f.1) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas**

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.748.825	2.990.936
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Exercício	2.148.637	1.360.304
(-) Reversão/Utilização/Baixa	(1.922.525)	(1.602.415)
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	2.974.937	2.748.825
Circulante	954.798	960.882
Não Circulante	2.020.139	1.787.943

⁽¹⁾ Em 31.12.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

f.2) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
(+) Constituição das Despesas de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	202.572	335.186	242.502
(-) Reversões de Provisões para Garantias Financeiras Prestadas	(556.079)	(1.075.270)	(596.791)
(=) Despesa Líquida de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	(353.507)	(740.084)	(354.289)

⁽¹⁾ Em 31.12.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.12.2020		31.12.2019	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	1.968.710	14,94	1.983.570	18,13
50 maiores devedores	3.916.516	29,71	4.003.785	36,60
100 maiores devedores	4.765.937	36,16	4.576.639	41,84

- h) No exercício de 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 217.680 (R\$ 259.966 em 31.12.2019) e as renegociações totalizaram R\$ 3.005.194 (R\$ 1.024.023 em 31.12.2019). As renegociações do exercício foram impactadas pelas medidas adotadas para mitigar os efeitos econômicos da pandemia Covid-19 da ordem de R\$ 2.200.338, conforme quadro abaixo:

Tipo de Regularização	Quantidade	Valor Renegociado
Lei Complementar 173/20 – BID	6	119.623
Resolução CMN 4.801/20 – Renegociação Automática	283	102
Resolução CMN 4.782 e 4798/20 – Renegociação Automática	13.502	1.098.654
Renegociação Covid19 Complementar	82	5.081
Renegociação Digital Covid19 Complementar	236	2.411
Res. CMN 4.840/2020 Renegociação Pronaf B Automática	251	36
Res. CMN 4.782/2020	8.640	486.448
Res. CMN 4.798/2020	784	43.884
Res. CMN 4.801	28	6.535
Revitalizações Crediamigo	68.469	437.564
Total	92.281	2.200.338

Notas Explicativas

NOTA 10 - Outros Ativos

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
a) Diversos	1.393.301	1.278.180
Devedores por Depósitos em Garantia	558.896	513.595
Impostos e Contribuições a Compensar	538.782	456.321
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	43.443	51.174
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.776	2.981
Pagamentos a Ressarcir	1.384	3.587
Valores a Receber Bônus Rebate	52.144	62.396
Outros Valores	170.128	161.378
b) Provisão Outros Crédito de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.093)	(27.354)
Total	1.366.208	1.250.826
Circulante	789.568	1.051.705
Não Circulante	576.640	199.121

NOTA 11 - Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Ativo – Outros Créditos	822.414	855.128
Câmbio Comprado a Liquidar	805.077	841.527
Direitos sobre Vendas de Câmbio	2.424	629
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(629)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.913	13.601
Ativo Circulante	822.414	855.128
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	3.695	1.354
Obrigações por Compras de Câmbio	763.438	823.454
Câmbio Vendido a Liquidar	2.419	629
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(762.163)	(822.730)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	3.695	1.354

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Rendas de Câmbio	217.841	556.913	168.261
Despesas de Câmbio	(249)	(814)	(953)
Total	217.592	556.099	167.308

Notas Explicativas**a) Investimentos**

Representados por aplicações em Ações e Cotas e Bens Artísticos e Valiosos. Saldo em 31.12.2020: R\$ 1.412 (R\$ 1.592 em 31.12.2019).

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2019	01.01.2020 a 31.12.2020			31.12.2020		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	83.057	2.648	-	(1.691)	266.838	(182.824)	84.014
Sistema de Processamento de Dados	83.185	9.155	(1.199)	(7.482)	188.085	(104.426)	83.659
Móveis e Equipamentos de Uso	34.209	5.198	(12.264)	(3.115)	82.170	(58.142)	24.028
Terrenos	16.969	-	-	-	16.969	-	16.969
Instalações	5.634	22	(22)	(105)	19.005	(13.476)	5.529
Sistema de Comunicação	100	-	(1)	(10)	291	(202)	89
Sistema de Segurança	7.143	11.689	(111)	(346)	18.455	(80)	18.375
Sistema de Transporte	21	-	-	(1)	14.351	(14.331)	20
Total	230.318	28.712	(13.597)	(12.750)	606.164	(373.481)	232.683

c) Intangível

Representado por gastos em Intangíveis em Uso. Saldo em 31.12.2020: R\$ 721 (R\$ 563 em 31.12.2019).

Notas Explicativas**NOTA 13 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas****a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2020	Total em 31.12.2019
Depósitos à Vista	853.237	-	-	-	-	-	853.237	405.302
Depósitos de Poupança	4.050.698	-	-	-	-	-	4.050.698	2.633.831
Depósitos Interfinanceiros	1.310.634	685.478	-	-	-	-	1.996.112	1.165.021
Depósitos a Prazo	721.054	684.339	4.500.272	1.453.332	465.075	197.564	8.021.636	8.045.700
Depósitos a Prazo	326.957	659.949	2.609.180	1.383.941	395.684	197.564	5.573.275	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	352.525	-	-	-	-	-	352.525	329.858
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.886.166	69.391	69.391	-	2.024.948	1.932.733
FAT Recursos Disponíveis	1	5	3	-	-	-	9	1.105
FAT Recursos Aplicados	2.518	7.387	4.923	-	-	-	14.828	17.718
Outros	39.053	16.998	-	-	-	-	56.051	52.902
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 15)	-	1.178	-	-	-	-	1.178	46.107
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	-	-	-	-	-	-	-	44.074
Letras Financeiras – encargos	-	1.178	-	-	-	-	1.178	2.033
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17.a)	-	-	-	-	-	1.295.889	1.295.889	1.551.040
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	2.660.982	2.660.982	2.545.199
Total em 31.12.2020	6.935.623	1.370.995	4.500.272	1.453.332	465.075	4.154.435	18.879.732	
Total em 31.12.2019	4.172.932	1.994.003	3.676.111	1.704.789	886.107	3.958.258		16.392.200

Notas Explicativas**b) Depósitos**

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos à Vista	853.237	405.302
Depósitos de Governos	6.635	6.527
Depósitos Vinculados	263.302	175.616
Pessoas Jurídicas	477.880	173.543
Pessoas Físicas	100.136	48.152
Outros Valores	5.284	1.464
Depósitos de Poupança	4.050.698	2.633.831
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	2.376.678	1.741.528
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	1.672.434	891.360
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.584	943
Outros Depósitos	2	-
Depósitos Interfinanceiros	1.996.112	1.165.021
Depósitos a Prazo	8.021.636	8.045.700
Depósitos a Prazo	5.573.275	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	352.525	329.858
Outros Depósitos a Prazo	2.095.836	2.004.458
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 27 e 29.a.1)	14.837	18.823
Recursos Disponíveis (Nota 27)	9	1.105
Protrabalho	9	346
PNMPO	-	759
Recursos Aplicados (Nota 27)	14.828	17.718
Protrabalho	14.828	17.718
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	2.024.948	1.932.733
Outros Valores	56.051	52.902
Total	14.921.683	12.249.854
Circulante	8.305.440	5.870.828
Não Circulante	6.616.243	6.379.026

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Carteira Própria	8.728.417	1.551.725
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	8.728.417	1.551.725
Total	8.728.417	1.551.725
Circulante	8.681.024	1.545.801
Não Circulante	47.393	5.924

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Despesas de Captações	(137.817)	(329.042)	(742.228)
Depósitos a Prazo	(63.886)	(160.407)	(351.529)
Depósitos de Poupança	(28.828)	(63.635)	(81.521)
Depósitos Judiciais	(4.158)	(10.049)	(17.072)
Depósitos Interfinanceiros	(15.065)	(30.950)	(37.394)
Depósitos Especiais	(19.271)	(52.027)	(106.649)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-	(139)	(137.277)
Outros Depósitos	(6.609)	(11.835)	(10.786)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(48.052)	(94.618)	(116.530)
Carteira de Terceiros	-	-	(5.083)
Carteira Própria	(38.852)	(69.030)	(83.001)
Letras Financeiras	(9.200)	(25.588)	(28.446)
Total	(185.869)	(423.660)	(858.758)

Notas Explicativas**NOTA 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2020	Total em 31.12.2019
Empréstimos no Exterior	99.187	805.695	-	-	-	-	904.882	881.557
Repasses do País	78.993	63.153	317.887	319.500	401.850	32.570	1.213.953	1.167.737
Repasses do Exterior	159.438	139.019	207.951	102.435	102.436	-	711.279	431.862
Total em 31.12.2020	337.618	1.007.867	525.838	421.935	504.286	32.570	2.830.114	
Total em 31.12.2019	194.151	847.465	491.331	451.005	459.362	37.842		2.481.156
Circulante							1.345.485	1.041.616
Não Circulante							1.484.629	1.439.540

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2020	31.12.2019
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	614	505
BNDES		1.174.359	1.118.933
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 9,85 TJLP + 0,00 a 4,00	722.252	729.216
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	IPCA + 9,41 Variação Cambial + 2,00 a 4,00	452.107	389.717
Finame		38.980	48.299
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00 TJLP + 0,00 a 4,00	13.986	27.528
Programa Agrícola	Variação Cambial + 2,00 a 4,00	24.994	20.771
Total (Nota 29.a.1)		1.213.953	1.167.737
Saldo de Curto Prazo		142.146	102.555
Saldo de Longo Prazo		1.071.807	1.065.182

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	904.882	881.557
Total		904.882	881.557
Circulante		904.882	881.557

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2020	31.12.2019
BID – Prodetur II	USD + 1,12	479.439	427.022
BID – Outros Programas	USD + 1,12	4.642	4.840
Corporação Andina de Fomento – CAF	USD + 1,00 a 1,17	227.198	-
Total		711.279	431.862
Circulante		298.457	57.504
Não Circulante		412.822	374.358

Notas Explicativas**e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses**

Especificação	2º sem/2020	01.01. a 31.12.2020	01.01. a 31.12.2019
Despesas de Obrigações por Empréstimo no País	-	-	(6)
Despesas de Obrigações por Repasses	(121.715)	(338.732)	(179.080)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(118.304)	(176.796)	(95.838)
Tesouro Nacional	(88)	(109)	(24)
BNDES	(113.487)	(170.160)	(92.965)
Finame	(4.729)	(6.527)	(2.849)
Despesas de Repasses do Exterior	(3.411)	(161.936)	(83.242)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(14.622)	(331.263)	(141.305)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(171.551)	(580.549)	(1.404.627)
Total	(307.888)	(1.250.544)	(1.725.018)

NOTA 15 - Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**a) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares**

Especificação	Remuneração	Valor Nominal	31.12.2020	31.12.2019
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	-	-	-	44.074
Letras Financeiras – encargos contratuais	117% da Selic	795.889	1.178	2.033
Total			1.178	46.107
Circulante			1.178	46.107

⁽¹⁾ Títulos venceram em 23.03.2020.**NOTA 16 - Outras Obrigações**

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	675	1.699
Recursos do Proagro	57	76
IOF a Recolher	182	832
Outros Tributos e Assemelhados	436	791
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	3.695	1.354
c) Sociais e Estatutárias	306.856	337.855
Remuneração do Capital a Pagar	242.606	232.293
Participações nos Lucros	64.250	105.562
d) Fiscais Previdenciárias	939.336	657.199
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	831.724	543.083
Imposto de Renda	460.330	331.949
Contribuição Social	371.394	211.134
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	107.612	114.116
e) Diversas	566.242	683.178
Provisão para Pagamentos a Efetuar	400.160	519.213
Despesa de Pessoal	212.030	189.823
Outros Valores	105.562	89.402
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	82.568	239.988
Outros Valores	166.082	163.965
Total	1.816.804	1.681.285
Circulante	1.816.804	1.681.285

NOTA 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.g.ii)**a) PR Nível I - Capital Principal:**

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Notas Explicativas

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2020	31.12.2019
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 29.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	500.000	750.000
Circulante				-	250.000
Não Circulante				500.000	500.000

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2020 ⁽²⁾	31.12.2019
Letras Financeiras ⁽¹⁾	801.040	117% da Selic	06.2019	795.889	801.040
Circulante				-	-
Não Circulante				795.889	801.040

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente

⁽²⁾ Em 2020 foram recompradas Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.660.982	2.545.199
Recursos disponíveis	1.855.825	1.629.532
Recursos aplicados	805.157	915.667
Total (Nota 29.a.1)	2.660.982	2.545.199

NOTA 18 – Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco. A Receita foi originalmente apropriada à conta de Resultado, entretanto, após análise mais detalhada e, em linha com as práticas contábeis, concluiu-se pelo diferimento por um período de 20 anos, que corresponde ao prazo do contrato, sendo mensalmente apropriado à conta de resultado o valor correspondente a 1/240 avos.

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	-
(-) Apropriação do exercício ⁽¹⁾	(6.398)	-
(=) Saldo Final a Apropriar	193.602	-
Circulante	10.000	-
Não Circulante	183.602	-

⁽¹⁾ A apropriação do primeiro mês (maio/2020) corresponde a 21/31 do valor mensal, em face da data do ingresso do recurso.

Notas Explicativas**NOTA 19 - Patrimônio Líquido****a) Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 5.569.988 (R\$ 3.813.000 em 31.12.2019), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.12.2020		31.12.2019	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	47.896.415	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.206.000	7,19
Outros	2.063.481	2,39	2.063.481	2,39
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.03.2020, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 1.756.988, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.472.588 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 284.400, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 3.813.000 para R\$ 5.569.988, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.671 (R\$ 13.726 em 31.12.2019) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No Exercício, houve transferência de R\$ 55 (R\$ 253 em 31.12.2019) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a distribuição do resultado do exercício.

c) Pagamento de Dividendos e JCP complementares do exercício de 2019

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27.03.2020, foi aprovada a distribuição de Dividendos e JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2019, de R\$ 231.960. O pagamento ocorreu em 08.04.2020.

d) Dividendos e JCP do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R\$ 242.183 (líquido de IR: R\$ 241.432, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício), correspondente a 25,08% (líquido de 25%) sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 107.529 (R\$ 132.303 em 31.12.2019).

Notas Explicativas**e) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:**

Especificação	01.01. a 31.12.2020	01.01. a 31.12.2019
1. Lucro Líquido do Exercício	1.019.221	1.736.685
2. Reserva Legal Constituída	(50.961)	(86.834)
3. Ajustes Devedores em LPA	(2.809)	(18.840)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	55	(3.908)
5. Ajustes Credores em LPA	218	48.778
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	965.724	1.675.881
7. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício (em 31.12.2019: Dividendos e JCP)	242.183	420.013
8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício (em 31.12.2019: Dividendos e JCP)	241.432	418.970
9. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Exercício: R\$ 2,8039721498 por ação (em 31.12.2019: R\$ 3,8877963266 por ação)	242.183	335.795
10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre de 2019	-	(517)
11. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do Exercício e 2º semestre de 2019	(751)	(526)
12. JCP líquidos imputados aos dividendos do Exercício (item 9 - item 10 - item 11) R\$ 2,7952709503 por ação (em 31.12.2019: JCP de R\$ 3,8757284616 por ação)	241.432	334.752
13. JCP antecipados corrigidos pela Selic	-	(169.780)
14. Valor líquido do JCP do Exercício: R\$ 2,7952709503 por ação ((em 31.12.2019: JCP complementar líquido de R\$ 1,9160183051 por ação (item 9 - item 11 - item 13))	241.432	165.489
15. Dividendos propostos no Exercício (R\$ 0 por ação) (em 31.12.2019 R\$ 0,9750666936 por ação)	-	84.218
16. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic	-	(17.815)
17. Valor complementar de Dividendos do Exercício: R\$ 0 por ação ((em 31.12.2019: Dividendos complementares de R\$ 0,7688076346 por ação (item 15 - item 16))	-	66.403
18. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) (R\$ 2,7952709503 por ação) (Em 31.12.2019 R\$ 4,8507951551 por ação)	25,000%	25,000%
19. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) R\$ 2,8039721498 por ação) (Em 31.12.2019 R\$ 4,8628630201 por ação)	25,078%	25,062%

e) Reserva Legal

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado. Constituição no Exercício: R\$ 50.961 (R\$ 86.834 em 31.12.2019).

f) Reservas Estatutárias

- i) Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no Exercício: R\$ 542.656 (R\$ 1.062.489 em 31.12.2019); e
- ii) Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no Exercício: R\$ 180.885 (R\$ 193.800 em 31.12.2019).

Notas Explicativas**NOTA 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	2º sem/2020	01.01. a 31.12.2020	01.01. a 31.12.2019
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.435.818	2.746.600	2.628.904
Administração de Fundos de Investimentos	31.634	64.319	56.589
Administração de Fundos e Programas	1.048.812	2.033.207	1.958.549
Prestação de Serviços	355.372	649.074	613.766
b) Rendas de Tarifas Bancárias	52.315	100.482	98.426
c) Despesas de Pessoal	(1.125.728)	(2.175.475)	(2.002.378)
Proventos	(617.223)	(1.200.939)	(1.161.699)
Encargos Sociais	(210.433)	(420.412)	(404.234)
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) (Nota 31)	(30.312)	(30.312)	-
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(75.375)	(143.089)	(120.845)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(96.526)	(193.057)	(141.246)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(13.744)	(27.254)	(12.201)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(82.115)	(160.412)	(162.153)
d) Outras Despesas Administrativas	(697.349)	(1.357.234)	(1.286.167)
Processamento de Dados	(126.031)	(241.161)	(237.610)
Propaganda e Publicidade	(15.516)	(28.379)	(11.787)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(340.561)	(674.431)	(610.494)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(38.015)	(78.531)	(80.217)
Viagens	(3.487)	(7.839)	(15.873)
Comunicações	(9.823)	(18.804)	(24.098)
Depreciação e Amortização	(6.547)	(12.750)	(11.608)
Manutenção e Conservação de Bens	(27.440)	(51.658)	(49.633)
Vigilância, Segurança e Transporte	(45.577)	(89.723)	(94.321)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(1.875)	(5.709)	(10.081)
Serviços do Sistema Financeiro	(28.169)	(48.457)	(37.741)
Serviços Técnicos Especializados	(18.994)	(36.107)	(39.496)
Seguros	(2.086)	(5.698)	(4.229)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(12.843)	(28.929)	(31.359)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.504)	(3.249)	(2.644)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.489)	(5.347)	(5.871)
Fundeci	(10.000)	(10.000)	(3.800)
Outros Valores	(6.392)	(10.462)	(15.305)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(191.898)	(354.017)	(326.982)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(166.584)	(306.975)	(281.577)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(23.628)	(44.028)	(42.314)
Outros Valores	(1.686)	(3.014)	(3.091)
f) FNE Del Credere	1.039.505	1.949.580	1.607.176
g) Outras Receitas Operacionais	208.543	281.644	437.321
Del Credere de Fundos Administrados	4.036	8.214	8.604
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	96.557	96.596	109.661
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	-	-	66.870
Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	3.121	3.121	3.882
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	7.686	9.717	7.273
Recuperação de Encargos e Despesas	4.367	6.561	5.845
Reversão de Provisões Operacionais	37.689	42.183	18.431
Juros e Comissões	1.318	3.861	12.287
Correção Monetária	1.609	2.857	1.898
Variação Cambial	-	238	-
FNE - Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	39.801	83.155	178.325
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	4.062	10.610	14.043
Outros Valores	8.297	14.531	10.202
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(361.193)	(749.813)	(361.609)
i) Provisão para Contingências Passivas	(68.738)	(216.348)	(216.258)
j) Outras Despesas Operacionais	(392.690)	(522.382)	(645.787)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(69)	(4.378)	(2.984)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(280.902)	(280.906)	(109.350)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(250)	(261)	(3.372)
Descontos Concedidos em Renegociações	(3.712)	(19.196)	(69.846)
Encargos de Operações de Crédito	(1.643)	(6.307)	(16.500)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(54.332)	(82.568)	(239.988)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(19.050)	(48.210)	(82.543)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(28.455)	(67.572)	(93.211)
Atualização Monetária do IECP	-	(3.251)	(4.674)
Outros Valores	(4.277)	(9.733)	(23.319)
Total	(101.415)	(296.963)	(67.354)

⁽¹⁾ Contém despesas do Exercício de 2020, no valor de R\$ 570.394 (R\$ 515.658 em 31.12.2019), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

Notas Explicativas**NOTA 21 - Impostos e Contribuições****a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.583.717	2.434.833	1.583.717	2.434.833
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(62.317)	(105.246)	(62.317)	(105.246)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	1.521.400	2.329.587	1.521.400	2.329.587
Adições/Exclusões Permanentes	(305.229)	(413.810)	(307.250)	(414.289)
Adições/Exclusões Temporárias	670.569	(563.650)	670.569	(563.650)
Resultado Tributável	1.886.740	1.352.127	1.884.719	1.351.648
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(471.661)	(338.008)	(367.974)	(202.747)
Deduções (Incentivos Fiscais)	15.899	16.711	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	25	25	19	15
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA ⁽¹⁾	(455.737)	(321.272)	(367.955)	(202.732)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(30.423)	(35.172)	(25.054)	(51.573)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(486.160)	(356.444)	(393.009)	(254.305)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	202.360	(102.341)	164.184	136.111
Total de IRPJ/CSLL	(283.799)	(458.786)	(228.825)	(118.193)
Alíquota Efetiva (%)	18,65	19,69	15,04	5,07
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	455.737	321.272	367.955	202.732
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	25	24	19	15
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro ⁽²⁾	455.762	321.296	367.974	202.747
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(258.113)	(229.544)	(155.019)	(113.492)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Exercício	197.649	91.752	212.955	89.255

⁽¹⁾ Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL incluem: redução de R\$ 11.068 da contabilização, realizada em 2020, de dedução de despesas de incentivos de inovação tecnológica do Exercício de 2019; registro de despesa de R\$ 555 decorrentes de ajuste de incentivo fiscal de 2019; e ajustes complementares de R\$ 67 oriundos de despesas com o Plano Safra, no exercício de 2018, e despesas com alimentação da diretoria, no exercício de 2016.

⁽²⁾ O saldo da provisão de IRPJ e CSLL inclui o valor de estorno de despesas de Pasep/Cofins e dos juros sobre o valor a recolher à Receita Federal do Brasil, contabilizados em 2019 de R\$ 19.040, referente ao exercício de 2014 a 2018, cujo saldo remanescente, após pagamentos iniciais em 2020, está em R\$ 7.988 em 31.12.2020.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
I) Resultado antes dos Tributos e Participações	1.583.717	2.434.833
II) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)	(712.673)	(973.933)
III) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	200.050	396.954
- PLR/JCP	137.025	176.416
- Outras Rendas / FNE/Del_Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	16.422	22.872
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis	(89)	634
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	10.291	3.214
- Diferença de Alíquota - CSLL (de 15% p/20%)	10.978	197.516
- Incentivos Fiscais	31.048	16.582
- Adições Permanentes, Líquidas	(5.625)	(20.280)
IV) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(512.623)	(576.979)
V) Imposto de renda/ contribuição social diferidos	366.546	33.770
VI) Imposto de renda/ contribuição social correntes	(879.169)	(610.749)
VII) Despesas Tributárias (V + VI)	(512.623)	(576.979)
VIII) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	32,4%	23,7%

⁽¹⁾ No ano de 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL passou a ser de 20%, conforme EC nº 105, de 13.11.2019.

Notas Explicativas

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	31.12.2020		31.12.2019		31.12.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	576.129	459.764	711.030	426.632	1.035.893	1.137.662
Constituição	430.619	334.245	261.288	270.845	764.864	532.133
Realização/Reversão	(296.185)	(225.538)	(396.189)	(237.713)	(521.723)	(633.902)
Saldo Final	710.563	568.471	576.129	459.764	1.279.034	1.035.893
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	2.115	1.661	2.101	1.261	3.776	3.362
Constituição	729	614	1.059	1.027	1.343	2.086
Realização/Reversão	(1.459)	(1.167)	(1.045)	(627)	(2.626)	(1.672)
Saldo Final	1.385	1.108	2.115	1.661	2.493	3.776
c) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	1.004	798	-	-	1.802	-
Constituição	21	18	1.004	798	39	1.802
Realização/Reversão	(192)	(151)	-	-	(343)	-
Saldo Final	833	665	1.004	798	1.498	1.802
d) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	280.414	223.378	269.396	161.638	503.792	431.034
Constituição	72.727	57.854	51.657	86.124	130.581	137.781
Realização/Reversão	(37.859)	(29.005)	(40.639)	(24.384)	(66.864)	(65.023)
Saldo Final	315.282	252.227	280.414	223.378	567.509	503.792
e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	-	-	14.667	8.800	-	23.467
Constituição	13.251	10.601	99	60	23.852	159
Realização/Reversão	(12.580)	(10.064)	(14.766)	(8.860)	(22.644)	(23.626)
Saldo Final	671	537	-	-	1.208	-
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	139.368	111.349	98.781	59.268	250.717	158.049
Constituição	69.928	55.480	76.646	73.716	125.408	150.362
Realização/Reversão	(36.724)	(28.771)	(36.059)	(21.635)	(65.495)	(57.694)
Saldo Final	172.572	138.058	139.368	111.349	310.630	250.717
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	5.398	3.239	-	8.637
Constituição	277	221	308	185	498	493
Realização/Reversão	(191)	(153)	(5.706)	(3.424)	(344)	(9.130)
Saldo Final	86	68	-	-	154	-
h) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	876	526	-	1.402
Realização/Reversão	-	-	(876)	(526)	-	(1.402)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
i) TVM						
Saldo Inicial	130.285	101.144	173.455	106.009	231.429	279.464
Constituição	311.173	253.869	204.978	129.706	565.042	334.684
Realização/Reversão	(362.550)	(291.886)	(248.148)	(134.571)	(654.436)	(382.719)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	78.908	63.127	130.285	101.144	142.035	231.429
j) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	577.129	461.703	287.504	172.502	1.038.832	460.006
Constituição	43.247	34.598	289.625	289.201	77.845	578.826
Realização/Reversão	(21.814)	(17.451)	-	-	(39.265)	-
Saldo Final	598.562	478.850	577.129	461.703	1.077.412	1.038.832

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Total das Diferenças Temporárias	7.666.810	6.991.153	7.666.810	6.991.153
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.916.703	1.747.788	1.533.362	1.392.996
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.799.869	1.576.160	1.439.915	1.258.652
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	78.994	130.285	63.195	101.144
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.878.863	1.706.445	1.503.110	1.359.796
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	37.840	41.343	30.252	33.200

⁽¹⁾ Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos", no Ativo Não Circulante

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 31.12.2020, estão a seguir demonstrados:

Exercício	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2021	278.723	272.097	222.978	217.678	501.701	489.775
2022	161.729	155.493	129.383	124.395	291.112	279.888
2023	111.853	104.530	89.482	83.624	201.335	188.154
2024	180.881	160.509	144.705	128.408	325.586	288.917
2025	171.249	150.432	137.000	120.346	308.249	270.778
2026	74.700	65.370	59.760	52.296	134.460	117.666
2027	73.597	63.799	58.878	51.039	132.475	114.838
2028	66.115	56.421	52.893	45.137	119.008	101.558
2029	56.280	46.784	45.025	37.425	101.305	84.209
2030	52.596	43.109	42.096	34.498	94.692	77.607
Acima de 2030	651.139	651.139	520.911	520.911	1.172.050	1.172.050
Total	1.878.862	1.769.683	1.503.111	1.415.757	3.381.973	3.185.440

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2020

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2020		31.12.2019		31.12.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	7	5	876	526	12	1.402
Realização/Reversão	(7)	(5)	(876)	(526)	(12)	(1.402)
Saldo Final (Notas 7.c)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	139.742	111.099	103.935	62.359	250.841	166.294
Constituição	28.057	23.140	35.930	48.813	51.197	84.743
Realização/Reversão	(1.661)	(1.329)	(123)	(73)	(2.990)	(196)
Saldo Final	166.138	132.910	139.742	111.099	299.048	250.841
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	5.615	3.369	-	8.984
Constituição	-	-	308	185	-	493
Realização/Reversão	-	-	(5.923)	(3.554)	-	(9.477)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
d) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	16.179	12.923	11.200	6.720	29.102	17.920
Constituição	4.679	3.764	5.301	6.395	8.443	11.696
Realização/Reversão	(652)	(522)	(322)	(192)	(1.174)	(514)
Saldo Final	20.206	16.165	16.179	12.923	36.371	29.102
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	971	774	994	597	1.745	1.591
Constituição	-	-	-	193	-	193
Realização/Reversão	(26)	(18)	(24)	(15)	(44)	(39)
Saldo Final	945	756	970	775	1.701	1.745
f) TVM						
Saldo Inicial	230.471	182.852	64.156	39.065	413.323	103.221
Constituição	820.467	656.828	888.277	578.499	1.477.295	1.466.776
Realização/Reversão	(864.668)	(690.665)	(721.962)	(434.712)	(1.555.333)	(1.156.674)
Saldo Final (Notas 7.a.2)	186.270	149.015	230.471	182.852	335.285	413.323

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Notas Explicativas

Os valores totais das Obrigações Fiscais Diferidas previstas para baixa, na posição de 31.12.2020, estão a seguir demonstrados:

Exercício	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2021	33.950	33.117	27.160	26.493	61.110	59.610
2022	28.487	26.357	22.790	21.086	51.277	47.443
2023	31.423	27.534	25.138	22.027	56.561	49.561
2024	27.243	22.548	21.795	18.039	49.038	40.587
2025	20.832	16.289	16.666	13.031	37.498	29.320
2026	14.753	10.898	11.802	8.718	26.555	19.616
2027	13.052	9.109	10.442	7.287	23.494	16.396
2028	6.558	4.323	5.246	3.459	11.804	7.782
2029	3.781	2.355	3.025	1.884	6.806	4.239
2030	2.939	1.729	2.351	1.383	5.290	3.112
Acima de 2030	190.541	185.430	152.431	148.344	342.972	333.774
Total	373.559	339.689	298.846	271.751	672.405	611.440

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2020.

e) Despesas Tributárias

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Contribuição ao Cofins e Pis/Pasep	(166.584)	(306.975)	(281.577)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(23.628)	(44.028)	(42.314)
Outros Valores	(1.686)	(3.014)	(3.091)
Total (Nota 20.e)	(191.898)	(354.017)	(326.982)

NOTA 22 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

- a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém, existe um processo em curso, no importe de R\$ 29.319, cuja perspectiva de êxito é provável, que se trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária.
- b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
b) Provisão para Contingências				
b.1) Fiscais (Nota 22 g.i)	3.483.643	20.830	3.762.943	17.815
i) Obrigação Legal	11.481	11.481	11.062	11.062
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.472.162	9.349	3.751.881	6.753
Provável	9.349	9.349	6.753	6.753
Possível	3.420.182	-	3.577.567	-
Remota ⁽¹⁾	42.631	-	167.561	-
b.2) Trabalhistas	636.395	359.264	602.533	334.025
Provável (Nota 22 g.ii)	359.264	359.264	334.025	334.025
Possível	124.141	-	123.996	-
Remota	152.990	-	144.512	-
b.3) Causas Cíveis	9.047.362	223.388	7.716.331	176.738
Provável (Nota 22 g.iii)	223.388	223.388	176.738	176.738
Possível	2.157.136	-	1.865.136	-
Remota ⁽²⁾	6.666.838	-	5.674.457	-
b.4) Outras Contingências (Nota 22 g.iv)	1.046.873	90.134	1.088.651	33.860
i) Operações Securitizadas	3.330	3.330	4.015	4.015
ii) Outras	1.043.543	86.804	1.084.636	29.845
Provável	86.804	86.804	29.845	29.845
Possível	904.386	-	2.537	-
Remota	52.353	-	1.052.254	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto estava concentrado em 01 (um) processo que apresentava saldo de R\$ 130.762, na posição de 31.12.2019, mas que teve sua contingência totalmente revertida na posição de 31.03.2020.

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.840.558 na posição de 31.12.2020 (em 31.12.2019: R\$ 3.241.508). Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.770.666 em 31.12.2020 (R\$ 2.338.498 em 31.12.2019); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 474.289 em 31.12.2020 (R\$ 400.309 em 31.12.2019); iii) repetição de indébito, danos morais e lucro cessante, R\$ 327.613 em 31.12.2020 (R\$ 276.512 em 31.12.2019); iv indenização por danos materiais e morais, lucros cessantes e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 267.990 em 31.12.2020 (R\$ 226.189 em 31.12.2019).

Notas Explicativas

- c) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- d) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- e) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 3.029.944, em 31.12.2020 (R\$ 3.266.787 em 31.12.2019).

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo de prestação de contas e devolução de valores indevidamente pagos que apresenta na posição de 31.12.2020 saldo de R\$ 985.000, sendo R\$ 900.614 classificado como risco possível e R\$ 84.385 como provável (R\$ 1.033.432 em 31.12.2019, sendo R\$ 1.005.615 classificado como risco remoto e R\$ 27.817 como provável).

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2020, o montante de R\$ 598.584, sendo R\$ 598.405 classificado com risco possível e R\$ 178 com risco provável (R\$ 505.217, sendo R\$ 505.067 classificado como risco possível e R\$ 150 como risco provável, em 31.12.2019).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2020, o montante de R\$ 195.995 (R\$ 165.424 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz R\$ 115.744, na data base de 31.12.2020 (R\$ 97.960 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2020, R\$ 94.512 (R\$ 79.770 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2020, R\$ 93.514 (R\$ 78.928 em 31.12.2019).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz R\$ 65.396, sendo R\$ 63.201 com risco possível e R\$ 2.195 com risco remoto, na data base de 31.12.2020 (R\$ 55.195 em 31.12.2019, sendo R\$ 53.343 com risco possível e R\$ 1.852 com risco remoto).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 31.12.2020, R\$ 56.908 (R\$ 55.238 em 31.12.2019).

- f) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Demandas Trabalhistas	189.405	205.621
Demandas Fiscais	48.020	145.530
Demandas Cíveis	282.371	127.544
Outras Demandas	47	46
Contragarantia Operações Repasses BID	39.053	34.854
Total	558.896	513.595

Notas Explicativas

Movimentação das Provisões

g) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.12.2020					31.12.2019				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 22.b.1)	17.815	4.292	(1.275)	(2)	20.830	15.769	2.763	(655)	(62)	17.815
ii) Trabalhistas (Nota 22.b.2)	334.025	106.836	(22.773)	(58.824)	359.264	206.531	172.883	(20.160)	(25.229)	334.025
iii) Cíveis (Nota 22.b.3)	176.738	104.804	(33.575)	(24.579)	223.388	146.964	92.294	(34.395)	(28.125)	176.738
iv) Outras (Nota 22.b.4)	33.860	59.414	(3.129)	(11)	90.134	32.466	44.557	(43.163)	-	33.860
Total	562.438	275.346	(60.752)	(83.416)	693.616	401.730	312.497	(98.373)	(53.416)	562.438

NOTA 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.12.2020	31.12.2019
Máxima	44.501,01	44.349,57
Mínima	1.925,25	1.864,51
Média	12.056,04	11.690,10

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Exercício

Especificação	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	758.347,23	1.107.062,84	70.835,04	70.835,04	66.492,72	66.492,72
Menor remuneração individual ⁽³⁾	758.347,23	734.481,75	54.279,84	54.279,84	54.279,84	54.279,84
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	944.990,57	927.343,84	67.321,06	60.346,98	59.164,99	57.219,53
Número de membros ⁽⁵⁾	7,50	6,25	5,17	5,33	5,00	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no Exercício.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo Exercício todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do Exercício, de cada órgão, pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.12.2020, o número de funcionários do Banco totalizava 6.684 (6.802 em 31.12.2019), registrando-se um decréscimo de 1,73% no quadro de pessoal.

NOTA 24 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

Notas Explicativas

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada trimestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particulari-

Notas Explicativas

dades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2020, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2020, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2019, 1:1).

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco de o custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.237	5.430	6.250	4.807
Assistidos (Aposentados/Pensionistas)	5.050	323	5.116	3.576
TOTAL	6.287	5.753	11.366	8.383

f) Premissas utilizadas

f.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Notas Explicativas

Especificação	Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	
	31.12.2020	31.12.2019
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2020 – Suavizada em 20%, segregada por sexo	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo
Inválidos	IAPC Fraca	RP2000 Disable F
Tábua de Entrada em Invalidez	Hunters (suavizada em 85%)	Álvaro Vindas

Especificação	Plano CV I (Capef) e Seguro de Vida	
	31.12.2020	31.12.2019
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Inválidos	IAPC Fraca	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

f.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,03	6,60	7,65	7,22
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,30	2,87	3,90	3,46
Taxa média de inflação anual	3,61	3,63	3,61	3,63
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4,65	4,67	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,61	3,63	3,61	3,63

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,65	7,22	7,65	7,22
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,89	3,46	3,90	3,46
Taxa média de inflação anual	3,61	3,63	3,61	3,63
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	4,65	4,67	4,65	3,63
Taxa nominal de aumento médio dos benefícios ^{(1) (2)}	1,84 ⁽²⁾	2,45 ⁽²⁾	4,65	3,63
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,84	3,47	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

⁽²⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR). Na posição de 31.12.2020, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 1,84% (2,45% em 31.12.2019), acima do "aging factor" e da inflação geral de preços, e decresce linearmente em 3 (três) anos, permanecendo a partir do 4º (quarto) ano em 1% a.a.

f.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

f.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

f.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o exercício da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 31.12.2020, foram apuradas as seguintes *durations*: para o plano Capef BD: 10,08 anos (6,73 anos em 31.12.2019), para o plano Capef CV I: 18,05 anos (25,64 anos em 31.12.2019), para o plano Natural: 17,69 anos (21,26 anos em 31.12.2019) e para o Seguro de Vida: 16,83 anos (19,58 anos em 31.12.2019).

Notas Explicativas**g) Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial:****g.1) Planos de Previdência Privada**

Especificação	Capef – Planos de Previdência Privada			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação atuarial ⁽¹⁾	(5.603.746)	(5.647.446)	(37.751)	(32.359)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(4.697.743)	(4.807.909)	(33.281)	(30.177)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(906.003)	(839.537)	(4.470)	(2.182)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	4.510.677	4.715.575	91.375	88.627
3. Efeito de Teto do Ativo	-	-	(53.624)	(56.268)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(1.093.069)	(931.871)	-	-

⁽¹⁾ Para o plano CV I, os valores se referem aos benefícios não programados (Parte BD), que possuem características de plano de benefício definido.

g.2) Plano de Assistência Médica e Seguro de vida em grupo

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação atuarial	(2.359.572)	(2.293.236)	(368.074)	(363.829)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(1.641.370)	(1.517.652)	(272.096)	(277.826)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(718.202)	(775.584)	(98.665)	(100.999)
1.3. Subsídio cruzado	-	-	2.687	14.996
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	165.335	158.763	-	-
3. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(2.194.237)	(2.134.473)	(368.074)	(363.829)

h) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(5.647.446)	(4.545.981)	(32.359)	(14.538)
2. Custo dos Juros	(354.042)	(392.997)	(2.326)	(1.311)
3. Custo do Serviço Corrente	(11.990)	(2.989)	(132)	(119)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	462.791	448.414	842	610
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(79.670)	(78.919)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(42.558)	(7.345)
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	26.611	(1.074.974)	38.782	(9.656)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(35.487)	174.051	34.096	426
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	248.977	(965.365)	1.251	(10.082)
7.3. Decorrentes da Alterações de Premissas Biométricas – tábuas	(184.204)	-	3.390	-
7.4. Decorrentes de Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	(2.675)	-	14	-
7.5. Decorrentes da Alteração do Plano de Custeio	-	(106.590)	-	-
7.6. Decorrentes da Aplicação dos Reajustes dos Benefícios	-	(177.070)	-	-
7.7. Decorrentes de Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar	-	-	31	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Exercício	(5.603.746)	(5.647.446)	(37.751)	(32.359)

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(2.293.236)	(1.621.151)	(363.829)	(147.161)
2. Custo dos Juros	(162.490)	(145.446)	(26.086)	(13.158)
3. Custo do Serviço Corrente	(42.489)	(9.626)	(3.804)	(1.976)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	73.711	101.120	10.077	10.197
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(27.244)	(26.484)	(3.262)	(3.167)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	11.363	12.351	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	80.813	(604.000)	18.830	(208.564)
7.1. Ajustes de Experiência	101.921	(28.351)	5.971	43.187
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	177.297	(484.613)	27.495	(85.548)
7.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquido do ganho decorrente do reajuste da tabela de contribuições de dependentes	-	(196.814)	-	-
7.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	-	60.846	-	-
7.5. Alterações decorrentes da alteração da taxa de inflação médica (HCCTR) e custos médicos médios	(33.590)	44.932	-	-
7.6. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas	(164.430)	-	(14.615)	-
7.7. Decorrentes de Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	(385)	-	(21)	-
7.8. Decorrentes da alteração do Contrato	-	-	-	(166.203)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Exercício	(2.359.572)	(2.293.236)	(368.074)	(363.829)

(1) Ca-

med: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	4.715.575	3.939.911	88.627	54.740
2. Receita de Juros	295.431	342.700	6.489	5.128
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	79.700	79.129	1.306	1.520
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	66	178	1.312	1.531
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	79.670	78.919	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	42.558	7.345
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(462.791)	(448.414)	(842)	(610)
8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽²⁾	(196.974)	723.152	(48.075)	18.973
9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	4.510.677	4.715.575	91.375	88.627

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;⁽²⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	158.763	146.781	-	-
2. Receita de Juros	11.100	13.412	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	84.973	81.979	4.185	4.103
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(40.792)	(5.587)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	762	345	2.630	2.927
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	27.244	26.484	3.262	3.167
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(11.363)	(12.351)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(73.711)	(101.120)	(10.077)	(10.197)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽³⁾	8.359	8.820	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	165.335	158.763	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e⁽³⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Notas Explicativas**j) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo**

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2020	31.12.2019
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Exercício	(56.268)	(40.202)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(4.163)	(3.817)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	6.807	(12.249)
4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Exercício	(53.624)	(56.268)

k) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Exercício	(5.603.746)	(5.647.446)	(37.751)	(32.359)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	4.510.677	4.715.575	91.375	88.627
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.093.069)	(931.871)	53.624	56.268
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Exercício	-	-	(53.624)	(56.268)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício	(1.093.069)	(931.871)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2020	31.12.2019
	31.12.2020	31.12.2019		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Exercício	(2.359.572)	(2.293.236)	(368.074)	(363.829)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	165.335	158.763	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(2.194.237)	(2.134.473)	(368.074)	(363.829)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício	(2.194.237)	(2.134.473)	(368.074)	(363.829)

l) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Capef					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.009)	(11.924)	(2.811)	620	1.180	1.412
1.1. Custo do Serviço	(5.995)	(11.990)	(2.989)	(66)	(132)	(119)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	(14)	66	178	686	1.312	1.531
2. Juros Líquidos	(29.306)	(58.611)	(50.297)	-	-	-
2.1. Custo dos Juros	(177.021)	(354.042)	(392.997)	(1.163)	(2.326)	(1.311)
2.2. Receita de Juros	147.715	295.431	342.700	3.244	6.489	5.128
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(2.081)	(4.163)	(3.817)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)	(35.315)	(70.535)	(53.108)	620	1.180 ⁽¹⁾	1.412 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed Plano Natural			Seguro de Vida		
	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(20.861)	(41.727)	(9.281)	(680)	(1.174)	951
1.1. Custo do Serviço	(21.245)	(42.489)	(9.626)	(1.902)	(3.804)	(1.976)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	384	762	345	1.222	2.630	2.927
2. Juros Líquidos	(75.695)	(151.390)	(132.034)	(13.067)	(26.086)	(13.158)
2.1. Custo dos Juros	(81.245)	(162.490)	(145.446)	(13.067)	(26.086)	(13.158)
2.2. Receita de Juros	5.550	11.100	13.412	-	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(96.556)	(193.117)	(141.315)	(13.747)	(27.260)	(12.207)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 2º Sem/2020: R\$ 30; 01.01.a 31.12.2020: R\$ 60; 01.01 a 31.12.2019: R\$ 69; e Seguro de Vida: 2º Sem/2020: R\$ 3; 01.01.a 31.12.2020: R\$ 6; 01.01.a 31.12.2019: R\$ 6.

Notas Explicativas

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(36.757)	(66.521)	(61.005)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2º Sem/2020: R\$ 69; 01.01 a 31.12.2020: R\$ 126; e 01.01 a 31.12.2019: R\$148.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Despesas Administrativas	(3.372)	(6.158)	(6.880)

m) Valores do Exercício Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Os ganhos atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2020, dizem respeito aos aumentos nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2019, que passaram de 2,87% (31.12.2019) para 3,30% (31.12.2020) no plano BD, de 3,46% (31.12.2019) para 3,90% (31.12.2020) no plano CV I e Seguro de Vida em Grupo e de 3,46% (31.12.2019) para 3,89% (31.12.2020) no Plano Natural.

Neste exercício foram registradas perdas decorrentes do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), oferecido pelo Banco a seus funcionários. Também foram registradas perdas decorrentes das mudanças de Tábuas de mortalidade e de Entrada em Invalidez.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	(196.974)	723.152	(48.075)	18.973
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	26.611	(1.074.974)	38.782	(9.656)
2.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(35.487)	174.051	34.096	426
2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	248.977	(965.365)	1.251	(10.082)
2.3. Decorrentes de Alteração do plano de custeio	-	(106.590)	-	-
2.4. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios	-	(177.070)	-	-
2.5. Decorrentes da Alterações de Premissas Biométricas – Tábuas	(184.204)	-	3.390	-
2.6. Decorrentes da Alterações de Outras Premissas - PID	(2.675)	-	14	-
2.7. Decorrentes da Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar	-	-	31	-
3. Efeito do teto do ativo	-	-	6.807	(12.249)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2 + item 3) ⁽²⁾	(170.363)	(351.822)	(2.486)	(2.932)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano CV I: 01.01 a 31.12.2020: (R\$ 140).

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	8.359	8.820	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	80.813	(604.000)	18.830	(208.564)
2.1. Ajustes de Experiência	101.921	(28.351)	5.971	43.187
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	177.297	(484.613)	27.495	(85.548)
2.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquidos do ganho decorrente do reajuste da tabela de contribuição de dependentes	-	(196.814)	-	-
2.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	-	60.846	-	-
2.5. Alterações decorrentes da alteração da taxa de inflação médica (HCCTR) e custos médicos médios	(33.590)	44.932	-	-
2.6. Decorrentes da alteração do Contrato	-	-	-	(166.203)
2.7. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas	(164.430)	-	(14.615)	-
2.8. Decorrentes de Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	(385)	-	(21)	-
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2) ⁽²⁾	89.172	(595.180)	18.830	(208.564)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 31.12.2020: R\$ 12.360 e no cálculo atuarial do seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.12.2020: R\$ 10; 01.01 a 31.12.2019: (R\$ 1).

n) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Exercício

Especificação	Cafef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Exercício	(931.871)	(606.070)	-	-
2. Contribuições do Empregador	79.700	79.129	1.306	1.520
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(70.535)	(53.108)	1.180	1.412
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Exercício	(170.363)	(351.822)	(2.486)	(2.932)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Exercício	(1.093.069)	(931.871)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Exercício	(2.134.473)	(1.474.370)	(363.829)	(147.161)
2. Contribuições do Empregador	84.973	81.979	4.185	4.103
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(40.792)	(5.587)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(193.117)	(141.315)	(27.260)	(12.207)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	89.172	(595.180)	18.830	(208.564)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Exercício	(2.194.237)	(2.134.473)	(368.074)	(363.829)

o) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um Exercício de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Cafef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Notas Explicativas

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Renda Fixa	86,95	89,17	73,51	79,11	88,19	94,44
Renda Variável	5,73	2,68	12,99	7,30	9,23	2,88
Imobiliários	5,40	6,34	4,89	6,02	2,58	2,68
Multimercado (Exterior e Fundos Estruturados)	-	-	4,49	3,40	-	-
Operações com Participantes	1,79	1,81	4,12	4,17	-	-
Instrumentos Financeiros (Estruturados)	0,13	-	-	-	-	-

p) Análise de sensibilidade das principais premissas

A análise de sensibilidade demonstra como a obrigação de benefício definido, na posição de 31.12.2020, seria afetada por mudanças das seguintes premissas relevantes: (i) o acréscimo ou decréscimo de 0,25% a.a. na taxa de juros; (ii) o agravamento ou suavização em 10% nas tábuas de mortalidade de ativos; e (iii) o acréscimo ou decréscimos de 0,25% a.a. na inflação médica (HCCTR) no plano Natural.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.12.2020	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(5.603.746)	(5.467.397)	(5.746.188)	(5.417.406)	(5.816.902)
Valor Justo dos Ativos	4.510.677	4.510.677	4.510.677	4.510.677	4.510.677
Superávit (Déficit) Técnico	(1.093.069)	(956.720)	(1.235.511)	(906.729)	(1.306.225)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,4%)	2,5%	(3,3%)	3,8%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(12,5%)	13,0%	(17,0%)	19,5%

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.12.2020	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(37.751)	(37.072)	(38.457)	(35.953)	(41.182)
Valor Justo dos Ativos	91.375	91.375	91.375	91.375	91.375
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	53.624	54.303	52.918	55.422	50.193
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(1,8%)	1,9%	(4,8%)	9,1%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		1,3%	(1,3%)	3,4%	(6,4%)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		HCCTR		Tábuas Biométricas	
	31.12.2020	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.359.572)	(2.265.503)	(2.460.128)	(2.480.564)	(2.245.914)	(2.238.824)	(2.497.817)
Valor Justo dos Ativos	165.335	165.335	165.335	165.335	165.335	165.335	165.335
Superávit (Déficit) Técnico	(2.194.237)	(2.100.168)	(2.294.793)	(2.315.229)	(2.080.579)	(2.073.489)	(2.332.482)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,0%)	4,3%	5,1%	(4,8%)	(5,1%)	5,9%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,3%)	4,6%	5,5%	(5,2%)	(5,5%)	6,3%

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.12.2020	+ 0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(368.074)	(353.620)	(383.463)	(382.960)	(351.700)
Superávit (Déficit) Técnico	(368.074)	(353.620)	(383.463)	(382.960)	(351.700)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(3,9%)	4,2%	4,0%	(4,4%)
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(3,9%)	4,2%	4,0%	(4,4%)

Notas Explicativas

q) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

q.1) Contribuições Esperadas para o exercício de 2021

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural ⁽³⁾	
1. Contribuições do Empregador	88.295	1.176	33.084	3.518
2. Contribuições de Empregados Ativos	46	1.150	-	2.127
3. Contribuições de Ex-empregados Assistidos	88.248	-	32.077	3.845

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 31.12.2021: Empregador: R\$ 6.646 e Empregados/Assistidos R\$ 6.646;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 31.12.2020: Empregador: R\$ 57.193 e Empregados: R\$ 57.218;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

q.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	415.390	2.058	78.352	10.753
De 1 ano a 2 anos	396.967	1.845	80.150	11.339
De 2 anos a 3 anos	377.400	1.505	81.737	11.851
De 3 anos a 4 anos	356.697	1.224	82.589	12.287
Acima de 4 anos	4.057.292	31.119	2.036.744	321.844
Total	5.603.746	37.751	2.359.572	368.074

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados descontados a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

r) Estimativa de Despesas para o exercício de 2021

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(9.419)	992	(31.416)	(1.039)
2. Juros Líquidos	(73.733)	-	(166.143)	(27.943)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(83.152)	992	(197.559)	(28.982)

NOTA 25 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 60.546 (R\$ 105.003 em 31.12.2019), composta pelo equivalente a 5,94% do lucro líquido do exercício (6,05% em 31.12.2019) e 25% (25% em 31.12.2019) dos juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR, do exercício, totaliza R\$ 62.316, sendo R\$ 17 a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2019 R\$ 62.299 (R\$ 105.246 em 31.12.2019) da participação nos resultados do exercício, sendo R\$ 60.546 (R\$ 105.003 em 31.12.2019) referente aos Empregados e R\$1.753 (R\$ 243 em 31.12.2019) aos Administradores. Os valores pagos de PLR aos Empregados importaram em R\$ 78.578 (R\$ 79.235 em 31.12.2019) e aos administradores R\$ 1.633 (R\$ 1.396 em 31.12.2019).

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 96.267.876 (R\$ 89.289.553 em 31.12.2019), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE".

b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 14.293.626 (R\$ 22.691.198 em 31.12.2019), registrados no título "Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No Exercício, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 545.993 (R\$ 1.381.078 em 31.12.2019).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

Notas Explicativas

- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada.
- d)** A composição dos saldos dos financiamentos com risco para o Banco e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos 31.12.2020	Provisão Nor- mal em 31.12.2020 ^{(1) (2)}	Provisão Pruden- cial em 31.12.2020 ⁽³⁾	Total da Provisão em 31.12.2020	Saldos 31.12.2019	Provisão em 31.12.2019 ⁽¹⁾ ⁽²⁾
AA	34.922.308	-	(134.686)	(134.686)	23.744.405	-
A	22.021.060	(55.298)	(160.883)	(216.181)	18.297.029	(45.788)
B	6.004.651	(30.245)	(35.747)	(65.992)	5.699.923	(28.786)
C	2.193.204	(32.791)	(13.551)	(46.342)	1.714.095	(25.646)
D	923.220	(46.206)	(6.822)	(53.028)	886.581	(44.349)
E	632.393	(95.441)	(5.339)	(100.780)	938.294	(141.085)
F	495.524	(123.967)	(3.177)	(127.144)	370.768	(92.668)
G	428.271	(149.837)	(1.856)	(151.693)	357.882	(125.306)
H	4.178.467	(2.076.702)	-	(2.076.702)	4.506.150	(2.243.963)
Total	71.799.098	(2.610.487)	(362.061)	(2.972.548)	56.515.127	(2.747.591)

⁽¹⁾ Em 31.12.2020, inclui R\$ 40.837 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 44.715 em 31.12.2019)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

⁽³⁾ Em 31.12.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

- e)** Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *delcredere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *delcredere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *delcredere* foi de R\$ 1.949.580 (R\$ 1.607.175 em 31.12.2019).
- f)** No exercício, a taxa de administração foi de R\$ 1.487.335 (R\$ 1.422.679 em 31.12.2019), calculada à base de 2,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- g)** A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
 - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
 - o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
 - a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

Notas Explicativas

h) Medidas adotadas para mitigar os impactos econômicos da pandemia Covid-19

A Resolução CMN nº 4.798, de 06.04.2020, suspendeu por até 12 (doze) meses as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020, com eventual acréscimo ao final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou em atraso até 90 dias, de responsabilidade de beneficiários do FNE que forem impactados em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido em ato do Poder Executivo.

A Resolução CMN nº 4.801, de 09.04.2020, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.840, de 31.07.2020, autorizaram a prorrogação para até 15 de dezembro de 2020 das parcelas dos créditos vencidas de 01.01.2020 a 14.12.2020 das operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas, cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos provocados pela pandemia Covid-19.

O montante das operações de crédito que tiveram parcelas suspensas com base nessas Resoluções está demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Regularização	Quantidade	Valor Renegociado
Resolução CMN 4.782/20 Covid 19	10.409	3.685.431
Renegociação Automática Res. CMN 4.782 E 4.798/2020	86.803	42.382.793
Resolução CMN 4.801/2020	6.751	347.519
Resolução CMN 4.798/2020	4.845	1.174.710
Renegociação Automática Res. CMN 4.801/2020	90.011	100.011
Lei 13.998/20 P-FIES Covid 19	1	15
Res. CMN 4.840/2020 Renegociação Pronaf B Automática	145.019	139.712
Res. CMN 4.801-4.840/2020 - Renegociação Automática	7.501	10.051
Renegociação Covid19 Complementar	444	128.323
Par-Renegociação Covid19 Complementar	2	233
Renegociação Digital Covid19 Complementar	1.558	146.425
Total	353.344	44.429.792

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2020	31.12.2019
Protrabalho Investimento	004/2007	122.821	105.039
Total		122.821	105.039

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 14.838 (R\$ 18.823 em 31.12.2019) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Longo Prazo (TLP) quando liberados. Os recursos disponíveis totalizam R\$ 9 (R\$ 1.105 em 31.12.2019).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nºs 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2020		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	3.991	22	9	14.828	14.837
PNMPO	01/2010	RA	765	6	-	-	-
Total (Notas 13.b e 29.a.1)			4.756	28	9	14.828	14.837

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2019		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger - Urbano – Investimento	17/2006	RA	9.575	68	-	-	-
FAT - Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	1.288	11	-	-	-
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	7.157	119	346	17.718	18.064
PNMPO	01/2010	RA	31.138	407	759	-	759
Total (Notas 13.b e 29.a.1)			49.158	605	1.105	17.718	18.823

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpoem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o exercício de 2021 a 2025, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 08.12.2020. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar III disponível no portal: www.bnb.gov.br.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta de Capital de 1,0 ponto percentual acima dos requerimentos mínimos, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP).

Notas Explicativas

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução 4.557/2017 do CMN. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, desde a versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o exercício de 2021 a 2025 não se vislumbrou indícios de descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatório em nenhum dos cenários utilizados. Haveria o comprometimento da meta de capital (2,0 pontos percentuais acima das exigências mínimas de capital regulatório) apenas nos cenários de estresse com ocorrência a partir de 2022.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.930, de 14.02.2019, do Bacen, podem ser encontradas no portal: www.bnb.gov.br.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	31.12.2020	31.12.2019
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	54.475.937	45.232.910
Público	1.257.833	1.080.003
Privado	53.218.104	44.152.907
Comércio	6.289.503	4.170.917
Comércio Exterior	714.439	776.651
Indústria	8.346.360	7.427.931
Infraestrutura	16.656.995	13.628.564
Microfinança Urbana	5.307.579	4.327.132
Pessoas Físicas	100.781	128.248
Rural	9.954.839	8.758.702
Outros Serviços	5.847.608	4.934.762
Operações de Mercado	53.519.103	46.250.525
Títulos Públicos Federais	49.453.031	43.360.635
Operações Compromissadas	20.671.729	6.382.342
Outras	28.781.302	36.978.293
Depósitos Interfinanceiros	1.083.961	75.991
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.172.934	1.025.081
Outras Operações	1.809.177	1.788.818
Demais Ativos	6.191.236	4.892.986
Total	114.186.276	96.376.421

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.962.877 (R\$ 3.283.834 em 31.12.2019). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.327.127 (R\$ 4.703.071 em 31.12.2019).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2020(%)	31.12.2019(%)
Índice de Liquidez	Na data-base	318,20	931,37
	Média dos últimos 12 meses	447,63	854,15
	Máximo dos últimos 12 meses	925,24	1.114,25
	Mínimo dos últimos 12 meses	241,95	493,14

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- Variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- Relatório de exposição cambial;
- Análise de sensibilidade;
- Testes de estresse;
- Testes de aderência (*backtesting*); e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Notas Explicativas

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> 1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 4% (quatro por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá um alerta à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de: i) operações compromissadas bancadas de compra com compromisso de revenda; ii) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, quando houver, conforme definido pelo Bacen, na Circular nº 3.068, de 08.11.2001; iii) operações destinadas à proteção (hedge) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

Em 31.12.2020, a Carteira de Negociação do Banco do Nordeste estava composta por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, realizadas com taxas prefixadas, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 5.490.426 e um VaR de R\$ 1.249.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

O Risco de Taxa de Juros das operações classificadas na Carteira Bancária (IRRBB) corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados da Instituição financeira, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuadas atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados e internos (há modelo interno apenas para o Δ NII) baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018.

Na posição de 31.12.2020, a Carteira Bancária do Banco do Nordeste possuía exposição marcada a mercado (somatório do valor absoluto das exposições líquidas de cada fator de risco) de R\$ 7.569.856, apresentando Δ EVE e Δ NII nos valores de R\$ 113.662 e (R\$ 3.199), respectivamente.

Notas Explicativas

Testes de Estresse

O teste de estresse permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco do Nordeste realiza, mensalmente, duas modalidades de testes de estresse, em conformidade com a Circular nº 3.365, de 14.09.2007, do Bacen, com os objetivos adiante:

- estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;
- estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante da Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	(5.585.212)	(5.590.801)	(5.589)	(5.596.750)	(11.538)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	3.569	3.380	(189)	3.194	(375)
Cupom de Euro	Redução do cupom	(1.653)	(1.653)	0	(1.654)	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	149.682	145.320	(4.362)	141.280	(8.402)
Cupom de IPCA	Aumento do cupom	285.185	268.290	(16.895)	278.022	(7.163)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	70.126	68.753	(1.373)	67.454	(2.672)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.917.096)	(2.971.816)	(54.720)	(3.010.852)	(93.756)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	7.026.032	6.946.245	(79.787)	6.875.271	(150.761)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Notas Explicativas

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Dólar x DI	226.177	226.505	328	226.835	658
		Passivo em ME	(225.849)	(226.181)	(332)	(226.514)	(665)
		Exposição Líquida	328	324	(4)	321	(7)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de auto avaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

Notas Explicativas**f) Exposição Cambial**

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 23.454 (R\$ 47.271 em 31.12.2019 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2020	31.12.2019	Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades	3.922	1.939	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	106.054	24.441	Relações Interdependências	4.040	3.381
Operações de Crédito	497.955	423.461	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	63.251	59.338
Outros Créditos	827.621	879.654	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	711.278	431.861
			Outras Obrigações	907.302	882.186
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.435.552	1.329.495	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.685.871	1.376.766
Operações de Swap	226.865	-			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.662.417	1.329.495	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.685.871	1.376.766

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2020, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 12,83% (14,35% em 31.12.2019). O índice de Nível I ficou em 10,02% (10,44% em 31.12.2019) e o índice de Capital Principal em 8,82% (9,04% em 31.12.2019). O PR apurado foi de R\$ 8.729.534 (R\$ 8.265.588 em 31.12.2019), o Nível I ficou em R\$ 6.675.190 (R\$ 5.982.984 em 31.12.2019) e o Capital Principal em R\$ 5.879.301 (R\$ 5.181.944 em 31.12.2019), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 66.623.721 (R\$ 57.311.851 em 31.12.2019). Não se registrou, no exercício avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência (PR)	8.729.534	8.265.588
Nível I	6.675.190	5.982.984
Capital Principal	5.879.301	5.181.944
Capital Complementar	795.889	801.040
Nível II	2.054.344	2.282.604
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	66.623.721	57.311.851
Parcela RWACPAD	55.144.098	46.532.628
Parcela RWACAM	119.445	59.350
Parcela RWAJUR	16.512	42.050
Parcela RWACOM	625	4.375
Parcela RWAOPAD	11.343.041	10.673.448
Margem sobre o PR Requerido	3.399.637	3.680.640
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	113.622	21.535
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.286.015	3.659.105
Margem sobre o PR Nível I Requerido	2.677.767	2.544.273
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.881.234	2.602.911
Adicional de Capital Requerido- ACP (1,25%)⁽¹⁾	832.797	1.432.796
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	1.844.971	1.111.477
Índices de Basileia:		
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	8,82%	9,04%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,02%	10,44%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,10%	14,42%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	12,83%	14,35%

⁽¹⁾ até dezembro/2019 era 2,5%; a partir de abril/2020, passou a ser 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

Notas Explicativas**ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)**

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	8.729.534	8.265.588
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	6.675.190	5.982.984
Capital Principal	5.879.301	5.181.944
Capital Social	5.569.988	3.813.000
Reservas de Lucros	1.668.959	2.651.514
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.671	13.726
Outros Resultados Abrangentes	(1.080.643)	(1.050.835)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	500.000	500.000
Ajustes Prudenciais	(792.674)	(745.461)
Ativos Intangíveis	(721)	(563)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(764.640)	(741.219)
Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(27.313)	(3.679)
Capital Complementar	795.889	801.040
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	795.889	801.040
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.054.344	2.282.604
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.054.344	2.282.604

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução nº 4.192, de 01.03.2013 do CMN, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução nº 4.733, de 27.06.2019 do CMN que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. No exercício, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151.

O Instrumento de Dívida e as Letras Financeiras Subordinadas, citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Resolução nº 4.192, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
PR Nível I	6.675.190	5.982.984
Exposição Total	105.711.799	96.438.083
Razão de Alavancagem (%)	6,31	6,20

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.729.534	8.265.588
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.364.767	4.132.794
Situação	234.094	231.910
Margem	4.130.673	3.900.884
Índice de imobilização	2,68%	2,81%

Notas Explicativas

NOTA 29 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No exercício, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 27)	14.837	18.823
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.213.953	1.167.737
Tesouro Nacional	614	505
BNDES	1.174.358	1.118.933
Finame	38.981	48.299
Outras Obrigações	18.185.794	26.756.657
FNE	14.300.617	22.702.557
FDNE	625.252	662.590
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	98.943	96.311
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 17.a)	500.000	750.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 17.c)	2.660.982	2.545.199
Total	19.414.584	27.943.217

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	31.12.2020	31.12.2019
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 24.g.1)	1.093.069	931.871
Plano de Assistência Médica (Nota 24.g.2)	2.194.237	2.134.473
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 24.g.2)	368.073	363.829
Total	3.655.379	3.430.173

a.3) As principais receitas e despesas com Partes Relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Depósitos a Prazo - FAT	(19.270)	(52.026)	(106.649)
Tesouro Nacional	(88)	(109)	(25)
BNDES	(113.487)	(170.160)	(92.965)
Finame	(4.729)	(6.527)	(2.849)
FMM	(1.200)	(19.583)	(9.003)
FNE	841.907	1.391.806	467.001
FDNE	11.514	23.522	26.273
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(54.333)	(82.568)	(239.988)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(47.505)	(115.782)	(175.754)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(38.687)	(76.693)	(59.988)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(36.068)	(65.216)	(59.446)
Plano de Assistência Médica	(61.198)	(157.729)	(141.246)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(13.744)	(27.253)	(12.201)

Notas Explicativas**b) Remuneração da Administração**

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Honorários	1.152	4.330	3.830
Diretoria	1.020	3.782	3.284
Conselho de Administração	65	277	275
Conselho Fiscal	67	271	271
Outros	375	2.171	1.268
Remuneração Variável (RVA)⁽¹⁾	-	936	1.054
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.527	7.437	6.152
Benefícios Pós-Emprego	80	294	261
Total	1.607	7.731	6.413

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 30 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	2º sem/2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	922.867	1.441.144	1.277.202
(+) RESULTADO NÃO RECORRENTE	(236.183)	(421.923)	459.483
Recuperação de Crédito – Lei 13.340/13.606 ⁽¹⁾	-	-	740.221
Impairment de Títulos ⁽²⁾	(82.203)	(312.047)	(126.781)
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) ⁽³⁾	(30.312)	(30.312)	(4.510)
Provisão Prudencial ⁽⁴⁾	(363.707)	(509.914)	-
Ativo Fiscal Diferido (alteração de alíquota de CSLL de 15% para 20%) ⁽⁵⁾	-	-	167.047
Efeitos fiscais, de IECF e PLR sobre itens extraordinários ⁽⁶⁾	240.039	430.350	(316.494)
LUCRO LÍQUIDO	686.684	1.019.221	1.736.685

⁽¹⁾ Resultados provenientes de recuperações de crédito extraordinárias, efetivadas em cumprimento das Leis 13.340/17 e 13.606/18, as quais totalizaram R\$ 740.221, que influenciaram o resultado de 2019, e não se repetiram em 2020.

⁽²⁾ Valores reconhecidos como perda de caráter permanente para a carteira de Títulos do Banco, no montante de R\$ 312.325 (R\$ 126.781 em 31.12.2019), consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

⁽³⁾ Despesas de indenizações com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), R\$ 30.312 (R\$ 4.510 em 31.12.2019) referente ao complemento do programa de 2018, pagos em 2019.

⁽⁴⁾ Provisão prudencial representando acréscimo aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas macroeconômicas baseadas em cenários de estresse.

⁽⁵⁾ Em 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL passou a ser 20%.

⁽⁶⁾ Valores calculados sobre os itens 1 a 4 do Resultado Não Recorrente.

NOTA 31 - Outras Informações**a) Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)**

No exercício, o Banco instituiu um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) destinado a empregados empossados antes de 2000, cujo início do benefício da aposentadoria pela Previdência Oficial tenha ocorrido até 12.11.2019 e tenham idade menor que 75 anos até o dia 31.12.2020. Foi fixado um limite de R\$ 53.007 de despesa para o referido Programa, sendo que, a despesa incorrida importou em R\$ 30.312, devidamente reconhecida nas Demonstrações Financeiras Individuais.

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

Notas Explicativas

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 24 de fevereiro de 2021.

Fortaleza (CE), 24 de fevereiro de 2021.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, com os assessores jurídicos internos e externos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 24, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado e instrumentos financeiros derivativos.

Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da administração.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e, recalculamos a provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, bem como realizamos o entendimento para a expectativa de perda de crédito adicional, avaliando a razoabilidade das estimativas realizadas considerando os modelos, premissas e dados utilizados. Adicionalmente, efetuamos procedimentos para mensuração das garantias e monitoramento das transações renegociadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
AuditoresIndependentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 24 de fevereiro de 2021

CONSELHO FISCAL: Frederico Schettini Batista (Presidente) – André de Castro Silva – Carlos Henrique Soares Nuto – Fabiano Araújo Figueiredo – José Mário Valle

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 – Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Consad), composto por quatro membros eleitos pelo Consad (um dos membros é também integrante do Conselho de Administração), regido pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8945/2016, pela Resolução CMN 3.198/2004, pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil, por seu Regimento Interno, e demais legislações aplicáveis. O endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB e seu Regimento estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área "Institucional / Sobre o Banco / Relação com os Acionistas e Investidores / Comitês / Comitê de Auditoria".

2 – Atribuições e Responsabilidades

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade, transparência e a integridade das Demonstrações Financeiras, a efetividade, independência e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

A Diretoria Executiva do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é responsável por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) assessora o Consad em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, avaliando e reportando ao Conselho de Administração os relatórios que tratam desses processos. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação com o CRC.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e pela revisão das informações trimestrais (ITR) arquivadas na CVM, bem como avalia a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna, diretamente vinculada ao Conselho de Administração, responde pela avaliação independente, contínua e sistemática dos principais riscos a que o Banco está exposto, e o faz por meio de trabalhos periódicos, em que monitora, avalia e afere o nível de exposição e as ações de gerenciamento destes riscos, além da adequação da governança e dos controles internos. Os trabalhos abrangem as áreas e processos que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia do Banco, por meio de verificações quanto à existência, qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade dos controles internos para mitigação desses riscos.

3 – Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, no âmbito das suas atribuições estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Coaud realizou, durante o 2º semestre de 2020, 40 reuniões, destacando-se os encontros com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Comitê de Riscos e de Capital, a Diretoria Executiva, as Auditorias Externa e Interna, e com gestores de diversas áreas de negócios, entre as quais as de Tecnologia da Informação, Controles Internos e Compliance, Segurança, Gestão de Riscos, Contabilidade e Controle Financeiro. Além disso, reuniu-se com a CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil e CAMED – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Nessas ocasiões, foram abordados temas relacionados a cada interlocutor, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento.

O semestre foi marcado pelo aprofundamento dos impactos da pandemia causada pelo coronavírus nos domínios econômico, social e sanitário. A Administração do Banco adotou tempestivas medidas para proteção dos seus empregados, visando à integridade das pessoas com quem são mantidos relacionamentos. Foram implementadas, também, ações preventivas para salvaguarda dos negócios do Banco e suporte financeiro aos clientes, além da preservação do ambiente e da continuidade de negócios, com destaque para o desempenho e a colaboração do suporte tecnológico da Empresa. O Coaud manteve acompanhamento de tais ações, registrando-se que no semestre anterior já havia formulado recomendação específica à Superintendência de Auditoria para realização de trabalhos de avaliação. Assim como no primeiro semestre do ano, atenção especial foi dada aos potenciais impactos nas carteiras de crédito, e aos procedimentos para a respectiva constituição de provisões contábeis.

O Comitê também acompanhou e atuou sobre os resultados de inspeções e apontamentos de órgãos externos, tendo mantido reuniões e/ou contatos com representantes dos órgãos de fiscalização e controle.

Os relatórios semestrais de atividades do Coaud, as atas das reuniões do Comitê, bem como seu Plano Anual de Trabalho foram regularmente submetidos ao Conselho de Administração. O Comitê participou mensalmente, com pauta específica, da reunião do Conselho de Administração.

Não chegou ao conhecimento do Coaud, no semestre, a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por

terceiros.

No âmbito da Educação Continuada, embora a pandemia tenha contingenciado a participação presencial em eventos de formação e aperfeiçoamento profissional, os membros do Comitê mantiveram-se atualizados e investindo em capacitação durante o semestre, por meio dos Informes Regulatórios da Febraban, além da participação no curso Aprimoramento em Governança e Mercado de Capitais para Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, do IBGC.

No tocante às suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

3.1 Auditoria Interna

Nas reuniões com a Superintendência de Auditoria foram debatidos e avaliados, dentre outros, seu processo de planejamento, seus projetos e o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis à Auditoria Interna, bem como a capacitação técnica necessária aos auditores para exercerem com eficiência e eficácia seus trabalhos. Além disso, foram tratados o resultado da avaliação do Sistema de Controles Internos, os sumários e relatórios dos principais trabalhos e o acompanhamento das principais recomendações das auditorias interna e externa e dos órgãos externos de fiscalização e controle. Também foi feito acompanhamento de casos relevantes de auditoria disciplinar e das Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela Auditoria.

O Comitê de Auditoria acompanhou as principais recomendações emitidas pela Auditoria Interna, bem como as providências saneadoras adotadas pela Administração, em reuniões com representantes das áreas auditadas.

3.2 Auditoria Externa

O Coaud avaliou o planejamento e os resultados dos principais trabalhos realizados pelos auditores independentes, suas conclusões e recomendações, os principais assuntos de Auditoria por eles abordados e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis relacionados às Demonstrações Financeiras e recomendações para melhoria dos controles internos. O Coaud acompanhou as implementações das respectivas recomendações para aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

3.3 Sistema de Controles Internos (SCI) e Compliance

A avaliação da efetividade do SCI e Compliance foi fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pela própria área, pelas auditorias interna e externa, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controle e Risco, e em informações e documentos recebidos e analisados, oriundos de diversas áreas do BNB.

3.4 Transações com Partes Relacionadas

O Coaud avaliou e monitorou, em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas e concluiu que as mesmas se encontram adequadas e de acordo com os requerimentos legais.

3.5 Parâmetros e resultado atuarial

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis e com a entidade de Previdência Fechada sobre o processo de avaliação atuarial do BNB em relação aos planos patrocinados, bem como foram avaliadas as premissas utilizadas, a aderência das hipóteses atuariais e os resultados auferidos pelos planos.

3.6 Exposição a Risco

Foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos.

3.7 Demonstrações Financeiras

Foram examinadas e revisadas as Demonstrações Financeiras do BNB, inclusive notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2020.

Antes das divulgações, o Coaud reuniu-se com os auditores independentes para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações a serem divulgadas.

3.8 Recomendações do Comitê de Auditoria

Foram feitas durante o semestre novas recomendações e acompanhada a implementação das recomendações existentes.

4 – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

4.1 Sistema de Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos e Compliance do Banco do Nordeste do Brasil é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco, oferece segurança razoável de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos e é objeto de permanente atenção por parte da

Administração. Não obstante, oportunidades de melhoria têm sido identificadas em trabalhos das áreas de controles internos, gestão de riscos, segurança, auditoria interna, auditoria externa e órgãos externos de fiscalização e controle, e vêm dando origem a ações da Administração objetivando o aprimoramento dos controles para a mitigação dos riscos que possam afetar processos, operações e negócios da Instituição.

A Administração do Banco manteve sua evolução positiva quanto ao modelo de atendimento das demandas envolvendo Tecnologia da Informação, contribuindo para otimização das operações do Banco, mitigação de riscos e cumprimento das recomendações de auditoria interna e de órgãos de fiscalização externa.

A cultura de controle e integridade continua sendo sedimentada, inclusive no que diz respeito à política de consequências.

As transações com partes relacionadas, avaliadas e monitoradas no período em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, observaram as normas aplicáveis.

Os principais parâmetros e premissas em que se fundamentam os cálculos atuariais dos planos de benefícios do fundo de pensão patrocinado são razoáveis e estão alinhados com as melhores práticas do mercado.

As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração. O Comitê continua debatendo com a Administração e com o CRC o tema da gestão integrada de riscos, que vem sendo objeto de atenção e ação coordenada pelo Banco.

As fragilidades em processos, tratadas com a Diretoria, foram solucionadas ou estão em andamento, não existindo casos de recomendações não acatadas.

Não foi identificada qualquer ocorrência de erro ou fraude passível de comunicação ao Banco Central do Brasil por enquadramento no Art. 23 da Res. CMN 3198/2004.

4.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. O desempenho e os processos da Auditoria Interna continuam apresentando evolução, o que pode ser comprovado pela qualidade dos trabalhos realizados e outras iniciativas, como o desenvolvimento do Sistema Integrado e do Observatório da Auditoria.

A Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências do Banco e dos Órgãos reguladores, e sua atuação continua sendo reconhecida pela Supervisão do Banco Central do Brasil.

No tocante à capacitação, é importante que haja investimento para garantir a competência técnica do quadro de auditores internos, em especial quanto às áreas de Tecnologia da Informação (aí incluídas as questões de cyber security), Gestão de Riscos (aí incluída a avaliação de modelos) e Gestão de Capital.

4.3 Auditoria Independente

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/s. O Comitê de Auditoria avalia que o trabalho realizado pela Auditoria Externa foi suficiente para assegurar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, conquanto tenha deixado sugestão de revisão do planejamento da avaliação dos controles de TI.

4.4 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2020 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 24 de fevereiro de 2021.

COMITÊ DE AUDITORIA: Eudes de Gouveia Varela (Coordenador) – Debora Santille – João Décio Ames – Rudinei dos Santos (Membros)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2021

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim – (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Hailton José Fortes (Diretor Financeiro e de Crédito) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 24 de fevereiro de 2021, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2021

Romildo Carneiro Rolim – (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Hailton José Fortes (Diretor Financeiro e de Crédito) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração)